



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

MESTRADO PROFISSIONAL

Instituição Associada

IFFluminense – Centro de Referência

**A PARTICIPAÇÃO DISCENTE NA GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR NA
PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO INTEGRAL: UM ESTUDO DE CASO NO
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE *CAMPUS* CAMPOS CENTRO**

GILMARA BASILIO CAETANO

CAMPO DOS GOYTACAZES-RJ

2022

GILMARA BASILIO CAETANO

A PARTICIPAÇÃO DISCENTE NA GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR NA
PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO INTEGRAL: UM ESTUDO DE CASO NO
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE *CAMPUS* CAMPOS CENTRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, área de concentração Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador(a): Dr. Severino Joaquim Correia Neto

CAMPO DOS GOYTACAZES-RJ

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C128p Caetano, Gilmara Basilio, 1987-
A participação discente na gestão democrática escolar na perspectiva da formação integral: um estudo de caso no Instituto Federal Fluminense Campus Campos Centro / Gilmara Basilio Caetano.
- Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.
136 f.: il. color.

Orientador: Severino Joaquim Correia Neto, 1964-

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica).
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.
Referências: p. 72-77.

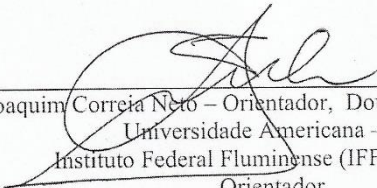
1. Formação profissional - Brasil. 2. Democratização da educação. 3. Escolas - Organização e administração. 4. Estudantes - Participação. 5. Ensino integrado - Estudo e Ensino . I. Correia Neto, Severino Joaquim, 1964-, orient. II. Título.

CDD 371.207 23.ed.

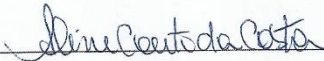
Dissertação intitulada **A PARTICIPAÇÃO DISCENTE NA GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO INTEGRAL: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE CAMPUS CAMPOS CENTRO**, elaborada por **Gilmara Basilio Caetano** e apresentada, publicamente perante a Banca Examinadora, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Fluminense - IFFluminense, na área concentração Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 31/07/2022

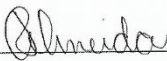
Banca Examinadora:




Dr. Severino Joaquim Correia Neto – Orientador, Doutor em Ciências da Educação -
Universidade Americana – PY
Instituto Federal Fluminense (IFFluminense)
Orientador



Dra. Aline Couto da Costa, Doutora em Arquitetura - UFRJ
Instituto Federal Fluminense (IFFluminense)



Dr. Thiago de Freitas Almeida, Doutor em Ciências de Materiais - UENF
Universidade Estácio de Sá



Dr. José Ernesto Moura Knust, Doutor em História - UFF
Instituto Federal Fluminense (IFFluminense)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Alcirene e Gilberto, pelo apoio, dedicação e amor, e por sempre apontarem a educação como caminho.

Ao meu irmão, Leonardo, pelo incentivo, pelas discussões e pelo carinho.

Aos meus amigos, pela presença, acolhimento e companheirismo.

Aos colegas de turma, pelas oportunidades de troca e por tornarem essa trajetória mais leve.

Ao meu orientador, Severino Neto, pelo trabalho, parceria e incentivo.

À Ascom *Campus* Campos Centro, pela parceria e contribuição nesse trabalho.

Aos estudantes do IFF *Campus* Campos Centro, pelo envolvimento e contribuição nessa pesquisa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Página dos Colegiados no Portal do IFF	23
Figura 2 – Publicação no Instagram do IFF <i>Campus</i> Centro sobre o GENP	65
Figura 3 – Publicação no Instagram do IFF <i>Campus</i> Centro sobre os Representantes de Turma	66
Figura 4 – Publicação no Instagram sobre o Conselho do <i>Campus</i> Campos Centro	66
Figura 5 – Publicação no Instagram do IFF <i>Campus</i> Centro sobre o CENPEI	67
Figura 6 – Publicação no Instagram do IFF <i>Campus</i> Centro sobre o CONSUP	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de alunos matriculados por turmas nos Cursos Técnicos Integrados	35
Quadro 2 - Estatísticas das Postagens no Instagram do IFF <i>Campus</i> Campos Centro	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade dos estudantes	40
Gráfico 2 – Tempo dos estudantes no <i>Campus</i>	41
Gráfico 3 – Importância da participação dos estudantes	43
Gráfico 4 – Se os estudantes consideram a gestão do IFF <i>Campus</i> Campos Centro democrática	45
Gráfico 5 – Conhecimento dos estudantes sobre os canais de participação discente	48
Gráfico 6 – Canais de participação citados pelos estudantes	49
Gráfico 7 – Como os estudantes ficaram sabendo dos canais de participação	50
Gráfico 8 – Como os estudantes veem a informação que recebem sobre gestão democrática	51
Gráfico 9 – Frequência que os estudantes se consideram estimulados a participar	53
Gráfico 10 – Conhecimento dos estudantes sobre seus representantes	56
Gráfico 11 – Conhecimento dos estudantes do que vem sendo discutido na gestão	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ascom - Assessoria de Comunicação
Comissão Própria de Avaliação - CPA
Comitê de Ética em Pesquisas - CEP
Conselho Acadêmicos de Representantes de Turma – CART
Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação - CENPEI
Conselho Superior - CONSUP
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES
Diretoria de Desenvolvimento de Políticas Estudantis – DIGEPE
Educação Profissional e Tecnológica - EPT
Grêmio Estudantil Nilo Peçanha - GENP
IFF – Instituto Federal Fluminense
IFFluminense – Instituto Federal Fluminense
Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia IFs
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP
Lei de Diretrizes e Bases para a Educação - LDB
Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI
Plano Nacional de Educação - PNE
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT
Projeto Político-Pedagógico Institucional - PPI
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES
Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE
Termo de Livre Consentimento e Esclarecido – TLCE

A PARTICIPAÇÃO DISCENTE NA GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO INTEGRAL: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE *CAMPUS* CAMPOS CENTRO

RESUMO

Considerando a premissa legal da gestão democrática do ensino e que a participação ativa nos processos de tomada de decisão no ambiente escolar colabora para a formação de comportamentos políticos democráticos, o estudo em questão teve como objetivo investigar como se dá a participação dos estudantes na gestão democrática no IFF *Campus* Campos Centro. Para isso, foi realizado um estudo de caso com os estudantes do Ensino Médio Integrado do *Campus* Campos Centro. Após pesquisa bibliográfica e documental, foi realizada com os representantes discentes uma entrevista para averiguar suas percepções sobre os canais e a participação discente atual. Aos demais estudantes foi aplicado um questionário para analisar o conhecimento que possuem sobre a gestão democrática da instituição, como é a participação deles nesse processo e possíveis demandas existentes. A interpretação dos dados mostrou que a participação dos discentes na gestão democrática do *campus* é baixa, e que há um grande desconhecimento por parte deles dos canais de participação e de seus representantes, sendo a disseminação de informações, o principal desafio apresentado para a participação efetiva dos estudantes. Nesse sentido foi desenvolvido e aplicado um produto educacional com informações sobre os mecanismos de participação discente, com propósito de gerar interação e estimular os estudantes em via de uma participação efetiva, junto aos seus representantes e a gestão democrática da instituição.

Palavras-chave: Educação integral, gestão democrática, educação profissional e tecnológica.

STUDENT PARTICIPATION IN DEMOCRATIC SCHOOL MANAGEMENT FROM THE
PERSPECTIVE OF COMPREHENSIVE EDUCATION: A CASE STUDY AT THE
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE CAMPUS CAMPOS CENTRO

ABSTRACT

Considering the legal premise of democratic management of education and that active participation in decision-making processes in the school environment contributes to the formation of democratic political behaviors, the study in question aimed to investigate how students participate in democratic management. at IFF Campus Campos Centro. For this, a case study was carried out with the students of the integrated high school of Campus Campos Centro. After bibliographic and documentary research, an interview was carried out with the student representatives to ascertain their perceptions about the channels and current student participation. A questionnaire was applied to the other students to analyze their knowledge about the democratic management of the institution, how they participate in this process and possible existing demands. The interpretation of the data showed that the participation of students in the democratic management of the campus is low, and that there is a great lack of knowledge on their part of the participation channels and their representatives, with the dissemination of information being the main challenge presented for effective participation. of students. In this sense, an educational product was developed and applied with information on the mechanisms of student participation, with the purpose of generating interaction and encouraging students to participate effectively, together with their representatives and the democratic management of the institution.

Keywords: Integral education, democratic management, professional and technological education.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RESUMO

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO	4
2.1 Resgate Histórico da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	4
2.2 Formação Integrada e Educação Profissional e Tecnológica	8
2.3 Base Legal da Gestão Democrática Escolar	11
2.4 Gestão Democrática na Perspectiva da Formação Integral	15
2.5 Gestão Democrática no IFF <i>Campus</i> Campos Centro.....	22
3 METODOLOGIA	34
3.1 Caracterização da Instituição e Sujeito.....	34
3.2 Abordagem, Classificação e Coleta de Dados	36
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
4.1 Análise de Dados	39
4.2 Desenvolvimento e Aplicação do Produto Educacional	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICES	78
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	78
APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS - REPRESENTANTES DISCENTES.....	107
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO PARA OS ESTUDANTES.....	108
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO / MAIORES.....	110
APÊNDICE E - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO / MENORES.....	112
APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/ RESPONSÁVEIS	114
ANEXOS	116
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	116

1 INTRODUÇÃO

A história da educação no Brasil caminha conexas a história de seu desenvolvimento econômico e das políticas públicas em disputa pelos projetos de sociedade. Ao nos voltarmos para a origem da política nacional de educação profissional, nos deparamos com aspectos históricos e ideológicos que culminam em um sistema educacional dual, onde de um lado se tem uma formação básica propedêutica, direcionada para as elites e de outro, um ensino profissionalizante voltado para a formação de mão de obra para o exercício profissional. Nessa conjuntura, a educação profissional brasileira tem formado sujeitos fragmentados, “do tipo conformado, política e pedagogicamente” (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015).

A partir da década de 80, consoante às transformações políticas e socioeconômicas que se fizeram presentes no processo de redemocratização do país, ampliou-se a luta dos educadores pela democratização do ensino e por uma educação que abrangesse uma formação integrada do indivíduo, com o intuito de superar o dualismo da sociedade e da educação profissional no Brasil (CIAVATTA, 2014). Nesse contexto, a constituição cidadã, promulgada em 1988, postula a educação pública, gratuita e de qualidade como direito de todos, visando o desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Dentre os princípios basilares para o ensino público, está posta a gestão democrática escolar, considerada parte relevante no empenho em prol da melhoria da qualidade da educação.

A educação se configura num território de constante embate dos projetos de sociedade em disputa, podendo ser útil tanto para manutenção dos cenários atuais, quanto para transformação da sociedade (FREIRE, 1996). Nesse sentido, a educação integral, numa perspectiva omnilateral, politécnica e unitária, tem a finalidade de ser uma educação que forme um ser humano capaz de trabalhar, viver coletivamente e agir de forma autônoma perante a realidade, reconhecendo a sociedade e seu potencial de transformação. Os Institutos Federais trazem entre seus pressupostos a articulação entre ensino médio e formação profissional, carregando assim a possibilidade do ensino integrado, no sentido dessa formação humana integral, como prática pedagógica engajada com a promoção da autonomia e emancipação dos estudantes.

Tendo em vista que a escola é uma instituição social de extrema importância, cujo objetivo visa desenvolver potencialidades para a formação de cidadãos participativos na sociedade (LIBÂNEO, 2018), a gestão democrática do ensino se manifesta não apenas em seu caráter organizacional, mas como possibilidade de processo formativo a partir da participação

dos estudantes nos processos de tomada de decisão. Assim, a participação dos estudantes na gestão democrática permite que eles exerçam participação social, autonomia e cidadania, como sujeitos de direitos no interior da escola, prática essa que extrapola os muros da instituição, promovendo comportamentos sociais democráticos, cidadania e emancipação social (PARO, 2007; PARO, 2016; LIBÂNEO, 2018, GADOTTI, 2014; DOURADO, 2012).

A gestão democrática do ensino público está fortemente ancorada na legislação brasileira, desde o seu estabelecimento na Constituição Federal, transpassando a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), até o Plano Nacional de Educação, que determina diretrizes, metas e estratégias para que sua implementação aconteça em todo o país. Dessa forma, o princípio da gestão democrática do ensino está entre aqueles que fundamentam o sistema educacional brasileiro, reverberando nos estados e municípios. No entanto, a existência de dispositivos legais e mesmo de posições de representação que os atendam, não garante que a gestão democrática esteja sendo exercida, pois para que haja democratização real no processo é preciso que haja participação efetiva da comunidade escolar de forma dialógica, crítica e reflexiva. Quando se fala nos estudantes, a participação no processo de gestão democrática torna-se ainda mais relevante, dada a importância desta para sua formação.

Nesse sentido, é papel da escola e da comunidade escolar proporcionar a participação dos estudantes nos processos de tomadas de decisão da gestão da instituição, estabelecendo relações sociais mais dialógicas do espaço pedagógico. Gadotti (1994) enumera duas razões principais para a participação dos estudantes na gestão democrática no ensino público, a primeira porque a escola deve formar para a cidadania e para isso deve dar o exemplo, de forma que a gestão democrática na escola é parte do aprendizado para a cidadania, e a segunda porque a gestão democrática pode melhorar o ensino, uma vez que a participação leva ao conhecimento do funcionamento da escola e dos seus atores, levando a uma maior aproximação entre os alunos e os conteúdos.

Dada a relevância da participação dos estudantes na gestão democrática escolar para a formação integral dos mesmos, desenvolvendo seu caráter cidadão e emancipador e acessando o seu potencial transformador da realidade, faz-se imperativo nos voltarmos para essa participação, nos questionando de que forma a gestão democrática escolar acontece junto aos estudantes do Instituto Federal Fluminense (IFF). O estudo aqui apresentado intentou elucidar como vem ocorrendo a participação dos estudantes na gestão do *Campus* Campos Centro do IFF, a fim de colaborar para a promoção da melhoria da participação ativa e consciente. Com

esse propósito, a pesquisa teve como objetivos identificar espaços de participação discente na gestão democrática da instituição como conselhos, representações e associações estudantis; verificar o conhecimento que os estudantes possuem sobre esses canais e explicitar como se dá a participação do corpo discente e por fim, desenvolver um produto educacional, a fim de dar aos alunos ferramentas que colaborem para uma participação efetiva.

Para o alcance dos objetos de pesquisa, foi tecida uma metodologia baseada em um estudo de caso de abordagem qualitativa e quantitativa, que conta com pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, realização de entrevistas e aplicação de questionário junto aos estudantes do *Campus* Campos Centro escolhidos intencionalmente por fazerem parte de dois grupos distintos: representantes discentes do ensino médio integrado; estudantes do segundo ano do ensino médio integrado.

Para melhor compreensão do objeto de pesquisa, o estudo dispõe de um referencial teórico dividido cinco partes: a primeira faz um resgate histórico da educação profissional no Brasil desde a sua gênese, a fim de esclarecer a dualidade educacional existente nos dias de hoje; a segunda aborda a formação integral como possibilidade de superar essa dualidade através de uma formação social, cidadã e emancipatória; a terceira parte discorre pela base legal da gestão democrática no ensino público brasileiro; a quarta parte abarca a discussão da gestão democrática enquanto processo formativo na perspectiva da formação integral; e a quinta parte identifica canais de participação discente na gestão democrática do IFF, através de documentos institucionais.

Dessa forma, o estudo se volta para a visão dos estudantes como sujeitos de direito de sua instituição e seu ensino, através de sua participação na gestão democrática escolar na perspectiva da formação integral.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Resgate Histórico da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

A fim de melhor compreender as características da EPT no Brasil, é importante voltar o olhar para o processo histórico que lhe deu origem. Ramos (2014) salienta que a política da educação profissional no Brasil é resultado de tendências e disputas de poder de cunho econômico e político da sociedade ao longo da história. No mesmo sentido, Ciavatta e Ramos (2011) advertem que sua dualidade e fragmentação não devem ser encaradas como uma manifestação atual, mas pelas suas raízes sociais. As bases para a estruturação do sistema educacional no Brasil desenham uma dualidade estrutural que tem início já no trabalho dos jesuítas e é marcado por uma estruturação ideológica societal que, a partir de um cunho doutrinário e civilizatório, intencionava formar mão de obra para servir as necessidades do núcleo comunitário e participar da produção para o pagamento de tributos à Coroa. Durante os períodos colonial e imperial, o acesso à educação se restringiu às famílias privilegiadas social e economicamente que tinham condições de enviar seus filhos à Europa (AUSANI E POMMER, 2015).

No Brasil, não existem registros de atividades sistemáticas que se enquadrem ao campo da educação profissional até o século XIX, havia apenas a educação propedêutica destinada às elites, para a formação de futuros dirigentes. Dessa forma, a educação contribuía para a reprodução das classes sociais já estabelecidas, uma vez que só os filhos das elites tinham acesso às escolas das ciências, letras e artes. Em 1809, com a criação do Colégio de Fábricas, surge o embrião do que vem a se caracterizar como educação profissional. Essa iniciativa foi seguida pela criação de outras instituições objetivando a iniciação em ofícios e algum letramento para crianças pobres, órfãos e desvalidos. Nas palavras de Moura (2007):

A educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contra-ordem dos bons costumes. (MOURA, 2007, p. 3).

Já no século XX, em 1909 tem início a implementação de uma rede federal de educação profissional, quando o então presidente Nilo Peçanha determina a criação das Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais brasileiras. O decreto de criação considera o aumento da população nas cidades e as dificuldades do proletariado na luta pela sobrevivência e a necessidade não só de habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna para o preparo técnico e intelectual, como afastá-los do ócio, do vício e do crime (BRASIL, 1909).

Nesse contexto, o Brasil chega à década de 30 com um sistema dual em que a discrepância entre os filhos das elites e os filhos das classes trabalhadoras ocorria desde o primário (MOURA, 2007). Durante as décadas de 30 e 40, a partir das transformações econômicas e sociais advindas do início do processo de industrialização, a formação de trabalhadores passou a ser uma necessidade da expansão industrial, que demandava uma massa de trabalhadores para atender as demandas do capital, porém essa formação estava desvinculada da política educacional. Dessa forma, tem início um processo no qual a política de educação profissional passa a estar subordinada aos interesses industriais, do mercado e do capital (RAMOS, 2014).

A partir da década de 50, quando o modelo agrário exportador é substituído pelo modelo nacional desenvolvimentista, o Brasil se torna dependente do capital internacional a partir do setor industrial, que passa a demandar qualificação de mão de obra com base na teoria do capital humano. Outra função da educação profissional no período foi aliviar a grande pressão que havia por acesso ao ensino superior. Nesse decurso ganha destaque a lei 4024/61, a primeira LDB brasileira, que representa uma aproximação formal entre o ensino técnico e o propedêutico, pois a partir dela tanto os estudantes provenientes do ensino secundário quanto os estudantes provenientes da educação profissional, poderiam dar continuidade aos estudos no ensino superior. Porém o currículo mantinha a dualidade, e os estudantes vindos de cursos técnicos só podiam concorrer a cursos superiores da mesma área, enquanto os que vinham do ensino propedêutico podiam escolher. Uma década depois, a lei 5692/71, tornou compulsória a profissionalização de todos os estudantes do ensino secundário. Na ocasião, embora o discurso fosse uma escola única para todos, a lei acabou por aumentar a distância entre escolas para ricos e escolas para pobres pois a maioria das instituições não tinha condições materiais para oferecer cursos profissionais diversificados e de qualidade, não atendendo nem ao propósito do ensino profissionalizante, nem do propedêutico. Mais tarde, a lei 7044/82 retorna a possibilidade da escola optar por oferecer o ensino propedêutico ou ensino profissionalizante. Importante ressaltar que em 1964 tem início

da ditadura militar, que conserva a prerrogativa do capital internacional e das elites, contexto no qual a educação aparece como recurso para o desenvolvimento (TAVARES, 2012).

Apesar da Lei 5.692/71 instituir que todo o ensino de segundo grau seria profissionalizante nas escolas públicas e privadas brasileiras, Moura (2007) salienta que uma análise histórica revela uma realidade diferente. Na prática a obrigatoriedade ficou no âmbito das escolas públicas, principalmente estaduais e federais. As escolas particulares, em sua grande maioria, mantiveram currículos propedêuticos com foco nas ciências, letras e artes, voltados ao atendimento dos filhos das elites. Além disso, nos sistemas estaduais que não tinham histórico profissionalizante, a implementação da lei foi problemática, com uma concepção curricular que empobrecia a formação geral somada à falta de financiamento adequado e de formação de professores. O resultado foi a deterioração da escola básica pública e acentuação do dualismo entre educação básica e educação profissional.

No período que sucede o ano de 1985, o país saía da ditadura para reconstruir o estado de direito, a partir dos conflitos entre distintos projetos de sociedade. Para a educação, a disputa era entre uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos, e a submissão da educação à lógica de mercado. Prevaleceu a última, tanto na Constituição Federal de 88 quanto na LDB de 1996, que por sua vez, consolida a dualidade educacional abrindo caminho para a separação entre o ensino médio e a educação profissional. Nas palavras de Moura (2007):

Como a educação brasileira é estruturada na nova LDB em dois níveis – educação básica e educação superior, e a educação profissional não está em nenhum dos dois, consolida-se a dualidade de forma bastante explícita. Dito de outra maneira, a educação profissional não faz parte da estrutura da educação regular brasileira. É considerada como algo que vem em paralelo ou como um apêndice e, na falta de uma denominação mais adequada, resolveu-se tratá-la como modalidade, o que efetivamente não é correto. (MOURA, 2007, p. 16).

A década de 1990 foi marcada por profundas mudanças na legislação da educação profissional com intuito de reduzir gastos públicos e favorecer a iniciativa privada nesse ramo do ensino, consolidando a educação como mais um setor empresarial. O Decreto 2.208/97 separa o ensino médio do ensino técnico, criando matrículas e currículos distintos para cada um. A disposição do ensino profissionalizante técnico e tecnológico em um sistema paralelo à educação regular reforma a dualidade estrutural, e atende a três objetivos: o de evitar que os profissionais técnicos ingressem no ensino superior e não no mercado de trabalho, tornar os

cursos técnicos mais baratos, e estruturar os cursos técnicos de forma a dispensar o formando mais rapidamente ao mercado de trabalho e flexibilizar os currículos para que atendam com mais rapidez as demandas do mercado (TAVARES, 2012).

Progredindo na trajetória histórica, chegamos às transformações ocorridas no período de 2003 a 2011, durante o governo Lula, cuja primeira grande iniciativa foi a revogação do Decreto nº 2.208/97 por meio do Decreto nº 5.154/04 que trazia uma nova proposta de organização da educação profissional técnica de nível médio. O decreto prevê três formas de articulação entre cursos técnicos e ensino médio: integrada, com habilitação profissional técnica de nível médio aos que concluintes do ensino fundamental, na mesma matrícula; concomitante, onde a habilitação profissional e o ensino médio podem ocorrer ao mesmo tempo, porém com matrículas distintas; e subsequente, quando o curso profissionalizante é iniciado após o término do ensino médio (BRASIL, 2004).

Esse período também é marcado pela reformulação e expansão da Rede Federal de Ensino. A lei 11.892/08 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs), que além de oferecer o ensino técnico profissionalizante, verticalizam a oferta com ensino superior público e gratuito. Sobre a proposta dos institutos federais, Pacheco (2010 p.14) afirma:

Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõem é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida. (...) Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos.

Desse modo, vemos que o que está posto como objetivo dos institutos federais, é uma formação que aproxime o ensino profissionalizante e o ensino propedêutico. Tem-se, portanto, uma nova oportunidade e desafio para integração entre ensino médio e educação profissional, num esforço de superar a dualidade da educação brasileira.

2.2 Formação Integrada e Educação Profissional e Tecnológica

Como foi visto a partir do resgate histórico da educação profissional e tecnológica, a educação é um território em constante disputa, uma vez que nele está o projeto de sociedade que se pretende construir. Assim, ela pode colaborar com a transformação ou com a manutenção da sociedade (FREIRE, 1996). A dualidade da educação brasileira tende a manter a sociedade estagnada, reproduzindo as desigualdades à medida em que nega, na prática, aos filhos da classe trabalhadora, o acesso à educação de qualidade; enquanto a oferece aos filhos das famílias mais abastadas.

Frigotto (2001, p. 80), perante o cenário do início dos anos 2000, avalia que para a educação, sobretudo a educação profissional, subordinada ao ideário do mercado e do capital, num modelo de desenvolvimento excludente, atém-se a um papel de adestramento. “Trata-se de conformar o cidadão mínimo, que pensa minimamente e que reaja minimamente”. A educação escolar brasileira, organizada para fins imediatos de mercado, é marcada por formas curriculares instrumentais, formando um tipo humano conformado, política e pedagogicamente. Formas reducionistas de ensino desenvolvem algumas atividades em detrimento de outras, o que, no caso da classe trabalhadora, se resume a desenvolver nos estudantes capacidades cognitivas básicas e instrumentais, em detrimento da criatividade e da autonomia intelectual. Do contrário, se a finalidade estiver na utilidade social, deve formar um ser humano que reconhece a sociedade e sua transformação, desenvolvendo-o as capacidades de trabalhar, viver coletivamente e agir autonomamente sobre a realidade (ARAÚJO E FRIGOTTO, 2015).

Em contraponto a essa conjuntura, a concepção de educação profissional comprometida com uma formação humana, segundo Ramos (2014) propõe uma formação humana integral que busca reestabelecer o homem historicamente cindido pela divisão social do trabalho entre ação de executar e a ação de pensar ou dirigir, bem como superar a formação reducionista para o trabalho. Dessa forma:

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA; FRIGOTTO; RAMOS, 2005, p. 85).

Segundo Araújo e Frigotto (2015) o ensino integrado, como prática pedagógica orientada pela ideia da integralidade da formação humana, é um projeto de conteúdo político-pedagógico engajado, comprometido em promover a autonomia e liberdade dos sujeitos do ensino, principalmente professores e alunos. Projeto esse inspirado na ideia gramsciana de escola unitária, da qual se distingue pelos limites impostos pela sociedade capitalista contemporânea.

Moura (2013), ao discutir sobre o ensino médio na realidade socioeconômica brasileira, afirma que, do ponto de vista teórico e ético político, é imperativo um ensino médio fundamentado na concepção de formação humana integral, tendo como eixos estruturantes o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. Para o autor, essa concepção de ensino médio é coerente como uma travessia em direção as concepções de escola unitária de Gramsci, e de formação omnilateral ou politécnica, de Marx e Engels, concepções essas que não colidem, mas se complementam.

Quando se fala de formação integral, unitária, educação politécnica ou omnilateral, falamos na busca de uma educação que oportunize a superação dessa dualidade estrutural através de uma formação mais ampla que integre todos os aspectos do ser humano. Ciavatta (2014) observa que apesar de esses termos não serem sinônimos, são pertencentes ao mesmo universo de ações educativas, cuja origem está na educação socialista, que pretendia formar o ser humano em sua integridade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica. Em suas palavras:

Sua origem remota está na educação socialista, que pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica. (...) Preservou-se, no âmbito do convencimento e da luta política, o denso significado da educação politécnica como educação omnilateral ou formação em todos os aspectos da vida humana - física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional. (CIAVATTA, 2014, p. 191).

No Brasil, o termo politecnia ganha destaque em dois momentos históricos, a começar pelas discussões da LDB nos anos 80, e mais recentemente nos anos 2000 quando se recorre a tais lutas na tentativa de aprovação e implementação da formação integrada entre a educação profissional e o ensino médio. Assim:

Do ponto de vista do conceito, formação integrada significa mais do que uma forma de articulação entre ensino médio e educação profissional. Ela busca recuperar, no atual contexto histórico e sob uma específica de correlação de forças entre classes, a concepção de educação politécnica, de

educação omnilateral e de escola unitária, que esteve presente na disputa por uma LDB na década de 1980 e que foi perdida na aprovação da Lei 9.394/96. Assim, essa expressão também se relaciona com a luta pela superação do dualismo estrutural da sociedade e da educação brasileira, a divisão de classes, a divisão entre formação para o trabalho manual e para o trabalho intelectual, e em defesa da democracia e da escola pública. (CIAVATTA, 2014, p. 198).

Ao abordar a formação da escola unitária, temos dois sentidos principais, como norteadores do currículo integrado: O primeiro é o sentido da integração e da formação omnilateral. Segundo a autora, este sentido ainda não considera se a formação tem caráter geral ou profissionalizante, o sentido da integração tem, antes de tudo, uma dimensão de formação humana, tendo como pilares o trabalho, a ciência e a cultura. O segundo sentido, segundo Ramos, é a indissociabilidade entre educação profissional e educação básica. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de haver um itinerário formativo capaz de permitir, não apenas a formação profissional, de modo que não fique limitado a ela. Sob este aspecto, o Brasil apresenta, atualmente, a possibilidade de articulação entre o Ensino Médio e a formação profissional (RAMOS, 2014).

Nesse sentido, a construção do ensino médio integrado diz respeito a construir o ensino médio num processo formativo que integre as dimensões estruturantes da vida, trabalho, ciência e cultura, a fim de abrir novas perspectivas de vida, formando cidadãos autônomos e dirigentes. Nas palavras de Ramos (2014 p. 87):

No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, o que se quer com a concepção de educação integrada é que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

Assim, as concepções de educação integrada no sentido da politécnia corroboram para a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa, igualitária e democrática, através da promoção de uma formação integral do ser humano, envolvendo todas as suas dimensões. No entanto, Araújo e Frigotto (2015) salientam que para que o ensino integrado seja capaz de cumprir seu propósito de formar na perspectiva da totalidade, levando a emancipação dos sujeitos, faz-se necessário o compromisso de articulação dos processos de formação com o

projeto ético-político de transformação social. A esse respeito Frigotto (2001) corrobora ao apontar aspectos centrais para uma concepção de educação profissional centrada numa perspectiva emancipadora. Dentre eles, no plano societário constitui-se na construção contra hegemônica situada no terreno ético-político, onde se encontra um movimento de crítica ao projeto societário dominante centrado na lógica de mercado, dando lugar a afirmação de valores firmados na democracia efetiva, na igualdade e na solidariedade. No plano educativo, trata-se da proclamação por uma educação pública, laica, unitária, universal, omnilateral, tecnológica e politécnica, capaz de formar sujeitos autônomos e protagonistas da cidadania ativa.

A partir desses referenciais, discutiremos a relevância da participação na gestão democrática na formação dos estudantes, na perspectiva da formação integral, com propósito de construção da cidadania e emancipação social.

2.3 Base Legal da Gestão Democrática Escolar

A gestão democrática escolar no Brasil ganhou status de política pública no período de redemocratização do país, sendo considerada parte importante no empenho para melhoria da qualidade da educação brasileira. A constituição de 1988 faz-se um marco jurídico importante no propósito de uma escola pública, gratuita e de qualidade.

No texto constitucional a gestão democrática do ensino é posta como um dos princípios norteadores para o alcance dessa educação. Todavia:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
 IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 1988).

Cabe ressaltar, para além do princípio da gestão democrática, o caráter democrático da educação em si, uma vez constituída como direito de todos, evidenciando o propósito do desenvolvimento pleno da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania. Dessa forma, para Cury (2008), como bem público e por trazer a cidadania em seu exercício consciente, a educação escolar é por si mesma, cidadã. Em relação à gestão democrática, o autor afirma:

A Constituição fez escolha por um regime normativo e político, plural e descentralizado no qual se cruzam novos mecanismos de participação social com um modelo institucional cooperativo e recíproco que amplia o número de sujeitos políticos capazes de tomar decisões. Por isso mesmo a cooperação exige entendimento mútuo entre os entes federativos e a participação supõe a abertura de arenas públicas de decisão. (CURY, 2002, p. 5).

Na década seguinte, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é reforçado o caráter democrático da gestão escolar pública, que mais uma vez constitui princípio base para educação no texto da Lei 9.394/1996.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
 IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 VII - valorização do profissional da educação escolar;
 VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
 IX - garantia de padrão de qualidade;
 X - valorização da experiência extra-escolar;
 XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
 XII - consideração com a diversidade étnico-racial.
 XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 1996).

A LDB/1996 trata ainda da implementação desse princípio nos sistemas de ensino, assegurando não só a participação dos profissionais da educação, mas das comunidades

escolares e locais, incluindo assim os estudantes, familiares e toda a comunidade. Apresenta também possibilidades de canais de participação, como conselhos escolares.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, 1996).

Na direção de criar mecanismos para implementação efetivas dos princípios estabelecidos na constituição e na LBD/1996, o Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, aprovado pela Lei 13.005/2014 para o decênio 2014 – 2024 determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional do país. Assim:

Art. 2º São diretrizes do PNE:

I - erradicação do analfabetismo ;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

Além dessas diretrizes, o PNE traz um conjunto de vinte metas, cada uma com um conjunto de estratégias para implementação. No que diz respeito à gestão democrática do ensino, destacamos:

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb (...)

7.4. induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria

contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos(as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;
 7.16. apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

A meta 7 traz em suas estratégias o aprimoramento efetivo da gestão democrática com fins de fomentar a qualidade do ensino. Já a meta 19, se volta integralmente para efetivação da gestão democrática.

Meta 19: assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

19.1. priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;

19.2. ampliar os programas de apoio e formação aos(às) conselheiros(as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos(às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.3. incentivar os estados, o Distrito Federal e os municípios a constituírem fóruns permanentes de educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PNE e dos seus planos de educação;

19.4. estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.5. estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.6. estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos(as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos

escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.7. favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

19.8. desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão. (BRASIL, 2014).

Para a efetivação da gestão democrática, as estratégias da Meta 19 preconizam o incentivo e fortalecimento de fóruns de educação, conselhos escolares, conselhos municipais de educação, grêmios estudantis e associações de pais; estímulo a participação de profissionais da educação, alunos e comunidade na formulação dos documentos institucionais escolares, formação de conselheiros e gestores, além de favorecer a autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira das instituições escolares.

Cabe ressaltar que a democratização da educação não se limita a democratização de sua gestão, conforme estabelecido na legislação, é essencial que haja democratização de acesso e qualidade da educação e do ambiente escolar, para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades para que os sujeitos possam participar da tecedura da sociedade e do exercício da cidadania. Sendo assim, a gestão democrática do ensino, ao perpassar o arcabouço legal da educação, mostra-se fundamental para que a instituição escolar cumpra a função social a que se destina como direito de todos: formar para a cidadania e qualificar para o trabalho.

2.4 Gestão Democrática na Perspectiva da Formação Integral

Após percorrer a base legal da gestão democrática na educação brasileira, é preciso discutir conceitos e concepções necessários para sustentar sua implementação na perspectiva de um ensino abrangente fundamentado numa formação integral, que compreenda todas as dimensões humanas, necessárias para a vida social, cidadã e democrática.

Lück (1997) associa o conceito de gestão com fortalecimento da democratização do processo pedagógico, instituindo na escola uma orientação transformadora a partir da rede de relações que ocorre através dela, reconhecendo a importância da participação das pessoas nas decisões e planejamento. Em suas palavras:

A expressão “gestão educacional”, comumente utilizada para designar a ação dos dirigentes surge, por conseguinte, em substituição a "administração educacional", para representar não apenas novas ideias, mas sim um novo paradigma, que busca estabelecer na instituição uma orientação transformadora, a partir da dinamização de rede de relações que ocorrem, dialeticamente, no seu contexto interno e externo. Assim, como mudança paradigmática, está associada à transformação de inúmeras dimensões educacionais, pela superação pela dialética, de concepções dicotômicas que enfocam ora o diretivismo, ora o não-diretívismo; ora a heteroavaliação, ora a autoavaliação; ora a avaliação quantitativa, ora a qualitativa; ora a transmissão do conhecimento construído, ora a sua construção, a partir de uma visão da realidade. (LÜCK, 1997, p. 4).

A autora alerta que não se deve entender o termo gestão como simples substituição para o termo administração, uma vez que ocorre uma mudança de paradigmas associada a outras concepções e dinâmicas da educação, como o destaque para sua dimensão política e de prática social. Assim, a consciência de gestão supera a de administração, demandando a participação ativa de todos que atuam na comunidade. Fazem parte dessa mudança de paradigmas alguns aspectos, como a mudança da ótica fragmentada para a ótica globalizada, onde cada um faz parte do sistema como um todo; a troca da limitação de responsabilidade para a expansão da responsabilidade, da ação episódica e pontual para um processo contínuo, da hierarquização e burocratização para a coordenação de ações e da mudança, da ação individual para ação coletiva (LÜCK, 1997).

De acordo com Paro (2012), o estudo da gestão ou administração, vistos por ele como sinônimos, está relacionado ao melhor uso dos recursos para alcançar um fim, no caso da gestão escolar, o ensino. Dessa forma, não faz sentido dissociar o administrativo do pedagógico, uma vez que o administrativo é a mediação da realização de um fim, no caso, pedagógico. Em relação aos recursos a serem mediados para alcance do fim, estes compõem dois grupos interdependentes, os recursos objetivos, que incluem objetos e instrumentos de trabalho (materiais ou não) e os recursos subjetivos, que englobam a subjetividade humana, como a capacidade ou força de trabalho. Daí se obtém dois campos também interdependentes, o primeiro chamado racionalização do trabalho, e o segundo coordenação do trabalho com a coordenação do esforço humano coletivo. Cabe destacar que esses dois campos se interpenetram e se determinam mutuamente, um não podendo desconsiderar o outro. Importa destacar ainda, que os campos não devem perder de vista que os meios devem ser adequados aos fins, principalmente considerando a particularidade da educação.

Nesse sentido, sendo a atividade fim da escola o processo pedagógico, o aprendizado deve ser tomado como ponto de partida e de chegada da gestão escolar. Deve levar em conta

ainda a especificidade do objetivo da escola e a condição histórica do objeto de trabalho envolvido, incluindo o tipo de educação que se objetiva, uma vez que ela pode ser mantenedora da ideologia dominante ou possibilitar o desenvolvimento da consciência crítica dos sujeitos enquanto seres históricos, atendendo os direitos de cidadania e a necessidade de uma sociedade democrática.

Se a educação visa à formação do humano histórico que se afirma como sujeito, seu modo de realizar-se, ou seja, a relação pedagógica, precisa dar-se como prática democrática. O princípio que orienta esse processo nada mais é do que o princípio fundamental de toda ação administrativa, ou seja, o princípio de que os meios devem adequar-se aos fins. Se o fim da educação é a produção do homem histórico, se o que confere a este o caráter de histórico é sua condição de sujeito, então a ação pedagógica só pode dar-se supondo educandos que sejam sujeitos. (PARO, 2016, p. 32).

Consoante a intencionalidade em relação aos fins e políticas da educação, os processos de gestão assumem diferentes concepções. Libâneo (2018) aponta duas tendências para a gestão escolar, a técnico-científica e a sócio-crítica, que engloba as concepções autogestionária, interpretativa e democrática-participativa. Na concepção técnico-científica prepondera uma administração mais burocrática e tecnicista, com foco na hierarquização de cargos e funções, na racionalidade do trabalho com sua divisão técnica, na centralização de poder, na utilização de formas de comunicação verticalizadas onde há maior ênfase nas tarefas do que nas interações sociais, sem participação coletiva. Além disso, a escola é vista como uma realidade neutra e objetiva.

Já a tendência sócio crítica apresenta uma visão da escola como um espaço que deve ser construído na coletividade das interações sociais, onde o processo de gestão se dá no coletivo. A concepção autogestionária se baseia na responsabilidade coletiva e ausência de uma direção centralizada, com foco na participação direta e por igual dos membros da instituição com recusa do uso da autoridade. Promove assim, o poder coletivo da escola, na qual as decisões são tomadas por meio de assembleias e reuniões. Nessa concepção há alternância no exercício das funções e a ênfase está mais nas relações pessoais do que nas tarefas. A concepção interpretativa trabalha com base em experiências subjetivas, entende a escola como uma realidade social subjetivamente construída, de forma que valoriza menos o ato de organizar e mais os valores e práticas compartilhadas numa ação organizadora. Já a concepção democrática-participativa defende a tomada de decisões de forma coletiva, com formas de gestão participativa com coordenação, para que se atinja objetivos comuns

assumidos por todos, sem desobrigar das responsabilidades individuais. Busca ainda a objetividade no tratamento das questões de organização e gestão (LIBÂNEO, 2018). Nesse estudo será considerada a tendência sócio-crítica da gestão associada a concepção democrática-participativa, na perspectiva da escola como um espaço que privilegia formas democráticas de tomada de decisões, sendo estas entendidas como práticas educativas incumbidas de valores e atitudes que atuam na aprendizagem dos alunos.

Gadotti (2014), sustenta que a gestão democrática está ligada a uma concepção de educação com propósito democrático e emancipador, de modo que o fazer pedagógico não pode estar desvinculado do objetivo social da escola. Para ele, a gestão democrática faz parte da natureza mesma do ato pedagógico. Dourado (2012) corrobora que a gestão escolar não constitui neutralidade, uma vez que envolve atores e tomada de decisões que exigem posicionamento. Assim, a gestão democrática escolar configura-se como ato político, uma vez que propicia participação coletiva e aprendizado político para construção de cidadania e luta política que vislumbram um potencial transformador das relações sociais e autoritárias da sociedade.

Nesse sentido, Paro (1998) nos questiona a pensar qual tipo de escola se deseja, pois se se pretende que a escola tenha um papel na emancipação do indivíduo enquanto cidadão e no fortalecimento de uma sociedade democrática, então a gestão escolar deve concorrer para esses objetivos. Na mesma linha, Libâneo (2018) caracteriza a necessidade de se alinhar a cultura organizacional com os objetivos da escola. Dessa forma:

se um dos objetivos da escola é a formação da cidadania, é preciso criar formas específicas de gestão em que os alunos aprendam a se organizar, a planejar e tomar decisões, a argumentar. Se o objetivo é estabelecer na escola formas democráticas de gestão, será preciso instituir práticas de gestão e tomada de decisões participativas e transparentes. (LIBÂNEO, 2018, p. 94).

Assim, se o que se espera é uma educação que forme para a democracia, é preciso que a escola seja um ambiente democrático, de forma que o aluno ao ter seus direitos respeitados no ambiente escolar, exerça a cidadania para além dos muros da escola. A respeito da postura do estudante como sujeito de direitos, Paro ressalta que:

Nessa caracterização democrática, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como “titulares de direito”, mas também como “criadores de novos direitos”, é preciso que a educação se preocupe com dotá-los das capacidades culturais exigidas para exercer essas

atribuições, justificando-se, portanto, a necessidade de a escola cuidar, de modo planejado e não apenas difuso, de uma autêntica formação democrata. (PARO, 2007 p. 25).

De acordo com Lima (2013), a educação para a democracia e para a cidadania, acontece através de práticas educativas democráticas de natureza organizacional, pois a organização e a administração escolar são políticas, educativas e pedagógicas. Dessa forma, é preciso atentar para o fato de que a organização e administração das organizações educativas constituem pedagogia implícita e currículo oculto, cujo exercício, quando não é neutro ou instrumental, promove valores, e regula um contexto social onde se é capaz de socializar e ser socializado, produzir e reproduzir regras, e também exercer poderes. Em termos políticos e éticos, esse exercício exige a promoção do potencial democrático, de autonomia e cidadania, de tolerância e respeito ativo pelos direitos humanos.

Partindo dessas dimensões, compreende-se a relevância da gestão democrática escolar não apenas em seu aspecto administrativo, mas em seu caráter de processo formativo na perspectiva de uma educação comprometida com a formação integral do sujeito que contemple não apenas sua formação para o trabalho, mas a dimensão histórica, social e política para cidadania.

Para implementação efetiva de um modelo de gestão democrática faz-se necessária a presença de alguns princípios no dia a dia escolar. Lück (2020, p. 13) destaca como princípios a autonomia, a participação, o autocontrole e a responsabilidade. Segundo a autora, ao autocontrole cabe equilibrar a autonomia e a participação, para que a escola não caia “na prática do espontaneísmo e falta de orientação e direcionamento”. Já o princípio da responsabilidade envolve questões de avaliação e demonstração pública de qualidade do trabalho, a fim de contínua melhoria. Consoante aos fins deste trabalho, destacaremos os princípios da autonomia e da participação. Para Gadotti (2014, p. 1), “a participação e a autonomia compõem a própria natureza do ato pedagógico”.

Segundo Libâneo (2018, p. 89) autonomia significa “a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios”. Assim, a autonomia de uma instituição significa que ela tem poder de decisão sobre seus objetivos e formas de organização, com relativa independência de um poder central, inclusive na administração de recursos financeiros. No cenário da escola, esta pode conceber sua trajetória envolvendo professores, estudantes, funcionários, pais e a comunidade entorno, tornando-se espaço de trabalho coletivo e aprendizagem. Entretanto, em se tratando da escola pública, essa autonomia é sempre relativa, uma vez que as escolas não são isoladas, mas integram um sistema escolar

mais amplo, que depende de políticas públicas. O autor adverte que muitas vezes essa relação pode ser conflituosa.

O sistema de ensino pode estar desprovido de uma política global, estar mal organizado e mal administrado. As autoridades podem atribuir autonomia às escolas para, com isso, desobrigar o poder público de suas responsabilidades. Se por sua vez, os critérios e diretrizes de organização são estabelecidos dentro de marcos estreitos de cada escola, perdem-se de vista diretrizes gerais do sistema e sua articulação com a sociedade. Ou ainda, subordinando-se às diretrizes dos órgãos superiores, pode acontecer que as escolas as apliquem mecanicamente, sem levar em conta as condições reais de seu funcionamento. (LIBÂNEO, 2018, p. 119).

Nesse sentido, Lück (2020 p. 46) ressalta que “autonomia não é soberania”, sendo, portanto, limitada, uma vez que não sobrepõe a vinculação da instituição escolar ao sistema que a mantém, acorde direcionamentos e objetivos gerais da educação, coordenação e normatização.

Tratando-se a escola de uma instituição social com o objetivo de desenvolver nos estudantes potencialidades para que sejam cidadãos participativos na sociedade (LIBÂNEO, 2018), cabe explorar outro aspecto concernente à autonomia escolar. Para Xavier (2019) numa perspectiva democrática, o princípio da autonomia deve contemplar não apenas os aspectos jurídico-administrativos da escola, mas a autonomia dos sujeitos sociais a que a compõem. Na perspectiva de formação da autonomia do educando, e considerando que a prática de comportamentos democráticos no ambiente escolar, promove comportamentos sociais democráticos para além da escola, Freire (1996 p.67) lembra que “Ninguém é autônomo primeiro pra depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas”. Dessa forma, “é decidindo que se aprende a decidir” e assim se chega à autonomia.

Na medida que a autonomia se opõe a formas autoritárias de tomada de decisão, a participação é, para Libâneo (2018) o que fundamenta a autonomia, sendo sua realização concreta. É também a principal forma de afirmar a gestão democrática da escola.

Segundo Bordenave (1994) a participação tem duas bases que devem se equilibrar, uma afetiva, sobre a qual participamos pelo prazer de fazer coisas com outras pessoas, e uma instrumental, sobre a qual participamos porque é mais eficiente fazer coisas com os outros do que sozinhos, ou mesmo porque com os outros podemos fazer coisas que não conseguiríamos sozinhos. Lück (2013, p. 29) define participação como:

Uma força de atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhe são afetas, dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme.

Sobressai, a partir dessa definição, que a participação implica um processo de construção de pertencimento e entendimento permanentes. Nessa ótica, Demo (1996) conceitua participação como:

uma conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. (DEMO, 1996, p. 18).

Além de possibilitar o envolvimento de profissionais e usuários (estudantes e pais) na tomada de decisões e funcionamento escolar, a participação propicia maior conhecimento de objetivos, estrutura organizacional, relações da escola com a comunidade, avaliação dos serviços ofertados e aproximação entre os professores, alunos, pais e comunidade (LIBÂNEO, 2018). A participação proporciona à população aprofundar seu grau de organização e compreensão do Estado, possibilitando uma influência mais efetiva no seu funcionamento. Enquanto na escola, a participação contribui para a democratização das relações de poder que ocorrem em seu interior e, a partir disso, para a melhoria da qualidade de ensino (GADOTTI E ROMÃO, 1997).

De acordo com Libâneo (2018), participação é a atuação dos profissionais e usuários da educação na gestão da escola. O autor demarca dois sentidos existentes na participação da escola:

Há a participação como meio de conquista da autonomia da escola, dos professores, dos alunos, constituindo-se como prática formativa, como elemento pedagógico, metodológico e curricular. Há a participação como processo organizacional em que profissionais e usuários da escola compartilham, institucionalmente, certos processos de tomada de decisão. (LIBÂNEO, 2018, p. 117).

Em relação ao sentido como meio de conquista da autonomia, se dá por meio dos canais de participação da comunidade, através dos quais a escola deixa de ser um local vedado alheio à realidade, e passa a integrar uma comunidade educativa que interage com a sociedade civil. Através da vivência da prática da participação nos órgãos deliberativos da

escola, os pais, professores e estudantes passam a se sentir responsáveis pelas decisões que afetam a sociedade. No sentido da participação como processo organizacional, a participação contribui para os objetivos da educação e da escola, pois esta tem também a finalidade de formar competências para a participação na vida social, econômica e política.

Gadotti (1994) sustenta que a participação na gestão democrática escolar além de melhorar o ensino como um todo, na medida que aproxima os estudantes da escola e dos conteúdos, é parte do aprendizado para a cidadania, para qual a formação é dever social da escola. É nesse sentido que a gestão democrática compreende caráter político, abrindo caminho para a transformação de relações sociais autoritárias (DOURADO, 2012). Dessa forma, é necessário que as instituições de ensino, em conjunto com a comunidade escolar criem mecanismos que possibilitem a integração dos estudantes no processo de gestão, bem como promovam um ambiente dialógico e democrático, com a participação efetiva dos estudantes.

2.5 Gestão Democrática no IFF *Campus* Campos Centro

Para identificar mecanismos institucionais que proporcionam a participação discente na gestão do IFF, foi utilizada, inicialmente, a página oficial do instituto < www.iff.edu.br > . No site do IFF, clicando no *link* “Acesso a Informação”, depois “Participação Social”, encontramos o link “Conheça os colegiados no IFF”. Ao clicar, temos acesso a páginas que apresentam três colegiados: o Conselho Superior, órgão máximo da instituição; o Colégio de Dirigentes, órgão colegiado superior de caráter consultivo, composto pelo reitor, pró-reitores e diretores gerais dos *campi*; e o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, conhecido como CENPEI. As páginas sobre tais colegiados trazem informações básicas como algumas de suas atribuições e estrutura, elas também podem ser acessadas através da aba “Conheça o IFF”, clicando em “Colegiados”.

Figura 1: Página dos Colegiados no Portal do IFF



Fonte: Captura de tela feita pela autora, 2022.

O link “Acesso a Informação” também dá acesso à página “Documentos normativos do IFFluminense”. A página tem a função de auxiliar na busca por documentos normativos, que versam sobre a estrutura organizacional e de gestão, entre eles os regimentos os órgãos que referenciaremos a seguir. Cabe esclarecer que a página direciona para o Centro de Documentação Digital < www.cdd.iff.edu.br >, o qual a Portaria nº 739/2014 estabelece como meio de publicização de atos oficiais do IFF em formato digital, funcionando assim como um repositório para os documentos oficiais do IFF em formato digital, onde estão todas as resoluções, portarias, entre outros. A partir da busca descrita foram analisados para identificação de mecanismos de participação discente, os seguintes documentos: o Estatuto do IFF, o Regimento Geral, o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Regimento do Conselho Superior, o Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação e o Regimento do Conselho do *Campus* Campos Centro.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) em vigência, foi aprovado pela Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2018. De acordo com o documento, as metodologias utilizadas em sua elaboração foram capazes de “movimentar a comunidade para conseguirmos chegar a um documento democrático, participativo e solidário” (IFF, 2018 P. 2), com o empenho de diversos servidores e apesar de encontrar desafios para engajar a comunidade institucional,

As ações foram permeadas por um processo contínuo de reuniões, visitas aos *campi* (Caravana PDI) e Seminário de Gestores, que condicionou seu aprimoramento, possibilitando a superação das dificuldades e desafios que

emergem no processo de formação pedagógica pautado em práticas democráticas e coletivas. (IFF, 2018 p. 2)

No documento são expressas a missão, a visão e os valores da instituição, na promoção da EPT na perspectiva da formação integral de jovens e trabalhadores, e de “ser uma instituição fundamentada na gestão colegiada e democrática, integrando ensino, pesquisa, inovação, esporte, cultura e internacionalização” (IFF, 2018 p. 27). Segundo ele, na construção do PDI, a função social das instituições deve ser renovada como manifestação de escolhas na perspectiva de transformação e superação de desigualdades socioeducativas.

Em termos de acompanhamento e avaliação do desenvolvimento institucional, o IFF os vê como oportunidade de refletir e analisar criticamente a instituição, para sua melhoria e aperfeiçoamento. O acompanhamento e a avaliação do PDI são realizados, prioritariamente pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), com o envolvimento dos órgãos colegiados, como os conselhos de *campus*. De acordo com o documento, “A atuação desses órgãos permite e facilita a comunicação, a integração e a análise pelos principais representantes da comunidade acadêmica (IFF, 2018 p.318).

O PDI ressalta ainda, a importância da participação dos diferentes atores da comunidade acadêmica dos processos de concepção, execução, acompanhamento, avaliação e atualização do documento, apontando a necessidade de uma participação mais efetiva, para o desenvolvimento de uma gestão em rede, e uma comunicação mais ampla. Nesse sentido, é dever da instituição favorecer a comunicação, a cooperação e as condições necessárias. São elencadas medidas para a participação da comunidade:

Para que a comunidade possa participar da avaliação institucional, são disponibilizadas informações no site do IFFluminense. Esse canal de comunicação envolve a disponibilização digital do PDI, com a descrição sintética da Missão, Visão e Valores do IFFluminense, dos Objetivos Institucionais e das Políticas Gerais, Metas e Programas definidos. Com o intuito de captar comentários e sugestões, o site institucional também disponibiliza através do menu “Plano de Desenvolvimento Institucional/ Dúvidas e Sugestões”, uma área destinada ao registro dessas informações, que serão utilizadas como base para a revisão/atualização do documento” (IFF, 2018 p. 323)

Incluído no PDI, está o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI). O PPI é definido como um instrumento teórico e metodológico para referenciar e orientar as ações da instituição e compreende os conceitos de humanidade e sociedade desejados coletivamente, partindo do entendimento da ação educativa como uma ferramenta de intervenção. A Lei nº9.394/1996 estabelece que a elaboração do projeto pedagógico da

escola deve ter a participação dos profissionais da educação. No IFF, a construção do PPI é destacada como tendo sido compartilhada e coletiva de forma que

para além de um documento formal, passou a permear efetivamente as práticas pedagógicas da instituição, possibilitando ainda a progressiva constituição de uma identidade institucional sólida, considerando as decisões estratégicas e políticas, as especificidades da oferta da educação profissional técnica e tecnológica nos Institutos Federais e seu compromisso com a construção de uma sociedade mais solidária e justa (IFF, 2018 p.2)

O PPI dispõe sobre a vinculação da formação dos estudantes com o exercício da cidadania, através da incorporação de conhecimentos científicos e tecnológicos no contexto social dos alunos, para que esses possam interagir, compreender as dimensões da sociedade e tomar decisões.

O objetivo formativo, dessa maneira, passa a abarcar o desenvolvimento de valores vinculados aos interesses coletivos, e a própria discussão desses valores contribui para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a sociedade (IFF, 2018 p 42).

A educação é assim compreendida em uma dimensão mais ampla, essencial para a promoção da cidadania, logo, imprescindível para inclusão social plena. Ela deve concorrer para a formação de um cidadão consciente de seus direitos e deveres, capaz de compreender a realidade e intervir possibilitando transformações políticas, econômicas, culturais e sociais.

Ou seja, uma educação potencializadora do ser humano enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade e na perspectiva de sua emancipação (IFF, 2018 p. 44)

Desse modo, por meio da educação o IFF deve cumprir seu papel social contribuindo para uma sociedade mais igualitária, sustentável, autônoma e solidária.

O PPI do IFF é considerado um instrumento resultante de um processo democrático, que teve por objetivo um documento que representasse o pensar e fazer pedagógico da instituição, de forma que todos os sujeitos se reconheçam. Logo, o acompanhamento e a avaliação do PPI devem abranger toda a comunidade acadêmica. Para isso, prevê que a cada quatro anos seja aberto um processo coletivo de avaliação e revisão do documento, composto por estudantes, técnicos-administrativos e professores, para verificar o que foi alcançado, as dificuldades encontradas e o que não tenha sido realizado.

Como mecanismo de revisão e avaliação, destacamos os fóruns presenciais, a serem realizados nos *campi*, conforme calendário próprio, bem como as consultas, enquetes e/ou questionários, disponibilizados no site do IFF, os quais devem ser conduzidos e desencadeados por sub-comissões escolhidas por cada *campus* e referendadas por portaria, sob a gestão central da Pró-Reitoria de Ensino do IFF. (IFF, 2018 p. 66)

Após as contribuições das comissões citadas está prevista a elaboração de um documento atualizado que ficará disponível para avaliações e contribuições por período previsto em cronograma, para posterior finalização e publicação do PPI atualizado.

O Estatuto do IFF estabelece, entre os princípios norteadores da instituição, o compromisso com justiça social, com a cidadania, com a gestão democrática e com a educação emancipatória. De acordo com o estatuto, o corpo discente do IFF é constituído de todos os alunos matriculados nos cursos e programas da instituição. Sobre sua participação em votações, o documento dispõe sobre a necessidade de estar com matrícula regular ativa:

Art. 46. Somente os alunos com matrícula regular ativa nos cursos de educação básica, técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação poderão votar e serem votados para as representações discentes do Conselho Superior, bem como participar dos processos eletivos para escolha do Reitor e Diretores-Gerais.

Parágrafo único. Será considerada matrícula regular ativa aquela que atender aos critérios definidos pela regulamentação didático-pedagógica do IFFluminense (IFF, 2017 a p. 20).

Ao apresentar os órgãos executivos da gestão do IFF, o estatuto dispõe que o instituto será dirigido por um reitor, que deve ser escolhido em processo seletivo pelos servidores e pelos estudantes regularmente matriculados, para um mandato de quatro anos a partir de sua posse, podendo ser reconduzido por mais um mandato. Da mesma forma, os diretores gerais serão escolhidos e nomeados (IFF, 2017 a). A organização administrativa da instituição é apresentada no estatuto da seguinte forma:

Art. 7.º A organização geral do Instituto Federal Fluminense compreende:

I. ÓRGÃOS SUPERIORES

a) Conselho Superior; e

b) Colégio de Dirigentes;

II. ÓRGÃO EXECUTIVO

a) Gabinete reitoria

b) Pró-Reitorias em número de cinco, consoante com o art. 11 da Lei 11.892/2008, com denominação e atribuições definidas nas respectivas portarias de nomeação;

c) Diretorias Sistêmicas;

d) Polo de Inovação Campos dos Goytacazes (consoante Art. 6º da Portaria nº 37 de 29 de outubro de 2015);

e) Centro de Referência

f) Órgãos seccionais:

f1) Auditoria Interna; e

f2) Procuradoria Federal.

III. ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

a) Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão, e Inovação;

b) Comissão Permanente de Pessoal Docente;

c) CIS-PCCTAE.

d) CPAD

e) Comissão Própria de Avaliação

IV. *Campi* ou Unidades Administrativas, conforme estabelecido na Portaria do Gabinete do Ministro N.º 291, de 30/12/2013 (D.O.U. de 31 de dezembro de 2013), que, para fins da legislação educacional, são consideradas Sedes.

§ 1.º - Os *campi* terão na sua organização administrativa, como colegiados máximos, Conselhos de *Campus*, instituídos na forma regimental; (IFF, 2017 a p. 6)

Destes, destacaremos nesse trabalho, os órgãos que estabelecem a participação de representantes discentes entre os membros, dessa forma, o Conselho Superior, dentre os órgãos superiores, o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação e a Comissão Própria de Avaliação e o Conselho de *Campus*, entre os órgãos de assessoramento. Conforme estabelecido no documento, o detalhamento desses órgãos se dará através do regimento geral, e de regimento e regulamentação próprias, além disso a estrutura organizacional também é abarcada no PDI da instituição.

O Conselho Superior (CONSUP) é o órgão máximo do Instituto Federal Fluminense, tendo caráter consultivo e deliberativo e teve seu regimento aprovado pela Resolução nº16, de 24 de junho de 2019, retificada pela Resolução nº18/ 2019 e alterada pela Resolução nº5/2022. De acordo com o PDI, o conselho superior “trata de assuntos relativos a políticas institucionais, orçamento anual, prestação de contas, eleições para reitor e diretores gerais, entre outros” (IFF, 2018 a p.261). Ele deve ser composto por representantes dos servidores docentes, dos servidores técnico-administrativos em educação, dos estudantes, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do IFF, de forma que seja assegurada a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica. No que diz respeito a representação dos estudantes, o regimento estabelece que o CONSUP seja composto de quatro representantes do corpo discente, e até dois suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental. O mandato destes membros deve ter duração de dois anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente. Em seu art. 9º a resolução estabelece as atribuições desses conselheiros.

Art. 9º Compete aos Conselheiros:

I – participar e votar nas reuniões do Conselho Superior;

II - justificar a ausência à reunião do Conselho Superior;

III - examinar a ata de reunião da qual tenha participado, requerendo à Presidência as

retificações, supressões ou aditamentos no seu texto quando entender necessários;

IV - submeter à Presidência questões de ordem concernentes ao andamento das reuniões e ao procedimento de discussão e votação das matérias;

V - propor, nos termos regimentais, a discussão e votação imediata de matéria da pauta;

VI - apresentar, por escrito e justificadamente, propostas sobre assuntos da competência do Conselho Superior a serem discutidos e votados;

VII - atuar como Relator, apresentando voto, fundamentado e preferencialmente por escrito, nos expedientes que lhe tenham sido distribuído;

VIII - participar das discussões, efetuando, a seu critério, declaração de voto, com a

justificativa do posicionamento assumido;

IX - requerer a inserção em ata de declaração de voto efetuada nos termos do inciso anterior;

X – conceder, ou não, aparte quando estiver com a palavra;

XI - solicitar a colaboração da Secretaria do Conselho Superior;

XII - requisitar elementos para o exame de matéria submetida ao Conselho Superior;

XIII – integrar grupos de trabalho e comissões destinados ao cumprimento da competência do Conselho Superior;

XIV - representar o Conselho Superior em solenidade ou evento específico, mediante

designação prévia do Presidente.

§ 1º Os membros titulares serão substituídos, nos impedimentos legais e eventuais, por seus respectivos suplentes.

§ 2º Os membros suplentes poderão participar das reuniões do Conselho Superior na presença do titular, na condição de ouvintes, sem direito a voto. (IFF, 2019)

Para a escolha dos membros de representação discente, entre outros, foram definidos quatro núcleos, que são conjuntos de *campi*, unidades e reitoria do IFF. O *Campus* Campos Centro faz parte do Núcleo II, formado pelos *campi*, unidades e reitoria localizados no município de Campos dos Goytacazes e São João da Barra. Cada um desses núcleos pode ter no máximo uma representação discente, considerando titular e suplentes. Tais representantes devem ser escolhidos considerando o princípio da universalidade, sem restrição de núcleos.

De acordo com o regimento do CONSUP, compete à instituição garantir aos conselheiros meios de participação nas reuniões ordinárias e extraordinárias, sendo garantido às representações discentes os direitos de reposição de suas atividades acadêmicas no IFF. Em caso de ausência dos membros titulares do conselho, eles serão substituídos por seus suplentes, que podem participar das reuniões também na presença do titular, porém como

ouvintes, sem direito a voto. A vacância dos conselheiros pode se dar devido a quatro casos: renúncia voluntária; falecimento ou impedimento definitivo; descaracterização da representatividade do segmento ao qual pertence; e falta injustificada a três reuniões seguidas sem suplente. Nesses casos, a vacância de conselheiros representantes discentes deve ser oficializada pelo conselho para posse do suplente, ou não havendo suplente, para deflagração de novo processo eleitoral, para complementação do mandato, visando a integralidade do quadro de membros. Para aqueles que não são membros, as reuniões do conselho superior poderão ser abertas na condição de ouvintes, e poderá ter direito a fala, mas essa participação depende da deliberação e aprovação dos conselheiros (IFF, 2019).

O Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (CENPEI), é um órgão colegiado intermediário, de caráter normativo e consultivo. De acordo com seu regimento, aprovado pela Resolução nº 48, de 03 de dezembro de 2020, sua função é de assessoramento, no que diz respeito “a matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico cultural, desportiva e de gestão” (IFF, 2020 p. 2). Em sua composição, é destinado ao corpo discente um representante por *campus*, e igual número de suplentes, eleitos por seus pares. Nesse caso, o mandato tem duração de dois anos, sendo a reeleição permitida uma única vez. O regimento do conselho estabelece as atribuições dos seus membros.

Art. 13. Aos membros do CENPEI, compete:

- I - comparecer no dia, hora e local designados para realização das reuniões, conforme a convocação e, quando impedido, justificar o não comparecimento junto à Secretaria;
- II - exercer o direito de voto, na forma estabelecida por este Regimento Interno;
- III - não se eximir de trabalho para o qual for designado pelo Presidente, salvo por motivo justo, que será submetido à consideração do Conselho;
- IV - apresentar, nos prazos legais, as informações e pareceres de que for incumbido;
- V - propor matéria para constar em pauta;
- VI - propor homenagens, menção de louvor ou votos de pesar;
- VII - debater matéria da pauta;
- VIII - requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente;
- IX - pedir vistas de matéria;
- X - propor a retirada de matéria da pauta;
- XI - apresentar questões de ordem nas reuniões;
- XII - conceder o uso da palavra a outro membro do Conselho para manifestação durante as reuniões;
- XIII - votar na proposta de pauta e nas matérias constantes da ordem do dia;
- XIV - assinar as atas aprovadas;
- XV - manter seus pares informados das matérias discutidas;
- XVI - tratar com a devida consideração e respeito os demais membros do Conselho. (IFF, 2020 p. 7)

O membro do CENPEI que se afastar de forma definitiva do conselho será substituído pelo seu suplente até a finalização do mandato. Os representantes discentes poderão perder o mandato caso faltem a três reuniões ordinárias consecutivas ou à metade das reuniões em um ano, sem justificativa. Caso fique vago o espaço de 20% dos membros destinados ao corpo discente, docente e técnico administrativo, haverá nova eleição para composição dos representantes. A participação nas reuniões do CENPEI como ouvinte é aberta para toda a comunidade acadêmica.

De acordo com o Regimento Geral do IFF, os conselhos de *campus* colaboram com o aperfeiçoamento do processo educativo e execução das políticas do IFF nos *campi* (IFF, 2017 b). O Conselho do *Campus* Campos Centro tem seu regimento aprovado pela Resolução nº24, de 19 de maio de 2022. De acordo com a resolução, o conselho tem caráter consultivo e deliberativo e fiscalizador, e em sua composição estão previstos representantes dos servidores docentes, dos servidores técnico-administrativos em educação, dos estudantes, da gestão do *campus* e da sociedade civil, com representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica. Nesse sentido, em sua composição, estão previstos três representantes do corpo discente com matrícula ativa, e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, por mandatos de 02 anos, permitidas até duas reconduções, sendo uma delas em posição (titular ou suplente) diferente da já ocupada (IFF, 2022). As atribuições dos membros do conselho do *campus* Campos Centro estão descritas no art. 9º da resolução:

Art. 9º Compete ao Conselheiro:

I - participar e votar nas reuniões do Conselho do *Campus*;

II - justificar a ausência à reunião do Conselho do *Campus*;

III - examinar a ata de reunião da qual tenha participado, requerendo à Presidência as retificações, supressões ou aditamentos no seu texto quando entender necessários;

IV - submeter à Presidência questões de ordem concernentes ao andamento das reuniões e ao procedimento de discussão e votação das matérias;

V - propor, nos termos regimentais, a discussão e votação imediata de matéria da pauta;

VI - apresentar, por escrito ou com registro em ata, propostas sobre assuntos da competência do Conselho do *Campus* a serem discutidos e votados;

VII - atuar como Relator, apresentando voto fundamentado e preferencialmente por escrito, nos expedientes que lhe tenham sido distribuídos;

VIII - participar das discussões, efetuando, a seu critério, declaração de voto com a justificativa do posicionamento assumido;

IX - conceder, ou não, aparte quando estiver com a palavra;

X - solicitar a colaboração da Secretaria do Conselho do *Campus*;

XI - requisitar elementos para o exame de matéria submetida ao Conselho do *Campus*;

- XII - integrar grupos de trabalho e comissões destinados ao cumprimento da competência do Conselho do *Campus*;
- XIII - representar o Conselho do *Campus* em solenidade ou evento específico, mediante designação prévia do Presidente. (IFF, 2022 p. 4)

O regimento interno do Conselho do *Campus* Campos Centro prevê que os membros suplentes poderão participar das reuniões mesmo na presença do titular, mas sem direito a voto. No afastamento definitivo de um de seus membros, seu suplente assumirá o mandato, e no caso de afastamento do membro titular e do suplente, nova eleição será realizada para uma nova chapa em mandato tampão. O conselheiro pode perder o mandato se faltar, sem justificativa, a duas reuniões consecutivas, tiver representatividade diferente daquela para que foi designado, ou perder o vínculo que justificou sua representação.

Para eleição de novas chapas, o Conselho do *Campus* Campos Centro deve designar, no prazo de 90 dias antes do mandato dos membros eleitos, uma comissão para formular edital e acompanhar o processo eleitoral. Essa comissão deve ter pelo menos um representante dos discentes, um dos servidores técnico-administrativos e um dos docentes, de forma que a comissão deve ter de três a seis membros. Poderão candidatar-se todos os estudantes com matrícula ativa no *Campus* Campos Centro, desde que formem chapas com um titular e um suplente. Da mesma forma, todos os estudantes com matrícula ativa terão direito a um voto por segmento.

O conselho do *campus* pode deliberar, de acordo com a pauta, se as reuniões serão abertas a participação da comunidade acadêmica na condição de ouvintes, sem direito a voz ou a voto.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é definida pelo Regimento Geral do IFF como uma comissão multicampi de atuação autônoma, responsável pela autoavaliação da instituição, “com o objetivo de conduzir os processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestação de informações solicitadas pelo INEP” (FF, 2017 b p.17). Ela é estabelecida pela lei 10.861/ 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e no IFF, está regimentada pela Resolução nº 57, de 22 de outubro de 2021. De acordo com o PDI do IFF, para a CPA, a autoavaliação da instituição tem cunho diagnóstico, formativo e coletivo, de forma que

Busca desenvolver uma avaliação interna de forma democrática e participativa. A sensibilização da comunidade acadêmica acontece por meio da promoção de debates aberto e proposições dos diversos segmentos institucionais (IFF, 2018 a p. 314).

Em termos de participação discente, a CPA é composta por um representante titular do corpo discente para cada unidade, e seu respectivo suplente, que devem ser escolhidos pelos seus pares. Todavia, em caso de ausência de inscrições para participação no processo eleitoral, o regimento da CPA prevê que o representante discente e seu suplente serão indicados pelo Conselho de *Campus* da unidade. Os representantes discentes eleitos terão mandato de dois anos, podendo haver uma recondução. Estes poderão perder o mandato caso falem, sem justificativa, a três reuniões seguidas ou cinco intercaladas no período de um ano, se mudar de unidade, cessar vínculo com o IFF ou vir a ter representatividade diferente da sua designação. Em caso de vacância do representante titular, assumirá o suplente. Em caso de vacância de ambos, o conselho do respectivo *campus* deverá indicar um membro para assumir o restante do mandato.

Na pesquisa descrita por meio do site do IFF também foi identificada a participação discente na Câmara de Políticas Estudantis, vinculada à Diretoria de Desenvolvimento de Políticas Estudantis (DIGEPE) e instituída através da Portaria nº 1.831, de 17 de dezembro de 2018. A Câmara de Políticas Estudantis “possui função consultiva na formulação e aperfeiçoamento da política de assistência estudantil” (IFF, 2018 b p. 1). Em sua composição está prevista um membro representante discente por núcleo do IFF, que poderá indicar seu representante em caso de impossibilidade de comparecimento às reuniões.

Além dos mecanismos de participação identificados através da busca no site do IFF, esse estudo compreenderá o Grêmio Estudantil e o Conselho Acadêmicos de Representantes de Turma (CART), através de seus estatutos. Esses documentos foram cedidos para a pesquisa pelos respectivos presidentes dos órgãos estudantis.

O Grêmio Estudantil Nilo Peçanha (GENP) é uma organização sem fins lucrativos, autônoma e independente de qualquer movimento político, social e religioso. Representa apenas o corpo discente secundarista do IFF Campus Campos Centro, sendo deste a entidade máxima de representação. Todos os estudantes matriculados no IFF *Campus* Campos Centro são associados do grêmio. Entre as finalidades do órgão estão a representação de seus associados, a defesa de seus interesses sociais e coletivos e a luta pela democracia permanente no *campus*, através da participação em seus fóruns internos de deliberação e do embate pelo voto universal e secreto.

Na estrutura administrativa do GENP, são consideradas instâncias de deliberação a sua diretoria, o CART e a Assembleia Geral, sendo esta última o órgão máximo de deliberação, por maioria simples dos votos dos presentes. A mesa diretora da assembleia geral deve ser

composta por dois membros da diretoria do GENP, dois membros do CART e dois associados sem cargos nestes órgãos. A diretoria do grêmio é o órgão executivo de sua administração, e deve ser composta por, no mínimo, treze cargos oficiais, que terão mandato de um ano a partir da posse. A escolha dos representantes do grêmio deve se dar por meio de voto direto dos pares através de processo eleitoral organizado e fiscalizado por uma Comissão Eleitoral, escolhida em assembleia geral, com no mínimo cinco e no máximo nove associados. As inscrições para concorrer à representação do grêmio devem ser por chapa, com treze participantes. Poderão votar todos os associados (GENP, 2016).

O Conselho Acadêmico dos Representantes de Turma - CART é um órgão colegiado secundarista sem fins lucrativos, de colaboração, assessoramento e fiscalização do GENP. Ele tem por finalidade reunir os alunos responsáveis por cada turma para discutir melhorias e revolver problemas que envolvam os alunos dentro de sala de aula. É composto por um número limitado de membros associados, sendo por dois representantes por cada turma secundarista, com direito a um voto por turma. Dentre os membros são escolhidos um presidente, um vice-presidente e um secretário. É dever dos membros: participar das reuniões; colaborar com o cumprimento do estatuto; cuidar e resolver os assuntos relacionados à sua turma, não faltar a três reuniões seguidas sob pena de ser destituído; apontar problemas de suas turmas e resolvê-los e representar as turmas em atividades (CART, 2019). Os representantes de turma serão eleitos no início de cada ano letivo, por voto direto dos estudantes daquela turma. As eleições para representantes serão realizadas, prioritariamente pela diretoria do GENP, mas caso essa não ocorra em até dois meses após o início das aulas, os próprios integrantes da turma poderão dar início ao processo eleitoral (GENP, 2016).

Dessa forma, identificamos formas de participação discente na gestão democrática do IFF, após referenciamos as principais categorias trabalhadas nessa pesquisa, partindo do processo histórico de construção da educação profissional no país, a dualidade estrutural dessa educação, a base da gestão democrática no ensino público brasileiro tanto na legislação quanto como processo formativo na perspectiva da formação integral, esta vista enquanto potencial de superação da dualidade educacional através de uma formação social, cidadã e emancipatória.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da Instituição e Sujeitos

A história do Instituto Federal Fluminense remonta a própria história da educação profissional no Brasil, pois tem início em 1909, quando o então presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes Artífices, institucionalizando a formação profissional. A Escola de Aprendizes Artífices de Campos dos Goytacazes entrou em funcionamento em janeiro de 1910, em espaço cedido onde antes existia uma antiga estação ferroviária. Passadas diversas transformações que refletiram o momento histórico da EPT nacional, em 1968, a então denominada Escola Técnica Federal de Campos inaugurou suas novas instalações na Rua Dr. Siqueira, onde hoje funciona o *Campus* Campos Centro, lócus dessa pesquisa. O *Campus* Campos Centro é hoje o *campus* com maior número de estudantes, ofertando cursos desde o ensino médio até a pós-graduação (IFF, 2018).

A partir da Lei 11.892/2008, com a nova institucionalidade que lhes é atribuída, os institutos federais devem garantir que 50% de suas vagas sejam destinadas a educação técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados. Araújo e Frigotto (2015) apontam que, mais que uma forma de oferta de educação profissional, o ensino integrado se compromete com uma formação inteira, capaz de promover autonomia e ampliar os horizontes dos sujeitos. Para eles, o ensino médio integrado se difere pelo compromisso com a transformação social. Nessa perspectiva, o ensino médio integrado é um dos grandes desafios do IFF, ao mesmo tempo que se apresenta como espaço preponderante para a formação humana integral, cidadã e emancipatória. Dadas essas condições, essa pesquisa tem os estudantes do ensino médio integrado do *Campus* Campos Centro como sujeitos dessa pesquisa.

Para atender aos objetivos do trabalho, delineamos dois grupos de amostra intencional. Inicialmente tomaremos como amostra os estudantes matriculados no segundo ano do ensino médio integrado para responder um questionário sobre seus conhecimentos e experiências sobre a gestão democrática, por ponderar que esses estudantes já experimentaram um ano de convivência nos espaços cotidianos do *campus*. E, em um segundo momento, convidaremos os estudantes do ensino médio integrado que atuam como representantes discentes para uma entrevista sobre seu entendimento e experiência.

Atualmente o *campus* Campos Centro oferece os cursos técnicos integrados ao ensino médio de Mecânica, Eletrotécnica, Informática, Automação e Edificações, somando 1016 estudantes matriculados em 2021. Destes, 329 estão matriculados no segundo ano. As matrículas estão distribuídas de acordo com o quadro a seguir.

Quadro 1 - Número de alunos matriculados por turmas nos Cursos Técnicos Integrados

Mecânica		Eletrotécnica		Informática		Automação		Edificações		Total
Turma	Alunos	Turma	Alunos	Turma	Alunos	Turma	Alunos	Turma	Alunos	
101	52	101	40	101	61	101	49	101	50	
102	52	102	39	201	33	201	39	102	50	
201	44	103	41	301	32	301	34	201	51	
202	43	201	37	-	-	-	-	202	42	
301	34	202	40	-	-	-	-	301	29	
302	27	301	41	-	-	-	-	302	26	
-	-	303	30	-	-	-	-	-	-	
Total:	252	Total:	268	Total:	126	Total:	122	Total:	248	1016

Fonte: Adaptado Q- Acadêmico 2021.

Em observância à Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que trata das diretrizes e normas a serem cumpridas em projetos de pesquisa envolvendo seres humanos, com o intuito de assegurar os direitos e deveres dos participantes, a presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisas (CEP), tendo sido aprovada pelo Parecer Consubstanciado do CEP nº 4.942.504, conforme anexo I. Da mesma forma, a todos os participantes envolvidos foi justificado o teor da pesquisa e designado Termo de Livre Consentimento e Esclarecido – TLCE (Apêndice E) ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE (Apêndice F).

3.2 Abordagem, Classificação e Coleta de Dados

Diante dos objetivos da pesquisa optamos, enquanto procedimento metodológico, por desenvolver um estudo de caso, e seguir por uma abordagem qualitativa e quantitativa. De acordo com Yin (2001), estudos de caso são estratégias de pesquisa que respondem a questões de como e por que, quando se estuda fenômenos contemporâneos inseridos num contexto da vida real e que o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos. Assim, por investigar o fenômeno dentro do seu contexto real, essa estratégia possibilita a preservação das características holísticas e significativas dos eventos. Em pesquisas educacionais, estudos de caso podem ser usados para descrever e analisar uma unidade social, focalizando um fenômeno particular e considerando suas múltiplas dimensões e dinâmica natural (ANDRÉ, 2013).

Quanto à natureza da pesquisa, este trabalho se classifica como uma pesquisa aplicada, pois tem o propósito de gerar conhecimentos para aplicação prática na resolução de problemas específicos (FREITAS; PRADNOV, 2013).

Freitas e Pradnov (2013) pontuam que um estudo de caso pode ter uma abordagem qualitativa e/ou quantitativa, sendo uma pesquisa de fontes de dados e métodos de coleta diversos. Segundo os autores, a pesquisa qualitativa considera a relação entre o mundo real e o sujeito, entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, através da interpretação de fenômenos e atribuição de significados, perspectivas que não podem ser traduzidas em números. Já a pesquisa quantitativa, considera tudo o que pode ser quantificável, e pode descrever a complexidade de um problema ao analisar a interação de variáveis, compreender e classificar processos de grupos sociais. As duas abordagens estão interligadas e se complementam.

Enquanto a abordagem quantitativa trabalha com níveis da realidade tal qual se apresenta, a abordagem qualitativa trabalha com valores, interpretações e representações, aprofundando a complexidade dos fenômenos. Para Minayo e Sanches (1993, p. 247) as duas abordagens podem ser complementares. Em suas palavras: "... é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais "ecológicos e "concretos" e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa". A partir do entendimento favorável à tal complementação, ampliando o olhar e possibilitando enxergar diferentes

aspectos da questão investigada, essa pesquisa integra elementos das abordagens qualitativa e quantitativa.

A pesquisa teve início em uma fase exploratória, com uma pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica, e análise de documentos institucionais e legislação vigente acerca do tema. Além da compreensão do objeto de pesquisa, com base na pesquisa documental, tem-se o objetivo de identificar mecanismos existentes na instituição para a participação discente. De acordo com Tozini-Reis (2009) a pesquisa bibliográfica se caracteriza pela busca de bibliografias sobre o próprio tema ou objeto. Já a pesquisa documental é caracterizada por ter como fonte de dados documentos, que podem ser históricos, institucionais, associativos, oficiais, dentre outros. Após essa primeira fase a pesquisa pode ser classificada como descritiva, aquela que de acordo com Freitas e Pradnov (2013), busca classificar, explicar e interpretar os fenômenos e se utiliza de técnicas específicas para coleta de dados, com destaque para entrevista, formulário, questionário, teste e observação.

Uma das características do estudo de caso é se basear em várias fontes de evidências, cujos dados convergem num processo de triangulação. Essas fontes podem ser documentos, entrevistas e questionários. Yin (2010) destaca as entrevistas como fonte essencial de evidência nos estudos de caso, podendo ser conduzidas de forma mais espontânea, de forma mais focada, seguindo um conjunto de perguntas pré-estabelecidas, ou um levantamento formal, que pode produzir dados quantitativos como parte da evidência. Nessa pesquisa foi realizada a aplicação de um questionário estruturado para os estudantes matriculados no segundo ano do ensino médio integrado e para os estudantes do ensino médio integrado representantes discentes, para investigar a compreensão dos mesmos sobre a gestão democrática da instituição. Os questionários estruturados são capazes de fornecer dados quantitativos precisos, sem influência do pesquisador. Em outro momento, os estudantes representantes foram convidados para participar de uma entrevista, a fim de averiguar o entendimento que possuem sobre a gestão democrática da instituição, como é a participação deles nesse processo e possíveis demandas existentes. As entrevistas foram do tipo semiestruturadas e, mesmo partindo de questões pré-definidas, essas foram utilizadas apenas como referência de modo a provocar a espontaneidade e a liberdade dos participantes da pesquisa.

Os dados qualitativos obtidos na entrevista foram analisados de acordo com a técnica de análise de conteúdo. A análise de conteúdo é organizada em três fases: Pré-análise; Exploração do material e Tratamento dos resultados obtidos e interpretação (BARDIN, 1977).

Na pré-análise foram preparados, organizados e lidos os dados obtidos nas entrevistas com os estudantes. Na fase de exploração do material foi feita a codificação dos dados através do recorte das unidades de registro e unidades de contexto. O recorte das unidades de registro se deu por tema, a partir dos objetivos da pesquisa. Após o recorte essas foram elencadas com base na frequência que apareceram nas respostas dos estudantes. Nessa fase também foi realizada a categorização dos dados, reagrupando as unidades de registro utilizando critério temático fundamentado nos objetivos da pesquisa e no referencial teórico. Na última fase, foi realizada a interpretação e inferência dos resultados obtidos, bem como as reflexões provenientes da análise.

Os resultados das entrevistas serão apresentados por categoria, e discutidos em conjunto com os dados de mesma temática obtidos através dos questionários estruturados, de forma que os dados obtidos pelas diferentes técnicas possam se complementar, possibilitando maior aprofundamento e compreensão das questões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

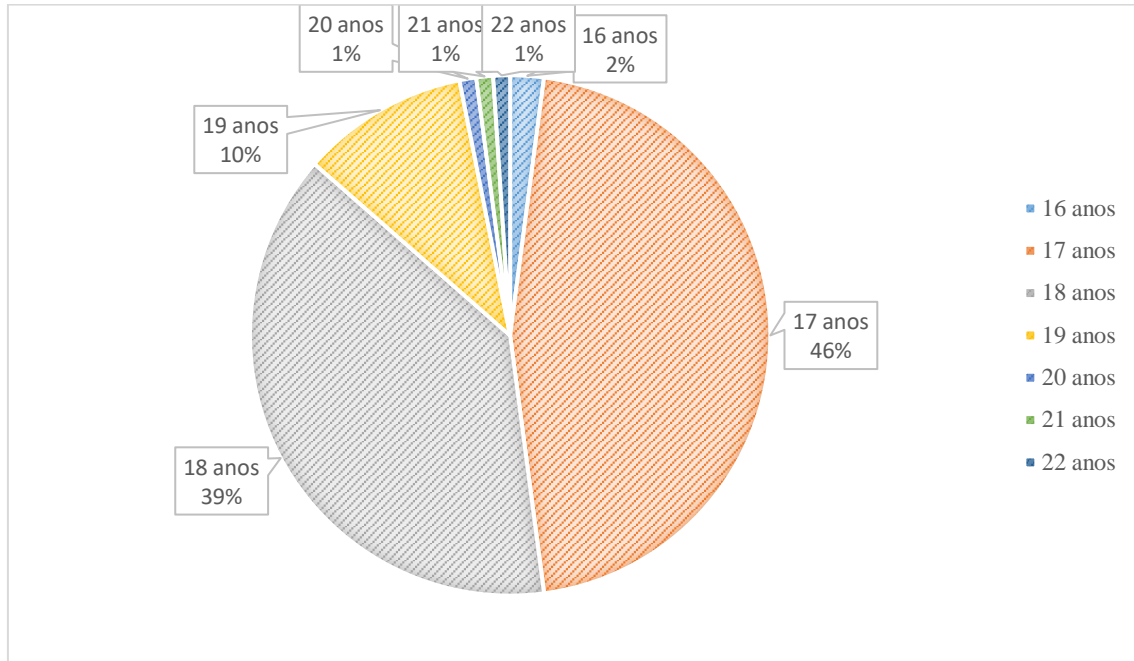
4.1 Análise de Dados

Os questionários estruturados foram aplicados por meio da página Google Forms, endereçados aos e-mails cadastrados no sistema acadêmico da instituição, selecionados os estudantes matriculados no segundo ano do ensino médio integrado. Já as entrevistas estruturadas foram realizadas e gravadas com o auxílio do aplicativo Google Meets, e depois transcritas para melhor análise. Cabe ressaltar, que a pesquisa foi realizada durante o período de excepcionalidade em função da crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19, no qual todas as atividades acadêmicas estavam sendo desenvolvidas de forma remota. Os aplicativos utilizados na pesquisa foram os mesmos utilizados pela instituição para o ensino remoto, de forma a deixar os estudantes mais confortáveis. Entretanto, esse período evidenciou a dificuldade de acesso à internet e meios eletrônicos apresentada por muitos estudantes.

Os questionários foram enviados para todos os estudantes matriculados no segundo ano, e para aqueles estudantes do ensino médio integrado que ocupavam cargo de representação discente. Dessa forma, todos os respondentes da entrevista, responderam também ao questionário estruturado, que teve um retorno de 96 estudantes. As entrevistas foram elaboradas para os estudantes do ensino médio integrado com alguma representação discente, os representantes de turma, do grêmio e dos conselhos e da instituição, tendo sido realizadas 11 entrevistas.

Com as primeiras perguntas do questionário, foi traçado um breve perfil dos participantes da pesquisa, através de sua idade, sexo e tempo como estudante do *campus* Campos Centro. A faixa etária dos participantes foi de 16 e 22 anos, distribuída conforme o Gráfico 1.

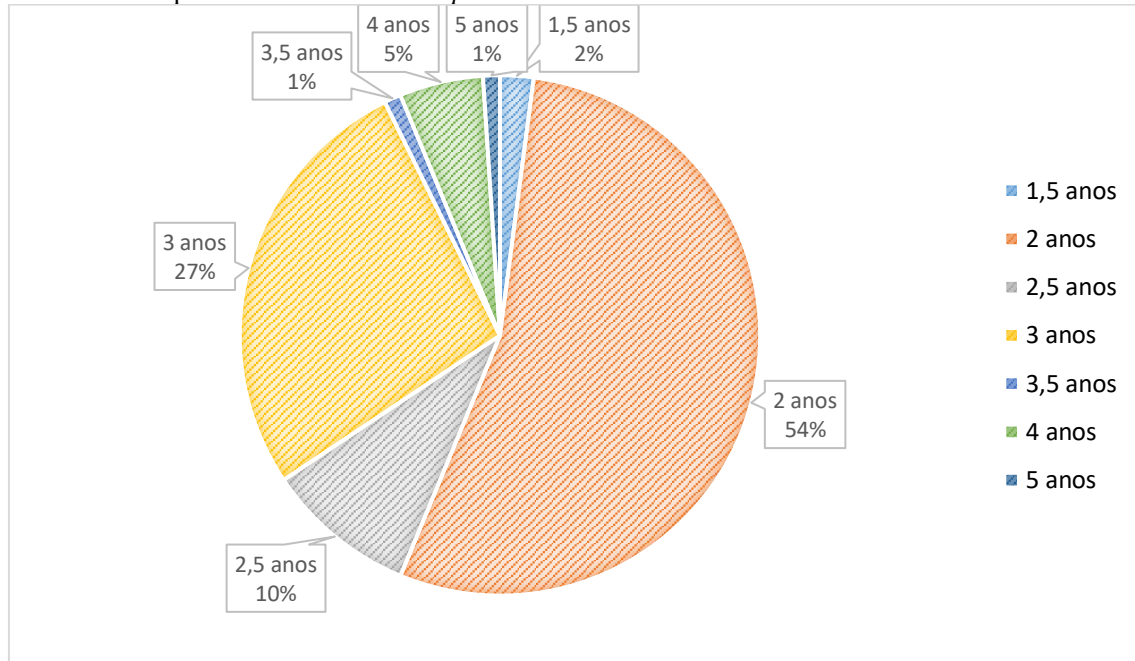
Gráfico 1 – Idade dos estudantes



Fonte: Elaborado pela Autora, 2022.

Com base no Gráfico 1 notamos que a maioria dos participantes, 85%, estão na faixa entre 17 e 18 anos. A classificação dos respondentes por sexo mostra equilíbrio, com 51,05% do sexo masculino e 48,96% do sexo feminino.

O Gráfico 2 mostra a quanto tempo os estudantes participantes da pesquisa estão matriculados no *campus* Campos Centro. A maior parte dos estudantes respondeu que está no *campus* entre 2 e 3 anos. É presumível que os estudantes com maior tempo convivência no *campus*, tivessem também maior conhecimento sobre os meios de participação discente na gestão escolar, porém, analisando os questionários tal suposição não se confirma, pois o desconhecimento acerca do assunto se mostrou entre estudantes matriculados a mais e a menos tempo.

Gráfico 2: Tempo dos estudantes no *Campus*

Fonte: Elaborado pela Autora, 2022.

Os dados coletados através das entrevistas foram categorizados, com base nos objetivos da pesquisa e no referencial teórico elencado no estudo. Foram três as categorias definidas: Compreensão da gestão democrática escolar; Compreensão dos mecanismos de participação e Atuação dos estudantes. A categorização não se restringe a perguntas específicas, uma vez que, na análise de conteúdo, as unidades de registro podem se manifestar em qualquer parte da entrevista. Isso acontece quando as falas dos respondentes são livres, e podem complementar-se durante toda a entrevista, independente dessa ou daquela questão. No entanto, algumas perguntas estão particularmente relacionadas com determinada categoria.

A primeira categoria ocupou-se de compreender o que os alunos do ensino médio integrado do IFF *Campus* Campos Centro entendem por gestão democrática escolar. As unidades de registro mais frequentes nessa categoria foram: opinião/opinar; votações; participativa/participação; representantes/representatividade. Para analisá-las precisamos conhecer o contexto em que tais citações foram feitas, para isso incluiremos alguns trechos das falas dos estudantes. As perguntas da entrevista com maior interlocução com essa categoria questionam o que o estudante entende por gestão democrática da escola; se eles consideram importante a participação dos estudantes nos processos de tomada de decisão do IFF e por quê; e, se na opinião deles, a gestão do IFF *Campus* Campos Centro é democrática, e por quê. Essas questões estão diretamente relacionadas ao tema, para além destas as

unidades de registro que se agrupam nessa categoria foram recortadas também de outras partes da entrevista.

Quando questionados pelo que entendem por gestão democrática da escola, parte dos estudantes entrevistados mostrou estranheza em relação ao termo, tendo dificuldade para formular uma resposta, havendo até um representante que disse que não entendia nada. Em contrapartida algumas respostas demonstram o senso de coletivo, envolvendo os atores da comunidade escolar.

“Todo mundo poder opinar e decidir sobre tal questão e sobre tal assunto”.
(Representante K)

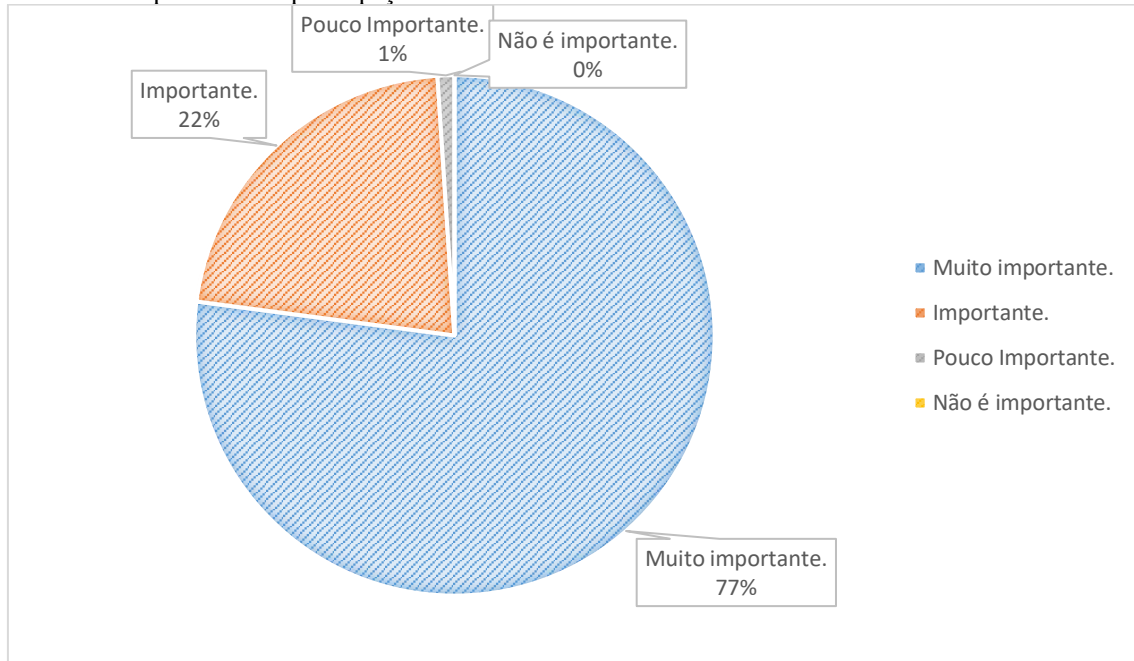
“Participativa não é, uma gestão que busca ouvir todas as partes, tanto discente como docentes. As representações dos professores, através de suas diretorias, tipo de ensino básico, coordenações de curso e também as representações discentes como presidente do grêmio, CART, representante de turma e por aí vai”. (Representante E)

“Gestão democrática é uma gestão que ela leva em conta as opiniões e os pontos de vista de quem participa daquela instituição ou do que está sendo gerido”. (Representante A)

Os destaques das falas dos estudantes vão ao encontro dos princípios da gestão democrática abordados nesse estudo, a participação e a autonomia, no sentido que a autonomia dos sujeitos é construída à medida que tomam decisões (FREIRE, 1996) e que a “participação significa a atuação dos profissionais da educação e dos usuários gestão da escola” (LIBÂNEO, 2018 p.117). Assim, a participação pode se dar no sentido da prática formativa, ou como processo organizacional da instituição, no qual os atores da comunidade compartilham certos processos de tomada de decisão.

Sobre a importância da participação dos estudantes nos processos de tomada de decisão do IFF todos os estudantes foram abordados, tanto no questionário, quanto na entrevista. No questionário a pergunta foi “Você considera importante que os estudantes participem dos processos de tomada das decisões do IFF?”. Conforme manifesto no Gráfico 3, 99% dos respondentes consideram a participação discente entre importante e muito importante, tendo apenas uma resposta referente a pouco importante e nenhuma considerando que a participação não tem importância. Esse resultado corrobora com as falas dos representantes nas entrevistas, nas quais todos consideraram a participação dos estudantes muito importantes, mesmo aqueles que, na questão anterior tiveram dificuldade ou não conseguiram articular uma resposta sobre gestão democrática.

Gráfico 3: Importância da participação dos estudantes



Fonte: Elaborado pela Autora, 2022.

Nas entrevistas, algumas respostas chamaram atenção por justificarem a importância na participação dos estudantes, no fato de esses serem a finalidade, ou o propósito da escola.

“Eu considero porque nós somos, nós participamos ativamente do propósito da instituição então que seja importante sim”. (Representante A)

“Porque as políticas são feitas para os estudantes, não é? Vamos por assim, pros servidores também né, tudo com a parte de benefício geral que é indicado para todo mundo, mas mas eu acho que o foco são os estudantes”. (Representante G)

“Porque nós fazemos a escola. A escola é para nós”. (Representante I)

As falas dos representantes se alinham com Lück (2020) ao sustentar que a qualidade do ensino depende que as pessoas afetadas pelas decisões institucionais, como aqui os estudantes se identificam, exerçam o direito de participar das decisões, bem como o dever de atuar para que tais decisões sejam implementadas. Segundo Paro (2016 p.32), no sentido de que também na educação “os meios devem adequar-se aos fins”, de forma que se o fim da educação é um sujeito histórico, a ação pedagógica deve se dar considerando que os estudantes sejam sujeitos, portanto históricos e detentores de direitos.

Contrapondo esse sentido, algumas falas apontam um distanciamento entre a gestão e os estudantes, como razão para importância de que eles sejam ouvidos e participem.

“A gestão do IFF tem que lidar com muitas demandas, muitas coisas, tem uma visão muito distante do aluno porque o aluno que entra pro *campus* centro ele vem de realidades muito diferentes”. (Representante B)

“Tipo assim eles tem que passar aquilo para a gente porque uma coisa é ele estar lá em cima administrando, outra coisa aqui embaixo da forma que está sendo, da forma que está acontecendo. E se mesmo eles lá em cima, eles decretam aquilo que para ele é, seja bom, ajuda, aqui embaixo a gente não sente desse jeito, que é bom”. (Representante E)

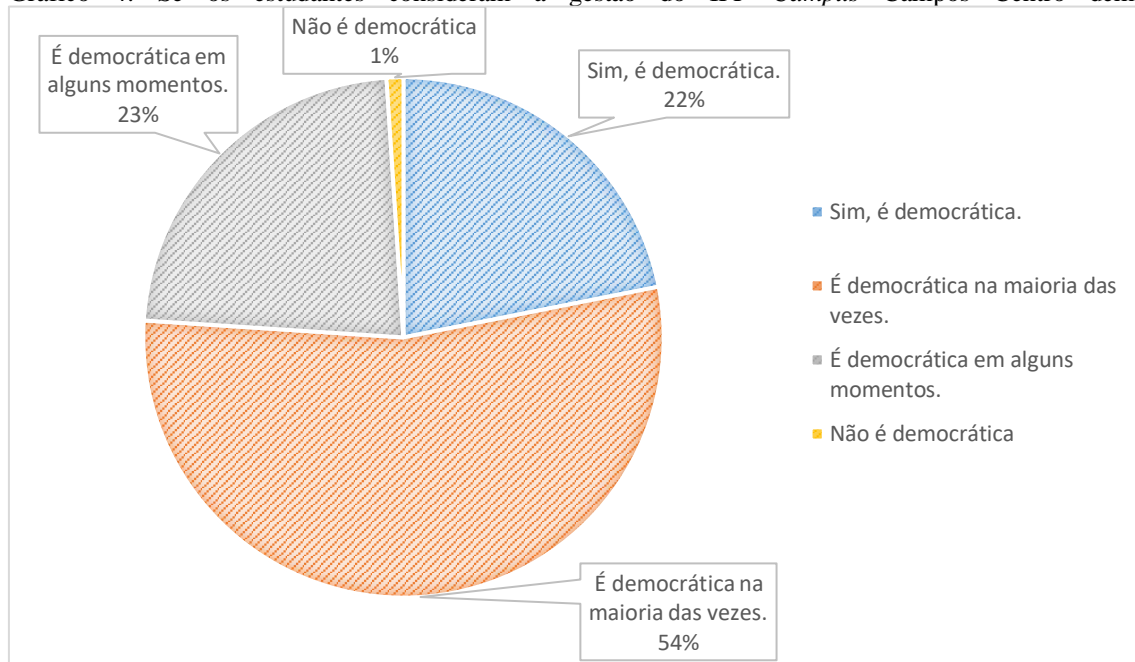
“Eu percebi, nessas reuniões que eu fui, que eles tinham uma visão muito diferente da que eu tinha como aluna dali de dentro sabe, do que eles achavam que a gente queria, que eles achavam que a gente precisava, dos métodos que eles usavam para alcançar a gente”. (Representante B)

As falas destacadas denunciam que há uma distância entre os gestores e os estudantes, mais ainda, entre as prerrogativas consideradas nos processos de decisão e como essas decisões chegam aos estudantes. Na fala do Representante E podemos interpretar ainda os termos “lá em cima” e “aqui embaixo” como a manifestação de um sentimento de inferioridade do estudante no ambiente escolar. As diferentes realidades dos estudantes somam-se à importância de participação advinda do fato de os estudantes, em sua diversidade, podem agregar as discussões e decisões, elementos que não seriam percebidos pela gestão.

Paro (2016) adverte para o distanciamento e a hierarquização nas relações que se estabelecem dentro do processo pedagógico, uma vez que uma prática escolar democrática deve pautar-se por relações não autoritárias e horizontais. Voltando ao ponto de que o funcionamento da escola deve se pautar em seu objetivo fim, se sua finalidade for a formação para a cidadania e a democracia, é preciso que o ambiente escolar esteja de acordo com o desenvolvimento de comportamentos democráticos. Importante enfatizar também que, escola cumpre um papel social, o que implica posicionamento em relação aos seus objetivos sociais e políticos na sociedade. Libâneo (2018) corrobora que, na medida que a escola cumpre sua função social, atua na formação da personalidade humana, por isso é preciso estruturar a escola, com vista nos seus objetivos políticos e pedagógicos. Voltamos a Freire (1996) quando nos alerta que a escola pode colaborar tanto com a transformação social, quanto com a manutenção da estrutura da sociedade. Por isso, a instituição escolar precisa estar atenta a que medida os processos pedagógicos, organizacionais e as relações que acontecem em seu interior, estão voltadas para o objetivo de formação humana e integral que se pretende.

A próxima questão, também comum ao questionário e à entrevista, indagou se na opinião dos estudantes, a gestão do IFF *Campus* Campos Centro é democrática. Houve apenas uma resposta negativa. Como apontado no Gráfico 4, as demais respostas se dividiram no quão democrática é a gestão, sendo que a maioria considerou a gestão do *campus* democrática, na maioria das vezes.

Gráfico 4: Se os estudantes consideram a gestão do IFF *Campus* Campos Centro democrática



Fonte: Elaborado pela Autora, 2022.

Nas entrevistas, os representantes puderam aprofundar a resposta, justificando-a. Como argumento, a abertura de votações e eleições foi muito citada pelos representantes como indicativo de uma gestão democrática. No entanto, algumas respostas deixaram claro que para os estudantes representantes, o IFF *Campus* Centro ainda tem bastante o que progredir.

“Olha, por várias vezes a gente já participou de votações no IFF, mas eu acho que isso não é muito divulgado”. (Representante I)

“Eu não sei dizer o quanto os alunos conseguem exercer influência, o quão democrático é [...] Eu acho que de certa forma os estudantes têm uma certa influência, mas eu acho que deveria ser mais ainda”. (Representante G)

“Eu acredito que na medida do possível sim, eu acho que sempre há evolução a ser feita e acredito que a gente possa evoluir nesse quesito, mas que sim, a gente sempre participa de votações e estamos sempre, por exemplo, as coordenadoras estão a nossa disposição para questões que a

gente venha a ter, então acredito que sim, mas possa ser algo que vai evoluir”. (Representante A)

Nas três falas é possível notar a manifestação da aspiração de melhoria na participação estudantil. Claramente, os estudantes entrevistados, apesar de considerarem democrática a gestão do *campus*, percebem uma carência na participação dos seus pares, em sua influência e na divulgação dos processos de tomada de decisão no *campus*. No contexto da gestão democrática escolar, para que a participação se concretize, é necessário que esta seja entendida como um processo cotidiano que vai além da tomada de decisão, mas que seja vivenciado na interação, na convivência, na superação de desafios e dificuldades para o alcance da finalidade social da instituição (LÜCK, 2020).

A segunda categoria, Compreensão dos mecanismos de participação, se ocupou de investigar o conhecimento dos estudantes sobre os mecanismos de participação discente na gestão democrática do *campus*, bem como a forma que as informações a esse respeito chegam até eles. Nessa categoria, as unidades de registro com maior ocorrência nas entrevistas foram: grêmios, representantes, informação/ comunicação.

Os representantes discentes foram questionados se conheciam outros espaços de participação dos estudantes, além daquele que ocupavam. Em resposta, a maior parte dos estudantes mencionou o conhecimento do grêmios estudantil e do CART, havendo ainda menção de que o acesso aos coordenadores de curso seria uma forma de participação. No grupo dos representantes não houve citação, nessa questão, de nenhum órgão ou conselho deliberativo da estrutura organizacional do IFF. Em outros momentos no decorrer da entrevista identificamos menção da do CENPEI, do CPA e da Comissão Eleitoral. As Comissões Eleitorais são formadas em períodos anteriores às eleições, mediante prerrogativas regimentais, para organizar e acompanhar os processos eleitorais. Cabe ressaltar que alguns representantes afirmaram não conhecer nenhum espaço de participação, e, em outro caso, houve indicação dos espaços, mas desconhecimento de como fazer parte deles, como na resposta da Representante B:

“Assim de cabeça o nome de cargo eu vou falhar, mas tem outras cadeiras, tem cadeira é... as coisas existem, só que a gente não sabe que elas existem, por isso que eu bato na tecla que o principal problema é comunicação. [...] Existe as cadeiras, existem os lugares para os alunos ocuparem, só que não são ocupados por alunos porque a maior parte dos alunos não sabem que existem”.

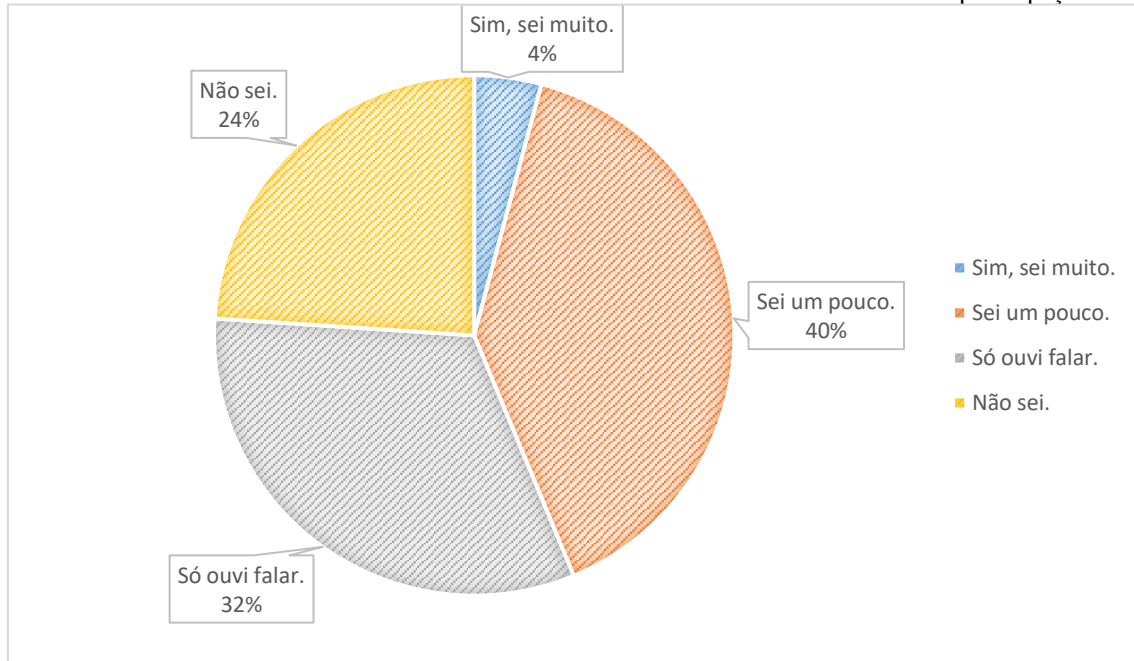
O notório desconhecimento dos canais de participação, conforme relato dos estudantes, é algo gravíssimo para a participação efetiva na gestão democrática escolar. Isso se torna ainda mais preocupante por serem os entrevistados representantes discentes, posto que este grupo é apontado como o que mais recebe informações da gestão. Para os representantes entrevistados, os demais alunos, que não estão em posição de representação, tem ainda menos conhecimento dos canais de participação, inclusive citando novamente a falta de informação como um desafio a ser superado.

“Eu vejo que eles não têm conhecimento disso, tem conhecimento da gente, que intermédio assim, intermediar as coisas, mas sobre esses maiores eles não conhecem não”. (Representante J)

“Eu acho que os estudantes de uma forma geral eles são ainda mais, acabam sendo muitas vezes mais excluídos ainda porque a gente por exemplo, eu tenho essa parte dos representantes, ainda tem o CART que se comunicam bastante. [...] É um tipo de informação que não chega na gente não, então os estudantes comuns, no geral, eu acho que são uma das pessoas que menos participam nesse tipo de coisa”. (Representante G)

As respostas ao questionário estruturado corroboram esta preocupante constatação. Ao responder à pergunta: “Você sabe como um estudante pode participar da gestão do IFF *Campus* Centro?” , conforme pode ser observado no Gráfico 5, sobressai que poucos afirmaram saber muito sobre essa participação, o que é demonstrado também nas próximas questões.

Gráfico 5: Conhecimentos dos estudantes sobre os canais de participação discente

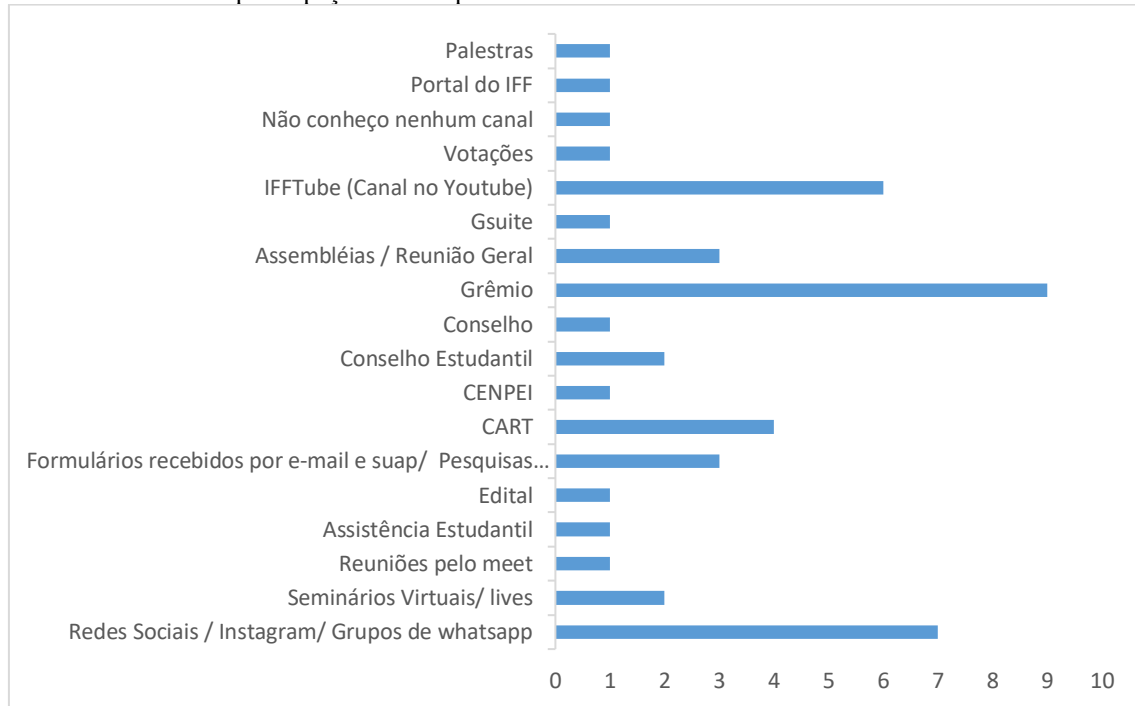


Fonte: Elaborado pela Autora, 2022.

Em seguida, foram questionados sobre os canais de participação dos estudantes, através da pergunta “O IFF *Campus* Centro possui alguns canais de participação de estudantes, você conhece esses canais?” Dessa vez, 71% dos respondentes marcaram a opção “Não”, reforçando o desconhecimento dos estudantes sobre as formas de participação discente na gestão. Nesse ponto, temos um contraste em relação à primeira categoria apresentada. Na categoria anterior, temos o dado que 77% dos estudantes consideram a participação discente muito importante, e apenas 1% dos respondentes considera que a gestão do IFF *Campus* Campos Centro não é democrática, entretanto, a grande maioria afirma desconhecer os canais de participação dos estudantes. Nesse desacordo cabe o questionamento de como se ter uma gestão democrática escolar, uma vez que os estudantes desconhecem as formas de participação. Aqui, vale sublinhar que para além dos conceitos ou da estrutura legal vigente, a efetividade da gestão democrática escolar, depende da participação dos estudantes, na medida que a democracia é irrealizável sem participação (LÜCK, 2020).

Aos 29% que responderam que sim, conhecem canais de participação dos estudantes, foi pedido para que citassem os canais que conheciam. As respostas foram livres, e o Gráfico 6 traz a frequência das citações.

Gráfico 6: Canais de participação citados pelos estudantes



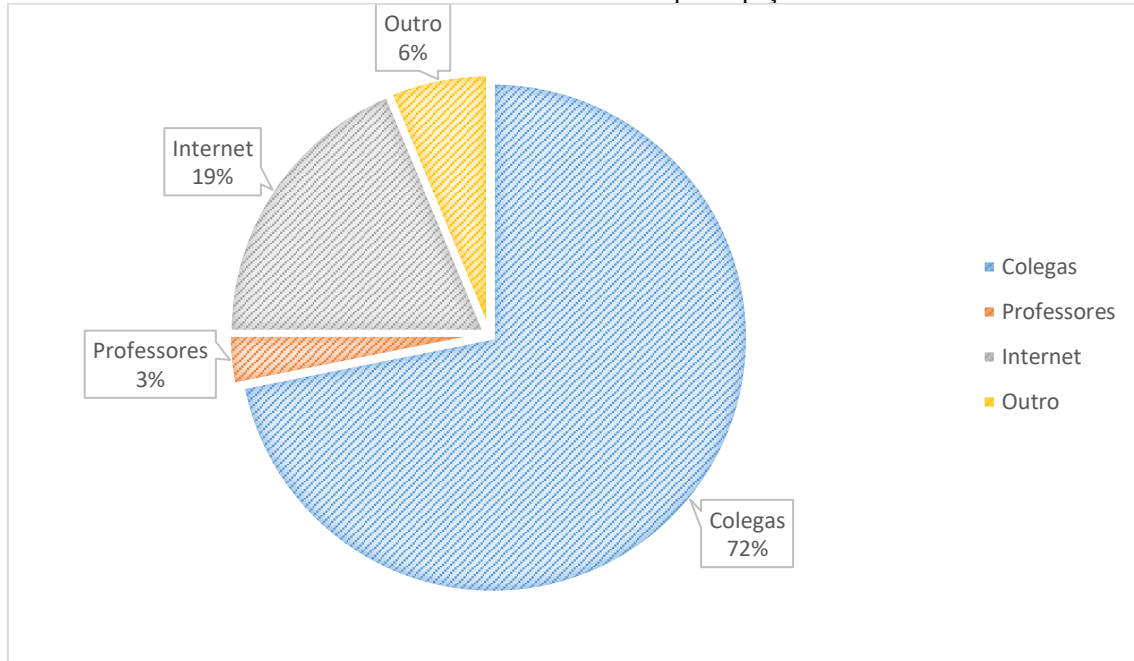
Fonte: Elaborado pela Autora, 2022.

Analisando o Gráfico 6, podemos ver que entre os canais de participação mais citados estão o grêmio, as redes sociais do IFF, seu canal no Youtube e o CART, seguidos por formulários e questionários de pesquisas recebidos por e-mail. Identificamos entre as respostas alguns canais de comunicação que possibilitam pouca ou nenhuma interação. Isso demonstra que, para muitos estudantes, a participação pode se limitar a comunicação ou repasse de informações. Podemos notar também a grande presença de canais de comunicação on-line, o que pode se explicar pelo período de atividades remotas decretado em função da pandemia. Apesar de considerarmos esse recorte, a respeito dos formulários de opinião e questionários recebidos por e-mail, cabe ponderar em que medida ocorre uma participação quando esta está limitada ao recebimento e envio de questões. Para Lück (2020), participar envolve o compartilhamento de poder e o compartilhamento de responsabilidades. Nesse sentido, a prática democrática que se dá mediante ao voto e a simples emissão de opinião sobre aspectos relacionados a uma decisão, ainda que importante, constitui uma forma incompleta ou limitada de expressão democrática. É função da escola proporcionar meios para que essa participação ocorra de maneira efetiva.

Considerando o acesso a informações um ponto crucial para a participação dos estudantes, perguntamos no questionário como eles ficaram sabendo das possibilidades de participação que citaram. Os dados do Gráfico 7 demonstram a frequência de respostas dos

estudantes a cada uma das opções. Chama a atenção que a grande maioria, 72% dos respondentes, aponta que soube dos espaços citados pelos próprios colegas estudantes, seguidos de 19% que afirmam ter acessado a informação através da internet.

Gráfico 7: Como os estudantes ficaram sabendo dos canais de participação.



Fonte: Elaborado pela Autora, 2022.

Esses dados são corroborados com as respostas das entrevistas, nas quais os estudantes apontam que o espalhamento das informações é feito pelos próprios estudantes, através de “um trabalho de formiguinha” (Representante E). Mesmo as informações que chegam pela internet foram atribuídas aos colegas, como disse a Representante I: “Através do WhatsApp por colegas, ou foi pelo Instagram assim, alguma rede social”.

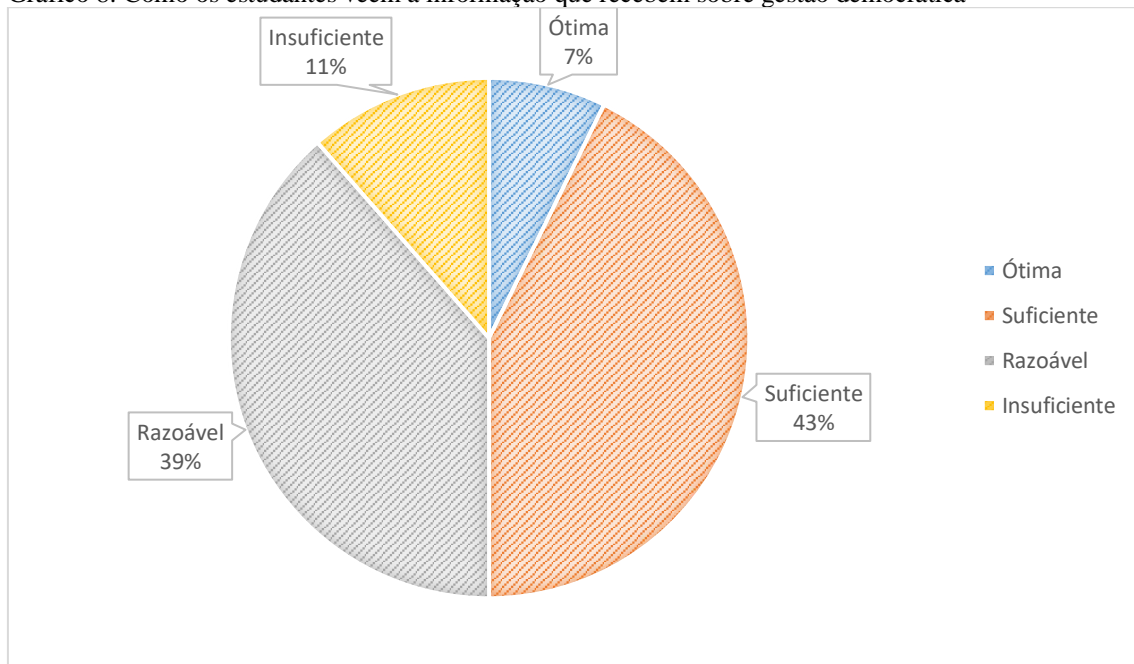
“Na maioria das vezes a gente recebe informação de outros alunos, ou a gente, é, na maioria das vezes é de outros alunos, de outra turma que recebeu a informação aí passa a informação pra gente, ou grêmio passa a informação pra gente e aí vai”. (Representante K)

“É mais boca a boca mesmo do ‘Você sabia que isso vai acontecer?’ aí se você não conhece ninguém que está ali dentro você não sabe, por mais que você tenha um interesse muito grande em participar”. (Representante B)

Ainda a cargo da informação propagada sobre a gestão democrática escolar, os estudantes responderam, no questionário, como é a informação que recebem sobre gestão democrática no IFF *Campus* Campos Centro. Pelos dados expressos no Gráfico 8, 41%

responderam que a informação é suficiente e 7% afirmaram que é ótima. Em contrapartida, 37% dos respondentes marcaram a opção “Razoável”, e 11% “Insuficiente”. É pertinente notar que a questão não especifica a fonte da informação, tratando da informação recebida em geral. Ressaltamos que uma instituição que preza pela gestão democrática deve valer-se de estratégias de disseminação dessas informações e preocupar-se com a formação dos seus estudantes para o exercício democrático e participativo.

Gráfico 8: Como os estudantes veem a informação que recebem sobre gestão democrática



Fonte: Elaborado pela Autora, 2022.

Nas entrevistas os representantes se pronunciaram sobre a orientação e o estímulo oferecidos aos estudantes pelo IFF, e sobre medidas que poderiam ampliar ou mesmo criar esse estímulo. Não foi possível identificar nas respostas formas sistemáticas utilizadas pela gestão do IFF *Campus Campos Centro* para informar e estimular a participação discente, dessa forma foi notório o anseio dos estudantes por uma comunicação mais eficaz com a gestão, com maior disponibilização de informações.

“Todo tipo de espalhamento de informação possível que influenciasse as pessoas a quererem correr atrás, a quererem participar disso, pra elas ne, também enxergarem o quão beneficiadas elas sairiam se elas fizessem parte disso”. (Representante G)

“Comunicação é a base de tudo não é, [...] publicações nas redes sociais, dizer qual é a importância da representação discente, o que é uma representação discente”. (Representante E)

A internet foi indicada como aliada na disseminação de informações, mas principalmente no formato das redes sociais, como Instagram e WhatsApp. Em relação ao site da instituição, existe uma dificuldade de acesso e de navegação, de encontrar os documentos e as informações. A linguagem das publicações no site e dos e-mails enviados pela instituição são consideradas de difícil entendimento, de forma que as publicações em redes sociais são vistas de forma mais atrativa, também por já fazer parte do cotidiano dos estudantes.

“O meio de comunicação que tem é pelo site do IFF, só que para muitos alunos e as vezes até para mim é um tanto confuso entender o site do IFF”. (Representante K)

“Fazer isso com informações claras, sem muitos termos técnicos, de uma forma mais mastigada que todo mundo pudesse entender”. (Representante G)

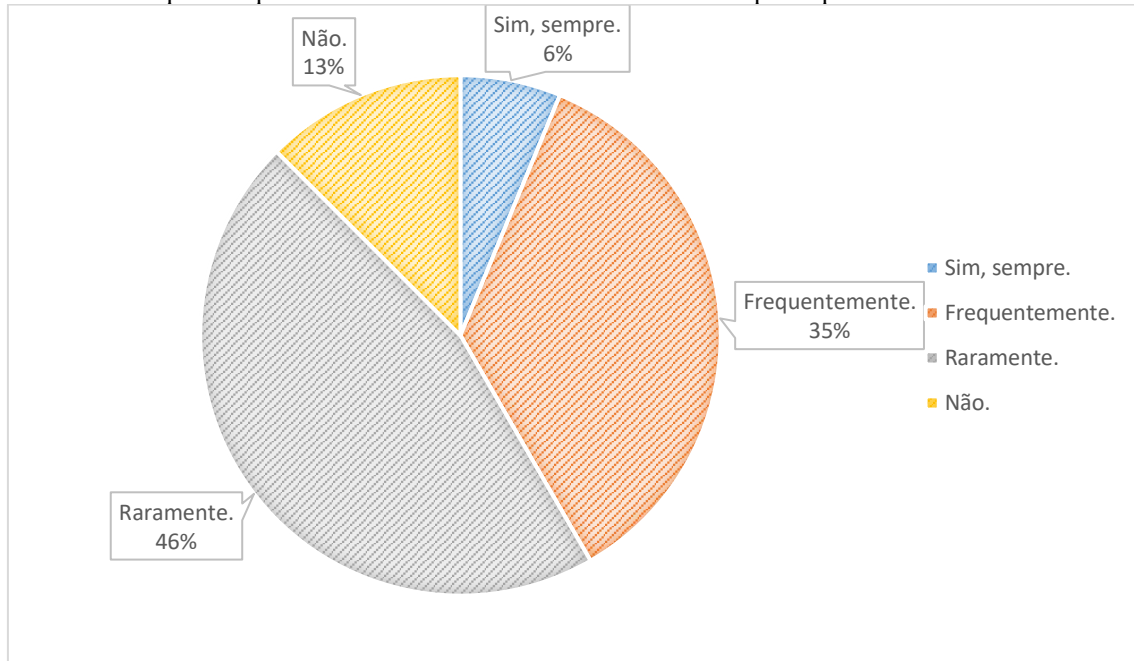
“A grande questão que é muito, muito, muito fechado sabe, fica tudo meio escondido, é difícil de acessar”. (Representante B)

“Eu acho assim, por exemplo, como o site do IFF tem muitas informações, você acaba se perdendo, aí você tem que saber mexer e quem não sabe fica perdido”. (Representante J)

“O portal do IFF é um site bem complicado de se usar então extrair informação de lá é um negócio bem trabalhoso”. (Representante G)

No questionário, a pergunta foi se os estudantes se consideram estimulados a participar da gestão democrática do IFF *Campus* Campos Centro. Os dados do Gráfico 9 mostram que a maioria dos alunos, 59%, não se sente estimulado, ou raramente se sente estimulado, corroborando a necessidade de estratégias nesse sentido.

Gráfico 9: Frequência que os estudantes se consideram estimulados a participar



Fonte: Elaborado pela Autora, 2022.

A terceira categoria de análise, Atuação dos Estudantes, procurou compreender como se dá a participação dos estudantes na gestão democrática escolar do IFF *Campus* Campos Centro, tanto dos estudantes representantes quanto daqueles que não ocupam cargo de representação. Nas entrevistas, as principais unidades de registro foram: informar, ajudar, informação.

Sobre o seu papel como representantes discentes, a análise das entrevistas mostrou que os representantes se consideram um entremeio para comunicação entre os estudantes e a direção, professores e demais profissionais da educação. Os representantes estão numa posição na qual recebem maiores informações e mais rapidamente, e que tem contato mais próximo com os professores, coordenadores e demais membros da equipe do IFF *Campus* Campos Centro. Dessa forma, eles se consideram uma referência para os demais estudantes, tanto no que diz respeito a passar as informações que recebem, quanto por serem a figura a quem eles podem recorrer quando tem dúvidas ou alguma questão para resolver, podendo assim falar pelos seus representados. Nesse sentido, além do verbo informar, o verbo ajudar foi muito empregado para descrever o papel do representante.

“É também estar a disposição deles, porque eu tenho acesso a algumas informações privilegiadas que nem toda a turma tem [...] é estar a disposição deles, para trocar informações para ajudar com o que eu puder”.
(Representante A)

“Uma referência para as pessoas virem a mim para reclamar alguma coisa ou pedir alguma coisa que estava precisando, uma informação sabe, eu acredito que seja isso”. (Representante G)

“Eu vejo em ajudar o máximo possível, em questões de informação também, para o máximo que eu puder informar eles de coisas que eu vou ter mais acesso do que eles, tá informando, tá ajudando”. (Representante C)

Quando questionados sobre como se tornaram representantes, poucos narraram um processo eleitoral sistemático. Especialmente com os representantes de turma, comum foi a fala de que assumiram tal posição por iniciativa própria, por tomarem a frente na resolução de questões e passarem a ser considerados representantes pelo restante da turma. Outros assumiram as posições que ocupam por sucessão a representantes que deixaram a função.

No que tange à participação dos estudantes de uma forma geral, os representantes discentes relataram que a consideram pequena, e muitas vezes passiva. De acordo com os relatos, a procura das representações pelos estudantes ocorre pontualmente, quando surgem problemas específicos ou individuais para solucionar.

“Eu acredito que não aconteça com frequência não, que seja em casos específicos onde seja evidente a necessidade de contatar alguém para resolver alguma adversidade”. (Representante A)

Um momento que parece envolver de forma mais abrangente os estudantes é o momento em que ocorrem votações. Destacamos aqui que as votações são tidas como momentos com maior divulgação, e estão entre as formas de participação mais citadas pelos estudantes no questionário, o que nos leva à relação entre divulgação e participação e envolvimento da comunidade escolar. Sobre a participação nesses momentos de votação, as opiniões dos representantes ficam divididas. Alguns veem como um momento em que os estudantes buscam informação para fazerem suas escolhas, mas outros alegam que, mesmo em situações nas quais há votação, não existe ampla exposição da matéria, nem um diálogo aberto acerca do que está sendo votado, nem mesmo tempo disponível para esse debate. Os trechos a seguir demonstram esse desacordo:

“Só em relação, tipo assim, a votação quando sabe que tem alguma coisa que eles têm que participar, eles vão lá e querem entender, aí vão ver entendeu, para participar.” (Representante F)

“Porque na maioria das vezes vem ‘ah, tem que decidir tal, vote em tal’ e pronto. A gente não tem uma discussão certa do porquê aquilo tá

acontecendo, do motivo, do que que vai favorecer, do que não vai. Então é sempre tipo pa pum”. (Representante K)

Para a maioria dos representantes, muitas vezes a participação dos estudantes se restringe apenas a ouvir, a receber informações. Dessa forma os representantes recebem as informações, seja dos coordenadores de curso, fruto de reuniões ou servidores do *campus*, e repassam as informações para a sua turma, ou para os demais estudantes. Essa informação é compartilhada por iniciativa dos representantes, e, quando recebida pelos estudantes, é que ocorrem manifestações. Nesse ponto as narrativas dos representantes divergem novamente, alguns relatam que existe uma conversa, uma discussão e as vezes pedem esclarecimentos, outros representantes afirmam que há pouco interesse e interação.

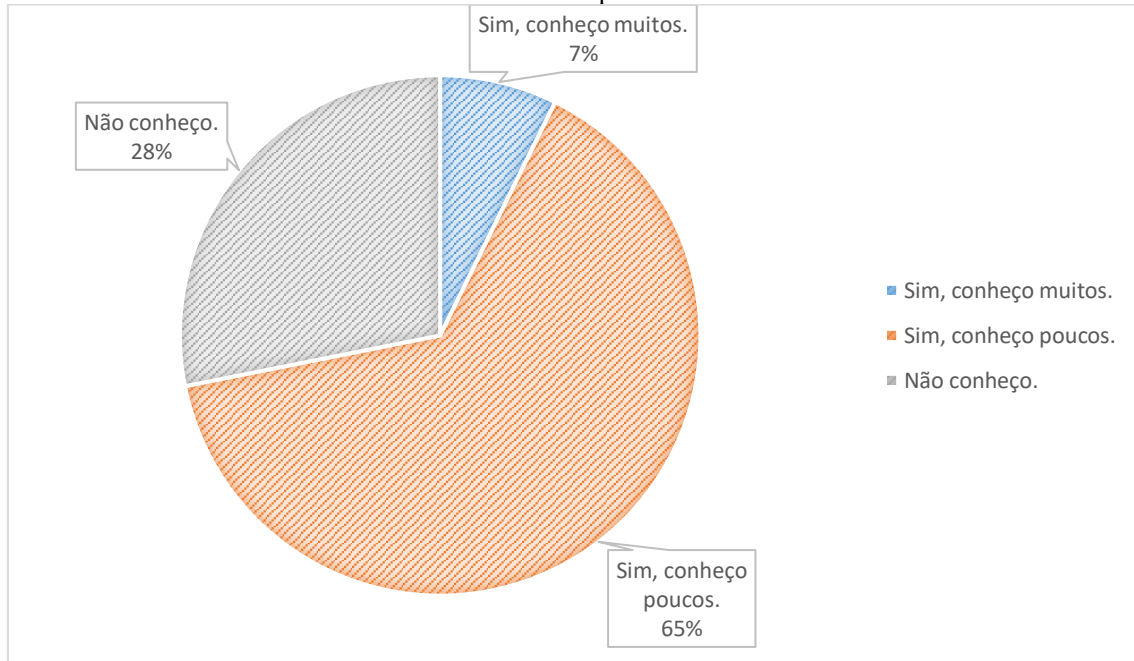
“É uma coisa bem complicada eu ver alguém perguntando sobre tipo assim, indagando o que está acontecendo, por que qual decisão estava sendo tomada”. (Representante G)

Interagem muito em relação as coisas que tá acontecendo entendeu, aí tipo assim, porque a gente tem muita dúvida né, então eles logo colocam lá, tem que coisas que eles não concordam ou eles não entendem, eles falam no grupo entendeu, aí eu vou lá e vou ver alguma coisa, alguém pra esclarecer essa dúvida, entendeu”. (Representante F)

Difícil, as vezes três ou quatro falam, mas numa turma de trinta e poucos alunos, três ou quatro falar é bem pouco. [...] Eles não interagem tanto, eles ficam sabendo, mas não interagem”. (Representante C)

Os dados do Gráfico 10 e do Gráfico 11 são relevantes nesse cenário. O Gráfico 10, traz os dados das respostas dos estudantes no questionário para a pergunta “Você sabe quem são os representantes discentes atuais?”. De acordo com os dados, 28% dos estudantes não conhecem seus representantes. Espera-se, que para estar envolvido e atuar nas discussões relativas a participação discente, o estudante precisa, no mínimo, conhecer os seus representantes, sendo essa uma premissa básica para ser, de fato, representado.

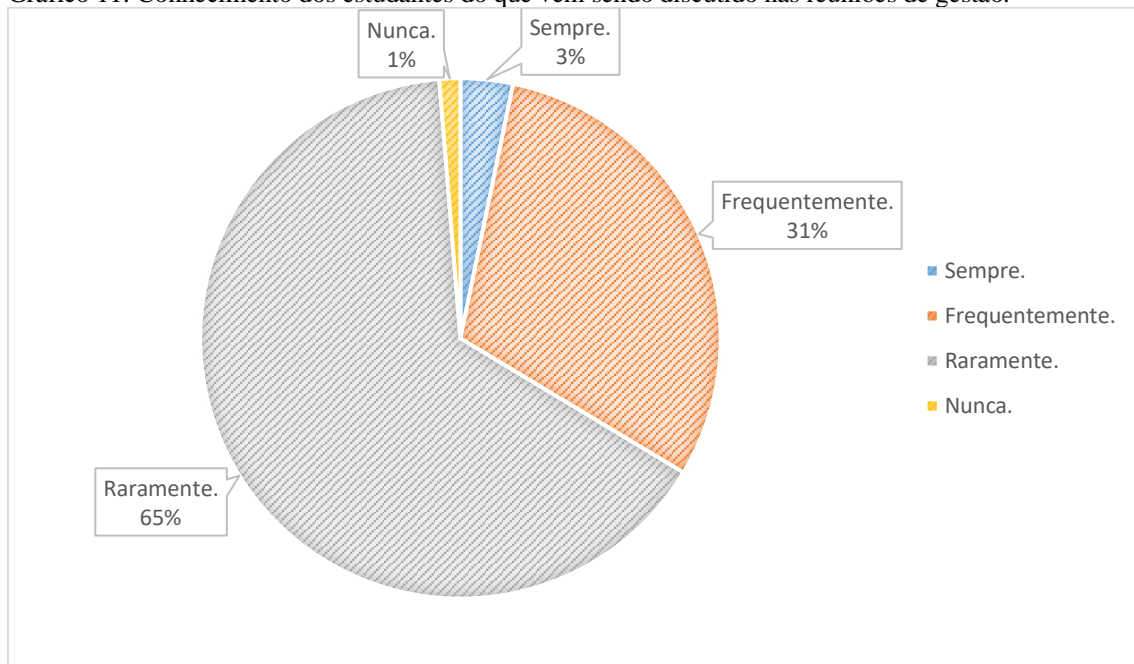
Gráfico 10: Conhecimento dos estudantes sobre seus representantes



Fonte: Elaborado pela Autora, 2022.

Posto que, a principal forma de disseminação de informações acerca da gestão democrática é pelos colegas, e que os representantes discentes se ocupam desse trânsito de informações com as demais instâncias do IFF, o desconhecimento dos próprios representantes sugere o desconhecimento sobre as questões que estão sendo discutidas, e as decisões que estão sendo tomadas na instituição. Essa sugestão pode ser corroborada com os dados expressos no Gráfico 11, obtidos através das respostas dos estudantes no questionário para a pergunta “Você costuma ter conhecimento sobre o que vem sendo discutido nas reuniões de gestão do IFF *Campus* Campos Centro?”. Pelos dados, temos que 65% dos estudantes nunca ou raramente sabem sobre o que vem sendo discutido nas reuniões de gestão do IFF *Campus* Campos Centro, quantitativo que cobre e supera o desconhecimento dos seus pares.

Gráfico 11: Conhecimento dos estudantes do que vem sendo discutido nas reuniões de gestão.



Fonte: Elaborado pela Autora, 2022.

De acordo com Lück (2020), a participação como representação, comum em sociedades e organizações democráticas, pressupõe que nossas ideias são manifestadas por meio de um representante escolhido para este fim, mas alerta que, para que haja participação efetiva não se pode apenas delegar sua ação a outra pessoa, é necessário trabalhar junto. Em suas palavras:

Ela pode, no entanto, ser expressa como um arremedo de participação e como uma falsa democracia. Isso porque [...] participar não significa simplesmente delegar a alguém para agir em seu nome, desresponsabilizando-se pelo apoio e acompanhamento ao seu trabalho. Ela implica trabalhar com a pessoa na consecução de propostas definidas e assumir sua parte de responsabilidade pelos resultados desejados (LÜCK, 2020 p. 42).

Isso posto, o desconhecimento dos mecanismos de participação discente e principalmente dos seus representantes sinaliza a carência de efetiva participação da maior parte dos estudantes, uma vez que dado esse desconhecimento, eles não podem trabalhar junto com seus pares, e tomar parte nas discussões e decisões que estão sendo tomadas em prol do ambiente escolar que anseiam.

Ponto preocupante levantado foi a perspectiva de que as decisões são tomadas por um grupo e apenas informadas para os demais, desconfigurando a gestão democrática.

“Depende, mas na maioria das vezes as decisões são só informadas para nós alunos, a gente não toma a frente para ver a gente, se é viável pra gente. A gente só é informado e é isso”. (Representante K)

De acordo com Lück (2020), a democracia é condição fundamental para a organização escolar enquanto coletivo atuante. Para evitar que as decisões fiquem concentradas na mão de determinados grupos, é preciso que a escola proporcione a participação e envolva toda a comunidade escolar em processos interativos regulares e nas relações diárias, o que inclui os estudantes. Para Paro (2016 p.22)

Por mais colegiada que seja a administração da unidade escolar, se ela não inclui a comunidade, corre o risco de constituir apenas mais um arranjo entre os funcionários do Estado, para atender a interesses que, por isso mesmo, dificilmente coincidirão com os da população usuária.

Para alguns representantes, as informações são pouco discutidas e geram pouco interesse porque quando essa informação chega, é apenas uma informação, algo posto, não havendo mais espaço para opiniões, então quando as discordâncias ou manifestações acontecem, elas “morrem ali” como disse o Representante B. Dessa forma, o diálogo que ocorre nessas interações entre representantes e representados, se restringe a passar as informações e entender o significado delas, entre os estudantes.

“Porque a informação, de certa forma, ela só vai chegar para mim né, para a maioria dos representantes, depois de que já foi tomada então a gente só pode pensar ou ter alguma opinião, sempre depois que já foi tomada a decisão, então...” (Representante K)

“Porque geralmente não tem muito o que a gente fazer. Por exemplo, ‘ah, foi decidido tal coisa, mas a turma vai contra, vamos lá reivindicar, geralmente não é algo que possa ser feito nesse sentido”. (Representante A)

A partir dessas falas é importante pontuar que a notificação de decisões não se configura participação, mais uma vez descaracterizando a participação efetiva dos estudantes. Para que haja participação efetiva é necessário haver compartilhamento de poder, e compartilhamento das responsabilidades das decisões tomadas coletivamente. Como visto, apesar de importante, a simples emissão de opiniões representa uma forma incompleta ou limitada de expressão democrática (LÜCK, 2020).

Ponto recorrente na fala dos representantes como fator que desmotiva a participação dos estudantes é a crença ou a experiência, por casos passados, que não serão ouvidos, ou que seu envolvimento não vai gerar resultados. Nesse contexto é posto também o sentimento de que os estudantes estão sozinhos em suas reivindicações, perante os demais membros da comunidade escolar, o que faz com que suas falas tenham menos impacto por não ter concordância e suporte dos seus pares.

“Acho que não ser ouvido sabe, não levar a sério, é uma coisa que dificulta”.
(Representante D)

“O fato de falarem para você que não adianta, não adianta você ir lá falar sobre com o professor, não adianta nada você querer marcar uma reunião com o diretor, não adianta nada você querer conversar, não vai funcionar”.
(Representante B)

“A gente se sente sozinho não é, a gente chega numa reunião com 23 coordenadores de curso, colegiado de docente, um monte de gente, e vai olhar, um representante discente”. (Representante E)

De acordo com Paro (2016), a falta de perspectiva de que participação possa gerar alguma mudança ou benefício pode ser interpretado como aparente comodismo e é uma constante no cotidiano das pessoas, o que pode se apresentar dentro da escola como um reflexo de uma sociedade carente do exercício da cidadania.

Numa sociedade em que o autoritarismo se faz presente, das mais variadas formas, em todas as instâncias do corpo social, é de se esperar que haja dificuldade em levar as pessoas a perceber os espaços que podem ocupar com sua participação (PARO, 2016 p. 74)

Nessa conjuntura, se reforça a importância da função social da escola, comprometida com a formação de sujeitos de direito que sejam capazes de agir em prol da transformação da sua realidade e da sociedade. Para Libâneo (2018, p.116), “A conquista da cidadania requer um esforço dos educadores em estimular instâncias e práticas de participação popular”.

A falta de informações, como já mencionada, foi o principal obstáculo apontado pelos representantes para uma participação discente mais efetiva.

“Eu creio que haja uma falta de comunicação muito grande, tanto da parte, quanto a relação, com relação a direção geral do *campus* e até mesmo com relação ao próprio grêmio. [...] Por exemplo, eu só fiquei sabendo que tinha um grêmio dentro da minha escola porque eu estava conversando com uma amiga minha que também tinha passado e ela já tinha um contato com o pessoal do grêmio”. (Representante E)

Congruente a isso, como ponto de melhoria ou forma de motivação dos estudantes, todas as entrevistas indicaram a melhoria das informações disponibilizadas aos estudantes, seja de modo a ampliar o acesso a essas informações ou torná-las mais claras.

“Acho que a primeira forma é melhorar os canais de comunicação sabe, ter uma participação mais efetiva nas redes sociais, ter uma participação mais efetiva, eu vejo nas redes sociais no geral acho que é uma forma mais fácil da gente ter contato com esses alunos com uma linguagem mais acessível”. (Representante B)

“Quebrar essa rigidez sabe, deixar as coisas mais acessíveis, mostrar para que serve cada órgão, que por mais que tenha muita gente que vai falar que não vai funcionar, pelo que menos eu sei que existe um caminho, porque quando eu entrei eu não sabia que existia um caminho”. (Representante E)

“Eu acho que essa questão de melhor a informação motivaria a galera a ser mais participativo, falar ‘po, a minha voz tem peso, eu posso ir ali, posso dar a minha opinião, posso ver o que é melhor’. Eu acho que tendo bastante informação do assunto a galera iria sim participar mais, querer mais dar sua opinião”. (Representante C)

Para Lück (2020), a participação pressupõe compreensão sobre os processos e dinâmicas sociais da escola, de forma que para que a gestão aconteça com participação é necessário que a gestão adote ações voltadas para a difusão contínua de informações.

Um ponto levantado pelos representantes como dificultador para a participação dos estudantes na gestão democrática da escola, é a grande carga horária dos cursos do ensino médio integrado. Para eles, muitas vezes os horários das aulas e a matéria a ser estudada torna inviável acompanhar reuniões ou demandar tempo para entender o funcionamento da instituição. Mais uma vez, a disposição de informações claras e com linguagem mais acessível, pode proporcionar aos estudantes maior oportunidade de participação.

No entanto, apesar das dificuldades apresentadas, é notório na fala dos representantes o interesse da parte dos estudantes de participar, na medida que conseguem, dos processos de gestão democrática da instituição.

“O meu ciclo no IFF eu vejo que todos tem bastante interesse em participar, do meu clico todo muito gosta de estar por dentro dessas questões”. (Representante I)

“Assim, sempre que tem uma oportunidade né, a gente participa bastante”.
(Representante J)

“Eu sempre vejo os estudantes se mobilizando entendeu, eu nunca vejo um professor ou um coordenador convidando a participar”. (Representante H)

A última questão levantada na entrevista quis abarcar como estava sendo a experiência de representação discente e todos os representantes relataram que a experiência trouxe aprendizado. De acordo com os relatos, a posição trouxe mais compromissos, e maior responsabilidade, não só na representação em si, mas no que trata de assumir responsabilidades perante as coisas que não estão como deveriam. Houve aprendizado também ao conversar com os colegas, com os professores e intermediar situações e problemas. Além desses aprendizados foi relatado o desenvolvimento da consciência crítica a partir da reivindicação dos direitos dentro da escola.

“Eu tive uma mudança muito grande na minha perspectiva, porque antes eu estava num lugar de só culpabilizar o outro por estar dando errado [...] é uma questão de assumir responsabilidade também”. (Representante B)

“É uma grande responsabilidade né, representar toda a turma, todos os interesses, todos os conflitos, chegar num consenso e tal, mas eu encaro numa boa, eu gosto”. (Representante I)

“Uma experiência de vida ne, porque talvez alguns problemas que eu ia enfrentar ali dentro, eu ia enfrentar aqui fora também [...] A representação dentro de uma escola, ela forma pessoas críticas, pessoas de cabeças pensantes entendeu, não pessoas manipuladas”. (Representante E)

Embora claramente a participação discente nas tomadas de decisão no *Campus Campos Centro* encontre barreiras para acontecer de forma efetiva junto ao coletivo, os estudantes manifestam que tem sido uma experiência engrandecedora e de importância formativa, remetendo à perspectiva da formação integral do educando, propósito da EPT. A mudança de perspectiva citada em termos de assumir responsabilidades pela turma e pelo ambiente escolar, é coerente com a efetiva participação que, de acordo com Lück (2020 p. 33), envolve um “sentimento de autoria e responsabilidade coletivas pelas ações educacionais”, caracterizando relações democráticas e a prática da autonomia entre os estudantes. Consoante com a dinâmica democrática no ambiente escolar, também estão o exercício do diálogo entre os pares, o gerenciamento de conflitos e a formação de consciência crítica, importante para o enfrentamento da realidade social em que se encontram.

Como visto anteriormente, quando a participação dos estudantes na gestão democrática escolar permite que eles exerçam a participação social, autonomia e diálogo, essa prática extrapola os muros da instituição, promovendo comportamentos sociais democráticos, cidadania e emancipação social (PARO, 2007; PARO, 2016; LIBÂNEO, 2018, GADOTTI, 2014; DOURADO, 2012). Dessa forma, é papel da escola, no cumprimento de sua função social, propiciar aos estudantes meios para uma participação efetiva na gestão democrática escolar.

4.2 Desenvolvimento e Aplicação do Produto Educacional

Os dados obtidos mostram que embora haja interesse dos estudantes, sua participação efetiva na gestão democrática escolar ainda é pequena, e que há um grande desconhecimento dos mesmos sobre os mecanismos de participação e mesmo de seus representantes. O principal obstáculo apresentado pelos estudantes para uma participação mais efetiva foi a falta de informações e não foram identificados, nas falas dos estudantes, métodos institucionais para divulgação dessas informações, de forma que a disseminação dessas informações ocorre principalmente entre os seus pares. Ainda de acordo com os relatos dos estudantes, as informações fornecidas pelo site institucional são de difícil acesso e entendimento. Em vista disso, faz-se essencial a disseminação de informações, como ponto estratégico e desafio de melhoria para a participação discente na gestão democrática do *campus*. Para tanto, foi desenvolvido um produto educacional em vias de tornar acessível aos estudantes, de maneira clara e atrativa, informações necessárias sobre formas de participar na gestão do *Campus* Campos Centro, colaborando assim para efetivação de sua participação.

O produto educacional é requisito no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), pertencente à área de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação. De acordo com a CAPES, o mestrando precisa desenvolver um processo ou produto educativo, que deve ser aplicado em condições reais. Esse produto deve ser:

resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo.

(CAPES, 2019, p. 16).

Durante as entrevistas com os representantes discentes, todos foram convidados a participar de um grupo para pensar e construir coletivamente um produto educacional que pudesse colaborar com o acesso de informações relacionadas ao funcionamento da gestão democrática do IFF. Para a escolha do formato desse produto, foram considerados os resultados apontados na pesquisa apresentada e os pontos levantados nas conversas com os estudantes. Nesse sentido, foram determinantes: a dificuldade apresentada pelos estudantes para acessarem e compreenderem o site institucional; o uso das redes sociais como o Instagram e do aplicativo WhatsApp como principal meio de comunicação dos estudantes entre si e dos estudantes com demais membros da comunidade acadêmica; e o dado de que os estudantes são os principais propagadores de informações entre seus pares.

As redes sociais estão presentes no cotidiano dos estudantes, fornecendo um ambiente de interações de forma atrativa e engajada propício para o compartilhamento de informações e debate de ideias. De acordo com Machado e Tijiboy (2005), nas escolas as redes sociais podem ser utilizadas em diversas estratégias, de acordo com os objetivos estabelecidos, assim, podem

dar significado às experiências dos estudantes, serve como espaço público de discussão sobre os diferentes temas, propício para trabalhar as relações, laços afetivos, diagnosticar preferências, desenvolver o pensamento holístico, trabalhar a linguagem digital, deparar com posições conflitantes sobre os mais variados assuntos, trabalhar cooperativamente assuntos de interesse do aluno. (MACHADO e TIJIBOY, 2005 p. 9)

Nesse contexto, a aplicação didática do Instagram oferece colaboração compartilhada e agilidade na transmissão de informações e conhecimentos, compatível com o comportamento da nova geração (ALVES; MOTA; TAVARES, 2018). Dessa forma, começou a ser pensado um produto educacional que fosse informativo, acessível e de fácil linguagem e que pudesse ser veiculado nos principais canais de comunicação utilizados pelos estudantes: o WhatsApp e o Instagram, possibilitando amplo compartilhamento e disseminação. Além disso, consideramos importante que o produto pudesse fazer parte da comunicação oficial do IFF, e que pudesse estar disponível para consulta, quando esta fosse necessária. Após a discussão de alguns formatos possíveis, chegamos ao formato de *cards* informativos, pois estes poderiam compor publicações no Instagram, e poderiam ser

compartilhados pelo WhatsApp tanto em conjunto, quanto individualmente. Os cards possuem uma estratégia de comunicação resumida e de fácil entendimento, e são feitos para interação, particularmente no Instagram. Podem ser definidos como “objeto gráfico e interativo composto por informações textuais e visuais resumidas e de fácil compreensão, publicado no formato quadrado” (PRATA, 2021 p. 232). Dessa forma, o produto educacional desenvolvido nesse estudo classifica-se como material textual, dentre as categorias de produtos educacionais listados para o Ensino.

Após a definição do formato do produto educacional, passamos para a delimitação das informações que seriam abordadas no material. A partir das sugestões dos estudantes, que foram desde a explicação do funcionamento de setores específicos, até questões mais amplas relacionadas aos papéis e competências no instituto, definimos aquelas que melhor se adequavam ao objetivo da pesquisa. Os temas escolhidos foram: Representação de Turma e CART, Grêmios Estudantil, Conselho do *Campus* Campos Centro, CENPEI e CONSUP. Os temas foram divididos em cinco conjuntos de *cards*, que corresponderiam a cinco publicações no Instagram.

Definidos o formato e os temas, foi escrito um roteiro para cada conjunto de *cards* e foi agendada uma reunião Ascom - Assessoria de Comunicação do *Campus* Campos Centro, para conversar sobre a proposta a fim de firmar uma parceria para elaboração da arte, pois apenas dessa forma o material poderia ser publicado nas páginas oficiais da instituição nas redes sociais. A proposta foi aceita pela Ascom e foi acordado que os cards fariam parte de uma série de publicações sobre a gestão democrática da instituição, com um cronograma de duas postagens semanais. Antes ao início das publicações, os *cards* prontos foram enviados para análise e aprovação do grupo, e só foram liberados após a escuta das considerações dos estudantes e ajustes necessários. Após as publicações de cada sequência no Instagram, os *cards* também eram liberados para compartilhamento nos grupos de WhatsApp. Por meio da ferramenta de análise de dados Instagram Insights, é possível mensurar o alcance das informações contidas em cada publicação, e a interação que tiveram no Instagram. Os cards constam no apêndice desse trabalho, compilados como um livreto.

A primeira publicação realizada, exibida na Figura 1, apresentou o grêmios estudantil, suas finalidades, e seus canais de contato com os estudantes, além de convidar os representantes da entidade para se apresentarem aos estudantes, a fim de propagar também o conhecimento sobre as representantes. A diretoria do grêmios utilizou as interações nos comentários da publicação para se apresentar e aproximar os estudantes. De acordo com as

informações fornecidas pela ferramenta de análise de dados Instagram Insights, a publicação teve um alcance de 6.728 contas de usuários e um total de 441 interações.

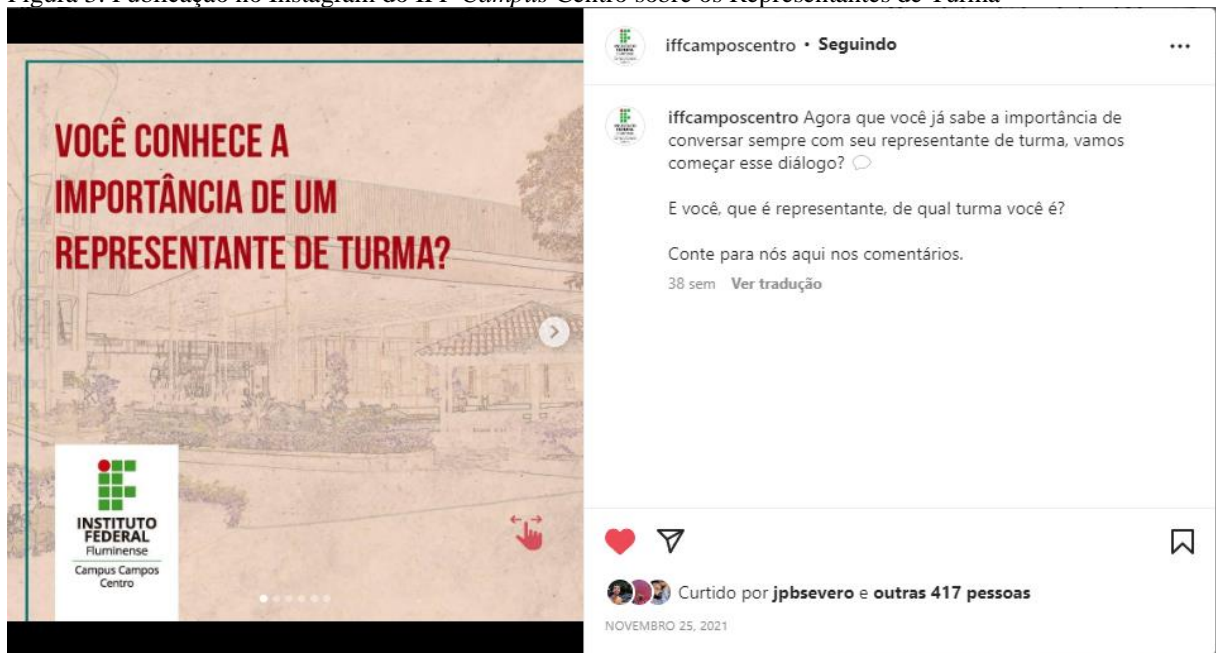
Figura 2: Publicação no Instagram do IFF *Campus* Centro sobre o GENP



Fonte: Captura de tela feita pela autora, 2022.

A figura 2 traz a segunda publicação, com informações sobre a importância dos representantes de turma e sua atuação junto ao CART. Os comentários da publicação foram utilizados por representantes de turma para se apresentarem e interagirem com os demais estudantes. O Instagram Insights apontou que a publicação teve um alcance de 7.035 contas de usuários e um total de 488 interações.

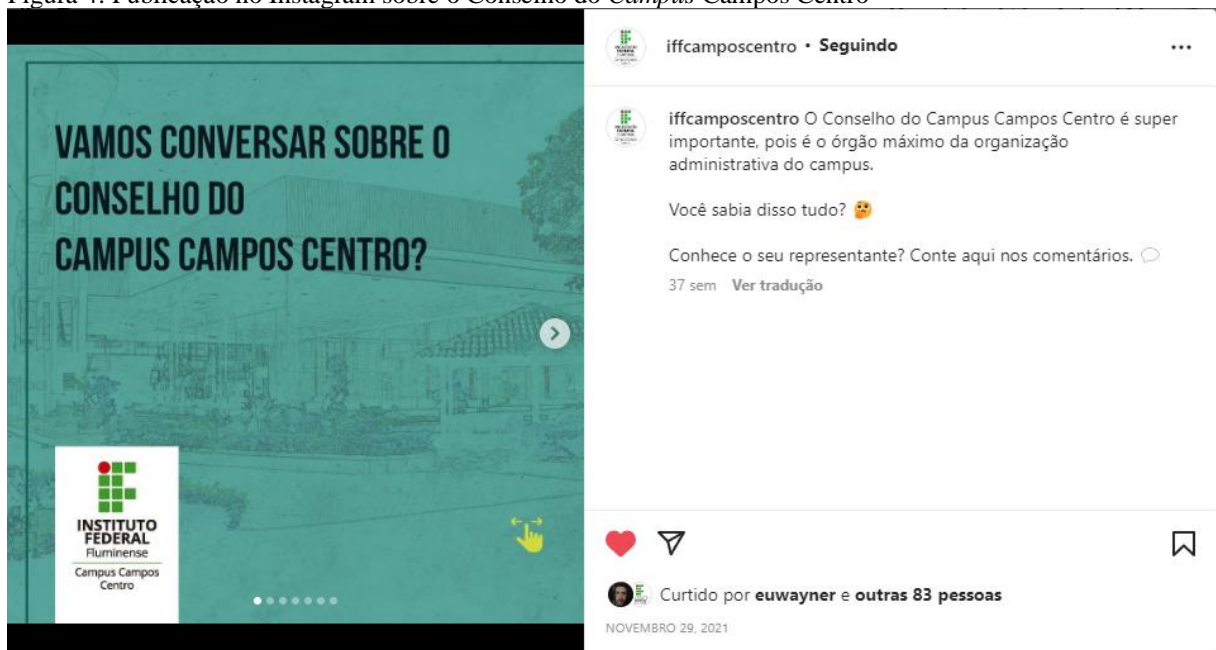
Figura 3: Publicação no Instagram do IFF *Campus* Centro sobre os Representantes de Turma



Fonte: Captura de tela feita pela autora, 2022.

A terceira sequência de cards publicada abordou o Conselho do *Campus* Campos Centro, trazendo informações sobre suas competências, membros e reuniões. A publicação, exibida na Figura 3, atingiu 2.776 contas de usuários, e teve 105 interações, de acordo com o Instagram Insights.

Figura 4: Publicação no Instagram sobre o Conselho do *Campus* Campos Centro



Fonte: Captura de tela feita pela autora, 2022.

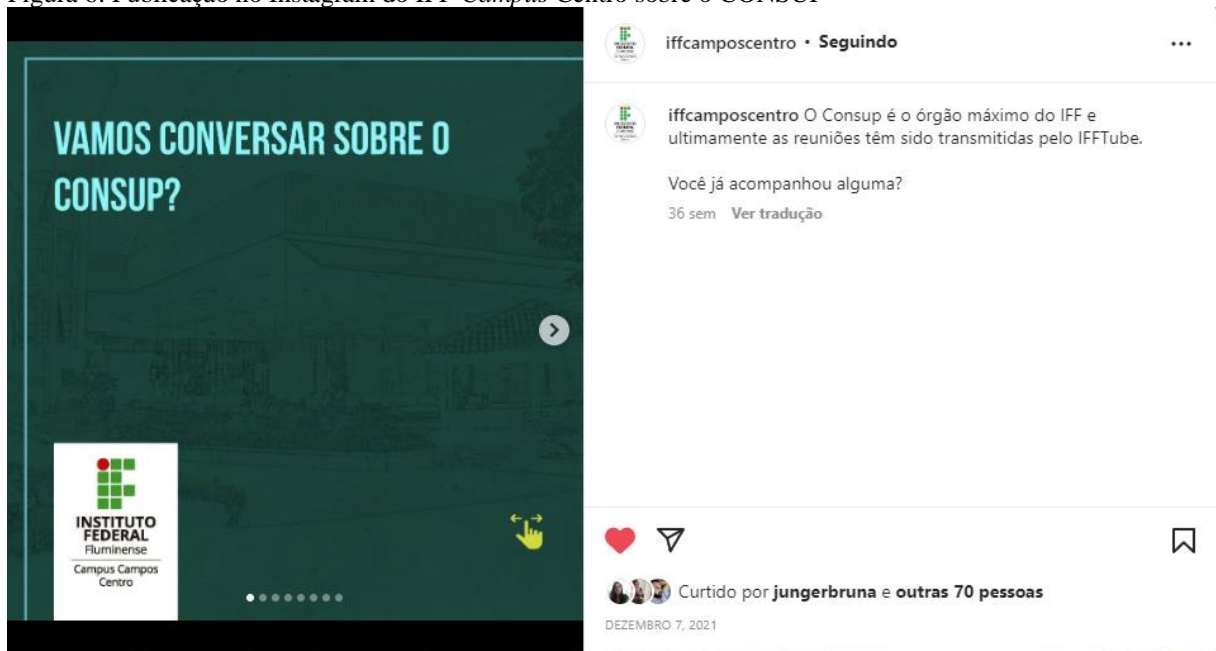
A quarta publicação realizada no Instagram do IFF *Campus* Campos Centro trouxe informações sobre o CENPEI, suas atribuições e composição, como mostra a figura 4. O alcance da publicação, Instagram Insights, foi de 2.457 contas de usuários, com 105 interações.

Figura 5: Publicação no Instagram do IFF *Campus* Centro sobre o CENPEI



Fonte: Captura de tela feita pela autora, 2022.

A quinta e última sequência de cards publicada foi a referente ao Conselho Superior do IFF, e abordou suas competências, composição e reuniões. De acordo com o Instagram Insights, a publicação teve um alcance de 2.757 contas de usuários, e 85 interações.

Figura 6: Publicação no Instagram do IFF *Campus* Centro sobre o CONSUP

Fonte: Captura de tela feita pela autora, 2022.

O acesso aos dados relativos ao alcance das postagens foi realizado pela Ascom e disponibilizado para essa pesquisa. O Quadro 2 traz o detalhamento dos dados de acordo com cada publicação.

Quadro 2 – Estatísticas das Postagens no Instagram do IFF *Campus* Campos Centro

	GENP	CART	Conselho de <i>Campus</i>	CENPEI	CONSUP	Total
Contas Alcançadas	6.728	7.035	2.776	2.457	2.757	21.753
Impressões	8.275	8.676	3.338	3.058	3.492	26.839
Interações	441	488	88	105	85	1.207
Postagens Salvas	18	19	2	3	5	47
Atividades do Perfil	102	209	39	35	53	438

Fonte: Elaborado pela Autora, 2022.

É possível observar que, apenas no Instagram, o produto educacional desenvolvido nesse trabalho, alcançou 21.753 contas de usuários, vale mencionar que mesmo que um usuário veja a publicação dez vezes, apenas uma é contabilizada. Já no dado “Impressões” temos a quantidade de vezes que o material foi visualizado: 26.839 vezes. O número de interações inclui as curtidas, salvamentos, comentários e compartilhamentos. A métrica

“Atividades do Perfil” corresponde ao número de ações que os usuários realizaram quando visitaram o perfil após interagirem na publicação. Cabe considerar que esses números não são fixos, eles podem mudar enquanto a postagem estiver publicada. Ressaltamos ainda que esses são números relacionados apenas do aplicativo Instagram, não considerando o alcance do produto educacional através de compartilhamentos pelo WhatsApp, dado que não podemos mensurar.

Tomando como referência a intervenção na problemática da informação a cerca da comunicação dos canais de representação e do desconhecimento por parte dos estudantes dos seus próprios pares representantes, e, sobretudo, considerando o número de pessoas atingidas por estas informações, além da interação gerada através das redes sociais e dos retornos recebidos pelos representantes discentes, é possível afirmar como exitosa a proposta e aplicação do produto educacional desenvolvido. Embora haja espaço para outras estratégias do tipo, a postagem dos *cards* nas redes sociais teve impacto positivo para a disseminação de informações de qualidade e grande relevância para o exercício da gestão democrática da categoria discente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação discente na gestão democrática escolar tem papel não apenas organizacional, mas formativo, corroborando para emancipação social e exercício da autonomia, congruentes com a formação integral do sujeito, e objetivos formativos da EPT. Todavia, para que o veio formativo da gestão democrática se concretize, é necessário que haja uma participação efetiva dos estudantes, na qual eles possam desenvolver os comportamentos democráticos como participação social, criticidade, diálogo e autonomia.

Isso posto, através deste estudo, investigamos junto aos estudantes, como ocorre a participação discente na gestão democrática no IFF *Campus* Campos Centro e como é o seu conhecimento sobre os mecanismos que possibilitam sua participação na gestão da instituição. A pesquisa realizada nos documentos institucionais identificou espaços de participação discente como membros de conselhos e comissões institucionais, além do grêmio estudantil e do conselho de representantes de turma. Diante disso, inferimos que a instituição atende as disposições legais previstas acerca da gestão democrática do Ensino. No entanto, o atendimento a essas disposições e a existência dos canais de representação não garantem efetiva participação.

A análise dos dados mostrou que a maior parte dos estudantes é capaz de compreender o significado de gestão democrática escolar, associando-a com os princípios da participação e da autonomia, percebe a importância da participação discente na gestão democrática escolar e considera a gestão do *campus* Campos Centro democrática. No entanto verificou-se um grande desconhecimento por parte dos estudantes acerca dos mecanismos de participação, e mesmo de seus representantes, corroborando uma diminuta participação efetiva dos estudantes na gestão democrática do *campus*. A manutenção de mecanismos institucionais de participação discente é etapa importante para o exercício da gestão democrática, e empenho reconhecido pelos estudantes. Todavia, é necessário que esses mecanismos e seus representantes sejam compreendidos pelo corpo discente. Nesse sentido, o principal desafio constatado na pesquisa consiste na melhoria da comunicação e a disseminação de informações pertinentes a gestão democrática escolar para os estudantes.

Como estratégia de enfrentamento a esse desafio, o produto educacional desenvolvido em conjunto com os estudantes, em formato de *cards*, foi publicado na página oficial do *campus* Campos Centro no Instagram, e disponibilizado para compartilhamento entre os grupos de estudantes. Os *cards* tiveram grande efeito na difusão das informações, a considerar

pela repercussão das publicações, que alcançaram um total de 21.753 usuários, e tiveram 1.207 interações no Instagram, sendo os estudantes os principais multiplicadores dessas informações, com grande utilização das redes sociais.

Sublinhamos que o produto educacional desenvolvido não tem intenção de esgotar os temas abordados, ou encerrar as necessidades de promoção da participação discente na gestão democrática da instituição. Mas colabora com ferramentas capazes gerar interação e estimular os estudantes em via de uma participação efetiva, junto aos seus representantes e a gestão democrática da instituição. Da mesma forma, esse estudo não se pretende resoluto, mas impulsionador de questionamentos e ações que possam contribuir para o fortalecimento do caráter democrático das instituições de ensino. Esperamos que novos estudos e outras estratégias sejam elaboradas e implementadas para o incentivo e efetivação da participação discente nos processos de gestão do IFF *campus* Campos Centro. É papel da escola, em vista de sua função social e formação integral do sujeito, proporcionar a participação dos estudantes de forma dialógica e autônoma.

Lembramos aqui que o caminho para uma participação efetiva dos estudantes e da comunidade escolar não encontra um fim estabelecido, não se acaba. É um processo que deve estar sempre se aprimorando e se reorganizando, um caminho que se faz no cotidiano, nas relações pedagógicas e sociais no interior da escola, e por isso deve estar sempre no cerne da organização e das práticas de uma instituição comprometida com a democracia e com os postulados da EPT.

REFERÊNCIAS

ALVES, André Luiz; MOTA, Marlton Fontes; TAVARES, Thiago Passos. O Instagram no processo de engajamento nas práticas educacionais: A dinâmica para a socialização do ensino-aprendizagem. **RIOS - Revista Científica da Faculdade Sete de Setembro**, Paulo Afonso, BA: FASETE, 2018. Disponível em <https://www.unirios.edu.br/revistarios/internas/conteudo/?id=21>. Acesso em 21 jul. 2022.

ANDRÉ, Marli. O que é um Estudo de Caso qualitativo em Educação. **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/7441>. Acesso em: 13 nov. 2020.

AUSANI, Julio Cesar; POMMER, Roselene Gomes. Educação profissional e tecnológica em um Brasil em transformação: compreensões históricas. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/view/59799/36924> Acesso em: 13 nov. 2020.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas Pedagógicas e Ensino Integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61 – 80, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956/5723> Acesso em: 13 nov. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORDENAVE, Juan Henrique Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909. Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL, Lei n.11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acesso em: 13 nov. de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 Conselho Nacional de Saúde /Ministério da Saúde – Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em: 13 nov. 2020.

CAPES. Documento de Área – Ensino. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

CART. Conselho Acadêmico dos Representantes de Turma do IFF Campus Campos Centro. Campos dos Goytacazes, 2019.

CIAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos? Revista Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303> Acesso em: 13 nov. 2020.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação. Revista Retratos da Escola. Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42> Acesso em: 13 nov. 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Básica no Brasil. Educ. Soc., Campinas, v.23, n.80, p.168-200, Sept. 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12929.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

DEMO, Pedro. Participação é conquista: noções de política social e participativa. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DOURADO, Luiz Fernandes. Gestão em educação escolar. 4 ed. Cuiabá: UFMT / Rede e-Tec Brasil, 2012. Disponível em: http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_social/formacao_pedagogica/240912_form_pedag_gestaodaeducacaoescolar.pdf Acesso em: 13 nov. 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Ermani Cesar; PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação para o trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. Perspectiva. Florianópolis, v. 19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770> Acesso em: 13 nov. 2020.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. Autonomia da Escola: princípios e propostas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, Moacir. Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional. Conae, 2014. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigo_moacir_gadotti.pdf> Acesso em: 13 nov. 2020.

GADOTTI, Moacir. O projeto político pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania, Brasília, 1994. Disponível em: <http://files.professorivo.webnode.pt/200000095-f1511f24b6/PPP%20-%20Moacir%20Gadotti.pdf> Acesso em: 13 nov. 2020.

GENP. Estatuto do Grêmio Estudantil Nilo Peçanha. Campos dos Goytacazes, 2016.

IFF. Portaria nº 1781, de 08 de dezembro de 2017 - Aprova a atualização do Regimento Geral do Instituto Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes: IFF, 2017 b.

IFF. Portaria nº 1831, de 17 de dezembro de 2018 - Intitui a Câmara de Política Estudantis do IFFluminense. Campos dos Goytacazes: IFF, 2018 b.

IFF. Resolução nº 40, de 22 de dezembro de 2017 – Aprova a reformulação do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Campos dos Goytacazes: IFF, 2017 a.

IFF. Resolução nº 16, de 24 de junho de 2019 - Aprova o Regimento do Conselho Superior do IFFluminense. Campos dos Goytacazes: IFF, 2019.

IFF. Resolução nº 57, de 22 de outubro de 2021 - Aprova o Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes: IFF, 2021.

IFF. Resolução nº 48, de 3 de dezembro de 2020 - Aprova a Alteração do Regimento Interno do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do Instituto Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes: IFF, 2020.

IFF. Resolução nº 24, de 19 de maio de 2022 - Aprova o Regimento do Conselho de Campus do Campus Campos Centro do Instituto Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes: IFF, 2022.

IFF. Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2018 - Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Fluminenses. Campos dos Goytacazes: IFF, 2018 a.

LÜCK, Heloísa. A evolução da gestão educacional, a partir de uma mudança paradigmática. Revista Gestão em Rede, n. 3, 1997, p. 13-18. Disponível em: http://cedhap.com.br/wp-content/uploads/2013/09/ge_GestaoEscolar_02.pdf?inframe=yes&iframe=true
Acesso em: 13 nov. 2020.

LÜCK, Heloísa. A gestão participativa na escola. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

LÜCK, Heloísa. Gestão Educacional: uma questão paradigmática. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 6 ed. São Paulo: Heccus, 2018.

MACHADO, J. R.; TIJIBOY, A. V. Redes Sociais Virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa. **RENOTE**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, 2005. DOI: 10.22456/1679-

1916.13798. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/13798>. Acesso em: 20 de jul. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementariedade? Cad. Saúde Públ. Rio de Janeiro, 9, p. 239-162, jul/set 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf> Acesso em: 13 nov. 2020.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. Revista Holos, Ano 23, v. 2, 2007, p. 4-30. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110> Acesso em: 13 nov. 2020.

MOURA, Dante Henrique. Ensino Médio Integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? Educ. Pesqui. São Paulo, v. 339, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf> Acesso em: 13 nov. 2020.

PACHECO, Eliezer (Org.) Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Ed. Moderna: São Paulo, 2011.

PACHECO, Eliezer Moreira. Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010.

PARO, Vitor Henrique. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, Luiz Heron da (Org). A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998. P.300-307

PARO, Vitor Henrique. A qualidade da escola pública: a importância da gestão escolar. In: OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de et al. (org). A qualidade da escola pública no Brasil. Belo Horizonte: Mazza, 2012. P.57-73

PARO, Vitor Henrique. Educação como exercício de poder: crítica ao senso comum em educação. São Paulo: Cortez, 2010.

PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PARO, Vitor Henrique. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2007.

PRATA, Didiana. Releitura do diagrama “Domínios da Cultura do Design” para a análise das imagens-mensagens dissidentes do Instagram. 10º Congresso Internacional de Design da Informação. Curitiba: Sociedade Brasileira de Design da Informação – SBDI, 2021. Disponível em: <https://pdf.blucher.com.br/designproceedings/cidiconcic2021/018-353061-CIDI-Comunicacao.pdf> Acesso em: 17 jun. 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. Curitiba, PR: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%c3%b3ria-e-pol%c3%adtica-da-educa%c3%a7%c3%a3o-profissional.pdf> Acesso em: 13 nov. 2020.



TAVARES, Moacir Gubert. Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: As etapas históricas da educação profissional no Brasil. IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103> Acesso em: 13 nov. 2020.

TOZINI-REIS, Marília Freitas de Campos. Metodologia da Pesquisa. 2 ed., Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

XAVIER, Carla Cristina Valois Lins. Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica: Um olhar para a participação estudantil na (Re) Construção do Espaço Pedagógico. 2019. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Sergipe – Sergipe, 2019.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

	 <p data-bbox="1301 563 1800 715">PARTICIPAÇÃO DISCENTE NA GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR IFF <i>CAMPUS</i> CAMPOS CENTRO</p> <hr data-bbox="1256 778 1845 783"/> <p data-bbox="1339 858 1742 927">PRODUTO EDUCACIONAL <i>CARDS</i></p> <hr data-bbox="1267 1018 1856 1023"/> <p data-bbox="1335 1198 1767 1267">Gilmara Basilio Caetano Severino Joaquim Correia Neto</p>
---	---

Realização:

Mestrado Profissional em Educação Profissional
e Tecnológica – IFFluminense

Autores:

Gilmara Basilio Caetano
Severino Joaquim Correia Neto

Design:

Ascom Campus Campos Centro

Diagramação:

Claudia Carolina Basilio Andrade

1º Edição
Campos dos Goytacazes
2022

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	04
2. Grêmio Estudantil Nilo Peçanha.....	13
3. Conselho Acadêmico dos Representantes de Turma.....	21
4. Conselho de Campus.....	29
5. Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação.....	37
6. Conselho Superior.....	45
7. Referências.....	54

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C128g

Caetano, Gilmar Basilio, 1987-.
Gestão democrática no IFF Campus Campos Centro: conhecendo espaços de participação / Gilmar Basilio Caetano. — Campos dos Goytacazes, RJ, 2022. 56 p. : il. color.

Produto educacional proveniente da dissertação intitulada: A participação discente na gestão democrática escolar na perspectiva da formação integral: um estudo de caso no Instituto Federal Fluminense Campus Campos Centro (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Campos dos Goytacazes, RJ, 2022. Referências: p. 54-56.

I. Formação Profissional - Brasil. 2. Democratização da educação. 3. Escolas - Organização e administração. 4. Estudantes - Participação. 5. Ensino integrado - Estudo e Ensino. I. Correia Neto, Severino Joaquim, 1964-; orient. II. Título.

CDD 371.207 (23. ed.)

Bibliotecária-Documentalista | Verônica G. Borges Nogueires | CRB-7 / 5702

Apresentação

O presente produto educacional é fruto da pesquisa “A Participação Discente na Gestão Democrática Escolar na Perspectiva da Formação Integral: Um Estudo de Caso no Instituto Federal Fluminense *Campus Campos Centro*”, do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT.

Considerando a premissa legal da gestão democrática do ensino, e considerando que a participação ativa nos processos de tomada de decisão no ambiente escolar colabora para a formação integral, a pesquisa intentou elucidar como vem ocorrendo a participação dos estudantes na gestão do *Campus Campos Centro* do IFF, a fim de colaborar para a promoção da melhoria da participação ativa e consciente. Com esse propósito, a pesquisa teve por objetivo identificar espaços de participação discente na gestão democrática da instituição como conselhos, representações e associações estudantis; verificar o conhecimento que os estudantes possuem sobre os mecanismos de participação do corpo discente e,

desenvolver um produto educacional, a fim de dar aos alunos ferramentas que colaborem para uma participação efetiva. A análise dos dados obtidos na pesquisa aponta que embora haja interesse dos estudantes, sua participação efetiva na gestão democrática escolar ainda é baixa, e que há um grande desconhecimento dos mesmos sobre os mecanismos de participação e mesmo de seus representantes. O principal desafio apresentado pelos estudantes para sua participação foi a falta de informações e não foram identificados, nas falas dos estudantes, métodos institucionais para divulgação dessas informações, de forma que a veiculação dessas informações ocorre principalmente entre os seus pares. Em vista disso, faz-se essencial a disseminação de informações, como ponto estratégico e desafio de melhoria para a participação discente na gestão democrática do *campus*. Como estratégia de enfrentamento a esse desafio, o produto educacional desenvolvido em conjunto com os estudantes, em formato de *cards*, foi publicado na página oficial do *campus* Campos Centro no Instagram, e disponibilizado para compartilhamento entre os grupos de estudantes.

O produto educacional é requisito no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), pertencente à área de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação. De acordo com a CAPES, o mestrando precisa desenvolver um processo ou produto educativo, que deve ser aplicado em condições reais. Esse produto deve ser:

resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo. (CAPES, 2019, p. 16).

Durante as entrevistas com os representantes discentes, todos foram convidados a participar de um grupo para pensar e construir coletivamente um produto educacional que pudesse colaborar com o acesso de informações relacionadas ao funcionamento da gestão democrática do IFF. Para a escolha do formato desse produto, foram consideradas os resultados apontados na pesquisa e os pontos levantados nas conversas com os estudantes.

Nesse sentido, foram determinantes: a dificuldade apresentada pelos estudantes para acessarem e compreenderem o site institucional; o uso das redes sociais como o Instagram e do aplicativo WhatsApp como principal meio de comunicação dos estudantes entre si e dos estudantes com demais membros da comunidade acadêmica; e o dado de que os estudantes são os principais propagadores de informações entre seus pares.

As redes sociais estão presentes no cotidiano dos estudantes, fornecendo um ambiente de interações de forma atrativa e engajada, propício para o compartilhamento de informações e debate de ideias. De acordo com Machado e Tijiboy (2005), nas escolas as redes sociais podem ser utilizadas em diversas estratégias, de acordo com os objetivos estabelecidos, assim, pode

dar significado às experiências dos estudantes, serve como espaço público de discussão sobre os diferentes temas, propício para trabalhar as relações, laços afetivos, diagnosticar preferências, desenvolver o pensamento holístico, trabalhar a linguagem digital, deparar com posições conflitantes sobre os mais variados assuntos, trabalhar cooperativamente assuntos de interesse do aluno. (MACHADO e TIJIBOY, 2005 p. 9)

Nesse contexto, a aplicação didática do Instagram oferece colaboração compartilhada e agilidade na transmissão de informações e conhecimentos, compatível com o comportamento da nova geração (ALVES; MOTA; TAVARES, 2018). Em vista disso, começou a ser pensado um produto educacional que fosse informativo, acessível e de fácil linguagem e que pudesse ser veiculado nos principais canais de comunicação utilizados pelos estudantes: o WhatsApp e o Instagram, possibilitando amplo compartilhamento e disseminação. Além disso, consideramos importante que o produto pudesse fazer parte da comunicação oficial do IFF, e que pudesse estar disponível para consulta, quando esta fosse necessária. Após a discussão de alguns formatos possíveis, chegamos ao formato de *cards* informativos, pois estes poderiam compor publicações no Instagram, e poderiam ser compartilhados pelo WhatsApp tanto em conjunto, quanto individualmente. Os *cards* possuem uma estratégia de comunicação resumida e de fácil entendimento, e são feitos para interação, particularmente no Instagram.

Podem ser definidos como “objeto gráfico e interativo composto por informações textuais e visuais resumidas e de fácil compreensão, publicado no formato quadrado” (PRATA, 2021 p. 232). Dessa forma, o produto educacional desenvolvido nesse estudo classifica-se como material textual, dentre as categorias de produtos educacionais listados para o Ensino.

Após a definição do formato do produto educacional, passamos para a delimitação das informações que seriam abordadas no material. A partir das sugestões dos estudantes, que foram desde a explicação do funcionamento de setores específicos, até questões mais amplas relacionadas aos papéis e competências no instituto, definimos aquelas que melhor se adequavam ao objetivo da pesquisa. Os temas escolhidos foram: Representação de Turma e CART, Grêmios Estudantil, Conselho do *Campus* Campos Centro, CENPEI e CONSUP. Os temas foram divididos em cinco conjuntos de cards, que corresponderiam a cinco postagens no Instagram.

Definidos o formato e os temas, foi escrito um roteiro para cada conjunto de *cards* e foi agendada uma reunião

Ascom - Assessoria de Comunicação do *Campus* Campos Centro, para conversar sobre a proposta a fim de firmar uma parceria para elaboração da arte, pois apenas dessa forma o material poderia ser publicado nas páginas oficiais da instituição nas redes sociais. A proposta foi aceita pela Ascom e foi acordado que os *cards* fariam parte de uma série de publicações sobre a gestão democrática da instituição, com um cronograma de duas postagens semanais. Antes ao início das publicações, os *cards* prontos foram enviados para análise e aprovação do grupo, e só foram liberados após a escuta das considerações dos estudantes e ajustes necessários. Após as publicações de cada sequência no Instagram, os *cards* também eram liberados para compartilhamento nos grupos de WhatsApp. Os comentários das publicações foram utilizados por representantes discentes e demais estudantes para se apresentarem e dialogarem, atingindo uma boa interação.

Sublinhamos que o produto educacional desenvolvido não tem intenção de esgotar os temas abordados, ou encerrar as necessidades de promoção da participação discente na gestão democrática da instituição.

Mas colabora com ferramentas capazes de gerar interação e estimular os estudantes em via de uma participação efetiva, junto aos seus representantes e a gestão. Tomando como referência a intervenção na problemática da informação acerca da comunicação dos canais de representação e do desconhecimento por parte dos estudantes dos seus próprios pares representantes; e, sobretudo, considerando o número de pessoas atingidas por estas informações, além da interação gerada através das redes sociais e dos retornos recebidos pelos representantes discentes; é possível afirmar como exitosa a proposta e aplicação do produto educacional desenvolvido. Embora haja espaço para outras estratégias do tipo, a postagem dos *cards* nas redes sociais teve impacto positivo para a disseminação de informações de qualidade e relevância para o exercício da gestão democrática da categoria discente.

GRÊMIO ESTUDANTIL
NILO PEÇANHA

13

VOCÊ SABIA QUE TODO
ESTUDANTE DO IFF CAMPUS CENTRO
É ASSOCIADO DO GRÊMIO?



14

O Grêmio Estudantil Nilo Peçanha (GENP) é de todos!

É a entidade máxima de representação dos estudantes secundaristas, é autônomo e independente de qualquer partido ou movimento político, social ou religioso.



Todos os estudantes são chamados a participar da eleição da diretoria do Grêmio, mas você sabe quais as finalidades da organização?

As finalidades do Grêmio são:

- Representar seus associados, ou seja, os estudantes do Ensino Médio do *campus* Campos Centro;
- Defender os interesses individuais e coletivos dos estudantes;




- Incentivar a cultura literária, artística e desportiva;
- Promover a boa relação entre administradores, funcionários, professores e estudantes;
- Proporcionar intercâmbios com outras instituições;


- Lutar pela democracia permanente do campus, através da participação nos fóruns internos de deliberação;
- Formar o arquivo e a memória da organização;
- Zelar pelo patrimônio material, moral e cultural da entidade.






Quer saber mais?


Entre em contato

 @genp.2021

 dicgenp.iff@gmail.com

Esse post te ajudou?

 Curta  Comente  Compartilhe

 Salve para não esquecer

CONSELHO ACADÊMICO DOS
REPRESENTANTES DE TURMA

21

**VOCÊ CONHECE A
IMPORTÂNCIA DE UM
REPRESENTANTE DE TURMA?**



22

Os representantes de turma são eleitos no início de cada ano letivo e além de informar, cuidar e resolver os assuntos relacionados à sua turma, ele cumpre um papel importante no **CART**.



Mas o que é o "CART"?

O **CART** é o Conselho Acadêmico dos Representantes de Turma. A finalidade do conselho é a de discutir melhorias e resolver problemas relacionados aos alunos em sala de aula.



O **CART** também possui atribuições importantes junto ao Grêmio, como nas discussões, nas deliberações, nas assembleias e inclusive na fiscalização.



Por isso, é importante conhecer o representante da sua turma e manter um diálogo aberto sobre o que acontece em sala de aula e também no *campus*.

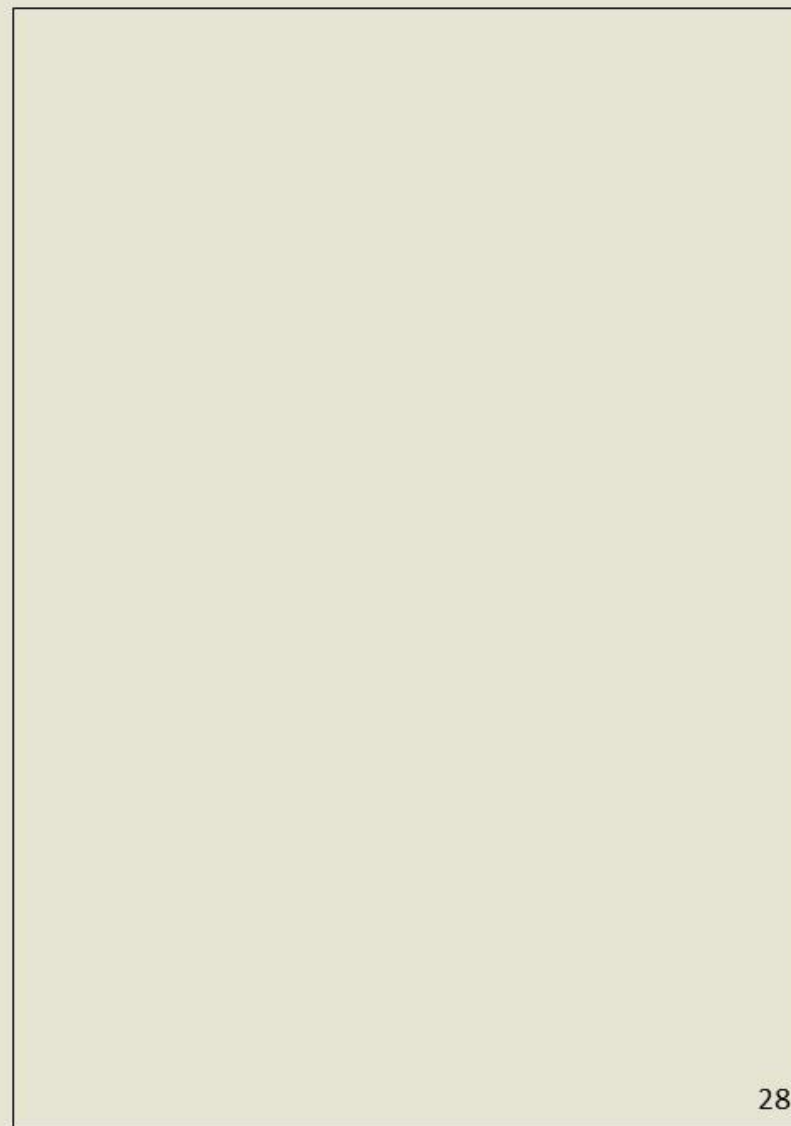


Esse post te ajudou?

- ♡ Curta
- 💬 Comente
- ➦ Compartilhe
- 🔖 Salve para não esquecer

 **INSTITUTO FEDERAL**
Fluminense
Campus Campos Centro

27



CONSELHO DE CAMPUS

29

**VAMOS CONVERSAR SOBRE O
CONSELHO DO
CAMPUS CAMPOS CENTRO?**



30

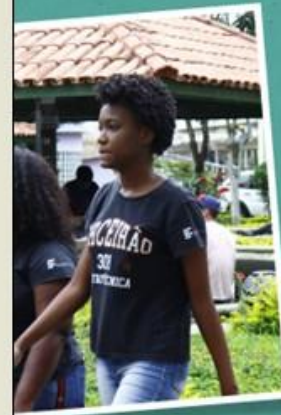
Você sabia que no IFF cada *campi* tem um conselho específico? É o Conselho de Campus!

O Conselho do Campus Campos Centro é o órgão máximo da organização administrativa do *campus*, e tem caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador.



São muitas as competências do Conselho do Campus Campos Centro, e envolvem:

- Questões orçamentárias;
- Organização didática;
- Normas disciplinares;
- Projeto Político Pedagógico;
- Vagas oferecidas;
- Distribuição de carga horária;



- Convênios;
- Análise de questões encaminhadas pelos segmentos escolares;
- Organização do espaço físico;
- Atividades avaliativas quanto à instituição.



Quem compõe o Conselho do Campus?




Esse conselho é composto por representantes dos servidores docentes, dos servidores técnico-administrativos, da gestão, dos estudantes e da sociedade civil.


Entre as principais competências dos membros do conselho está a proposição de discussões e votações de matéria da pauta, a apresentação de propostas a serem discutidas e votadas, a participação nas discussões e declaração de voto.



Os demais membros da comunidade podem participar das reuniões na condição de ouvintes. As pautas são publicadas previamente, por meio do Portal do IFF e/ou por e-mail.

Esse post te ajudou?

 Curta
  Comente
  Compartilhe

 Salve para não esquecer

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA,
EXTENSÃO E INOVAÇÃO

37

**VOCÊ SABE O QUE É O CENPEI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA,
EXTENSÃO E INOVAÇÃO?**



38

O **CENPEI** é um órgão da Administração Geral do IFF. A sua função é a de assessorar sobre a matéria acadêmica didático-pedagógica, científica, artístico-cultural, desportiva e de gestão.



O **CENPEI** possui várias competências nos campos do ensino, da pesquisa, extensão, inovação e gestão, como:

- Assessoramento na definição das diretrizes e prioridades do IFF;
- Avaliação e recomendação sobre cursos e programas;



- Avaliação do Projeto Político-Pedagógico Institucional e do Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Elaboração de normas complementares;
- Apreciação e emissão de pareceres prévios para o Conselho Superior.



Quem compõe o CENPEI?

O **CENPEI** é formado por pró-reitores, diretores, representantes da Câmara Permanente, representantes discentes, docentes, técnico-administrativos e da sociedade civil.

Você, aluno, também pode eleger seu representante!








Os membros do **CENPEI** podem votar nas reuniões, pedir vistas e debater matérias, requerer informações do presidente do conselho e manter seus pares informados das discussões.


As reuniões são abertas à participação de todos como ouvintes!

43



Esse post te ajudou?

 Curta
  Comente
  Compartilhe

 Salve para não esquecer



44

CONSELHO SUPERIOR

45

VAMOS CONVERSAR SOBRE O
CONSUP?



INSTITUTO
FEDERAL
Fluminense
Campus Campos
Centro



46

O Conselho Superior, **CONSUP**, é órgão máximo do IFF, e tem caráter consultivo e deliberativo.



Suas competências são muitas, e envolvem todos os aspectos do IFF, entre elas estão:

- Aprovar as diretrizes do IFF e zelar por sua política educacional;
- Apreciar e aprovar o plano de desenvolvimento institucional;
- Aprovar propostas de cursos;

- Apreciar, aprovar e acompanhar a execução plano de ação e proposta orçamentária;
- Aprovar a organização didática e pedagógica, os regulamentos internos e as normas disciplinares;
- Aprovar os regimentos internos dos conselhos do IFFluminense.

Quem compõe o CONSUP?

O **CONSUP** é composto por servidores técnico-administrativos em educação, por estudantes, por egressos, pela sociedade civil, pelo MEC e pelo Conselho de Dirigentes do IFF.

Você, aluno, também pode eleger seu representante!





Dentre as competências dos membros do **CONSUP** estão a participação nas reuniões, o voto, a participação e a proposição de discussões.

Além disso, o **CONSUP** pode convocar Audiências Públicas, com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, a fim de ter auxílio para as suas decisões.



Esse post te ajudou?

 Curta
  Comente
  Compartilhe

 Salve para não esquecer


INSTITUTO FEDERAL
 Fluminense
 Campus Campos Centro

53

Referências

ALVES, André Luiz; MOTA, Marlton Fontes; TAVARES, Thiago Passos. O Instagram no processo de engajamento nas práticas educacionais: A dinâmica para a socialização do ensino-aprendizagem. **RIOS - Revista Científica da Faculdade Sete de Setembro**, Paulo Afonso, BA: FASETE, 2018. Disponível em <https://www.unirios.edu.br/revistarios/internas/conteudo/?id=21>. Acesso em 21 jul. 2022.

CAPES. Documento de Área – Ensino. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

CART. Conselho Acadêmico dos Representantes de Turma do IFF Campus Campos Centro. Campos dos Goytacazes, 2019.

GENP. Estatuto do Grêmio Estudantil Nilo Peçanha. Campos dos Goytacazes, 2016.

IFF. Portaria nº 1781, de 08 de dezembro de 2017 - Aprova a atualização do Regimento Geral do Instituto Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes: IFF, 2017 b.

IFF. Portaria nº 1831, de 17 de dezembro de 2018 - Intitui a Câmara de Política Estudantis do IFFluminense. Campos dos Goytacazes: IFF, 2018 b.

IFF. Resolução nº 40, de 22 de dezembro de 2017 – Aprova a reformulação do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Campos dos Goytacazes: IFF, 2017 a.

IFF. Resolução nº 16, de 24 de junho de 2019 - Aprova o Regimento do Conselho Superior do IFFluminense. Campos dos Goytacazes: IFF, 2019.

IFF. Resolução nº 57, de 22 de outubro de 2021 - Aprova o Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes: IFF, 2021.

IFF. Resolução nº 48, de 3 de dezembro de 2020 - Aprova a Alteração do Regimento Interno do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do Instituto Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes: IFF, 2020.

IFF. Resolução nº 24, de 19 de maio de 2022 - Aprova o Regimento do Conselho de Campus do Campus Campos Centro do Instituto Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes: IFF, 2022.

IFF. Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2018 - Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Fluminenses. Campos dos Goytacazes: IFF, 2018 a.

MACHADO, J. R.; TIJIBOY, A. V. Redes Sociais Virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa. RENOUE, Porto Alegre, v. 3, n. 1, 2005. DOI: 10.22456/1679-1916.13798. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/13798>. Acesso em: 20 de jul. 2022.

PRATA, Dídiana. Releitura do diagrama “Domínios da Cultura do Design” para a análise das imagens-mensagens dissidentes do Instagram. 10º Congresso Internacional de Design da Informação. Curitiba: Sociedade Brasileira de Design da Informação – SBDI, 2021. Disponível em: <https://pdf.blucher.com.br/designproceedings/cidiconcic2021/018-353061-CIDI-Comunicacao.pdf> Acesso em: 17 jun. 2022.

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS - REPRESENTANTES DISCENTES

Nome: _____

Representação: _____

Idade: _____ Sexo: Feminino () Masculino ()

Tempo no *Campus*: _____ Tempo de representação: _____

- 1) O que você entende por gestão democrática da escola?
- 2) Você considera importante a participação dos estudantes nos processos de tomada de decisões do IFF? Por quê?
- 3) Na sua opinião, a gestão do IFF *Campus* Campos Centro é democrática? Por quê?
- 4) Você conhece outros espaços de participação dos estudantes na gestão do IFF? Quais?
- 5) Na sua opinião, os estudantes conhecem os espaços para participação na gestão do IFF?
- 6) Como os estudantes ficam sabendo dessas possibilidades de participação?
- 7) Você considera que os alunos são orientados e/ou estimulados do IFF, a participar? Como o IFF poderia fazer isso?
- 8) Como você vê a participação dos estudantes na gestão do IFF?
- 9) A participação dos estudantes na gestão do IFF acontece de forma ativa?
- 10) Como tem sido a sua participação nos processos de tomada de decisão da gestão?
- 11) Quais fatores, na sua opinião, podem motivar ou dificultar essa participação?
- 12) Como você foi eleito representante e qual é o seu papel como tal?
- 13) Como os estudantes ficam sabendo das reuniões que você participa?
- 14) Os estudantes questionam o que foi discutido?
- 15) Como ocorre o diálogo com os estudantes sobre os processos ocorridos nas reuniões ou nas deliberações do coletivo estudantil?
- 16) Como está sendo essa experiência para você?

APÊNCIDE C - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO PARA OS ESTUDANTES

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: Feminino () Masculino ()

Tempo no *Campus*: _____

- 1) Você considera importante que os estudantes participem dos processos de tomada das decisões do IFF?
- () Muito importante.
- () Importante.
- () Pouco importante.
- () Não é importante.

- 2) Na sua opinião, a gestão do IFF *Campus* Campos Centro é democrática?
- () Sim, é democrática.
- () É democrática na maioria das vezes.
- () É democrática em alguns momentos.
- () Não é democrática.

- 3) Você sabe como um estudante pode participar da gestão do IFF *Campus* Campos Centro?
- () Sim, sei muito. () Sei um pouco. () Só ouvi falar. () Não sei.

- 4) O IFF *Campus* Campos Centro possui alguns canais para participação de estudantes, como conselhos e reuniões, você conhece esses canais?
- () Sim. () Não.

Quais? _____

- 5) Como você ficou sabendo desses espaços?
- () Colegas. () Professores. () Internet. () Outros. Como?

- 6) Na sua opinião, como é a informação que você recebe sobre gestão democrática no IFF

Campus Campos Centro?

() Ótima. () Suficiente. () Razoável. () Insuficiente.

7) Você se considera estimulado a participar da gestão democrática do IFF *Campus* Campos Centro?

() Sim, sempre. () Frequentemente. () Raramente. () Não.

8) Você sabe quem são os representantes discentes atuais?

() Sim, conheço muitos. () Sim, conheço poucos. () Não conheço.

9) Você costuma ter conhecimento sobre o que vem sendo discutido nas reuniões de gestão do IFF *Campus* Campos Centro?

() Sempre. () Frequentemente. () Raramente. () Nunca.

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/ MAIORES

(de acordo com as Normas das Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar de uma pesquisa do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT intitulada “A participação discente na gestão democrática escolar na perspectiva da formação integral: um estudo de caso no Instituto Federal Fluminense - *Campus* Campos Centro”. Neste estudo pretendemos analisar como tem se dado a participação dos estudantes na gestão democrática do *Campus* Campos Centro do IFF. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é a importância da participação ativa dos estudantes na gestão democrática escolar para sua formação integral, colaborando na prática da participação social, autonomia e cidadania. Sua participação é muito importante para entendermos como a gestão democrática se dá no *Campus* Campos Centro do Instituto Federal Fluminense.

Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica e documental, questionários estruturados e entrevistas com os estudantes. Ao final da pesquisa será desenvolvido um vídeo com o intuito de colaborar para participação ativa dos estudantes na gestão democrática.

Caso concorde participar, responderá a uma entrevista ou questionário. Os riscos que envolvem os participantes da pesquisa são aqueles inerentes à comunicação, como possível desconforto a responder a entrevista ou questionário. Os benefícios esperados com a pesquisa são os conhecimentos que serão compartilhados e permitirão fomentar e qualificar a participação dos alunos na gestão do Instituto. Caso ocorra algum desconforto, poderá comunicar imediatamente à pesquisadora responsável, para se necessário, interrompermos sua participação, sem quaisquer danos.

Asseguramos também que sua identidade será preservada a todo o momento e seu nome mantido em total sigilo. Ressaltamos que as informações fornecidas poderão ser utilizadas para apresentação de trabalhos em congressos e publicação de artigos, além da escrita da dissertação de mestrado.

Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias,

sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar a decisão de participar se assim o desejar. Recebi uma cópia deste termo assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

Instituição: Instituto Federal Fluminense

Nome do pesquisador: Gilmara Basilio Caetano

Tel: (22) 997558444

E-mail: gilmara.basilio@gmail.com

Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) são colegiados interdisciplinares e independentes, porém institucional, com relevância pública, cuja função é proteger os interesses dos seres humanos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, além de contribuir com o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos normatizados. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP/CNS/MS do Conselho Nacional de Saúde e os Comitês de Ética em Pesquisa – CEP – integram o Sistema CEP/CONEP no Brasil, desenvolvendo um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa. Peça informação se o projeto que você está sendo convidado a participar foi aprovado pelo CEP dessa instituição. Em caso de dúvidas ou necessidade de mais informações sobre esta pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do UNIFLU pelo telefone (22) 2101-3355, de segunda à sexta feira, das 15:00 às 19:00h, ou enviar e-mail para cep@uniflu.edu.br.

APÊNDICE E - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO / MENORES

(de acordo com as Normas das Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar de uma pesquisa do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT intitulada “A participação discente na gestão democrática escolar na perspectiva da formação integral: um estudo de caso no Instituto Federal Fluminense - *Campus Campos Centro*”. Neste estudo pretendemos analisar como tem se dado a participação dos estudantes na gestão democrática do *Campus Campos Centro* do IFF. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é a importância da participação ativa dos estudantes na gestão democrática escolar para sua formação integral, colaborando na prática da participação social, autonomia e cidadania. Sua participação é muito importante para entendermos como a gestão democrática se dá no *Campus Campos Centro* do Instituto Federal Fluminense.

Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica e documental, questionários estruturados e entrevistas com os estudantes. Ao final da pesquisa será desenvolvido um vídeo com o intuito de colaborar para participação ativa dos estudantes na gestão democrática.

Caso concorde participar, responderá a uma entrevista ou questionário. Os riscos que envolvem os participantes da pesquisa são aqueles inerentes à comunicação, como possível desconforto a responder a entrevista ou questionário. Os benefícios esperados com a pesquisa são os conhecimentos que serão compartilhados e permitirão fomentar e qualificar a participação dos alunos na gestão do Instituto. Caso ocorra algum desconforto, poderá comunicar imediatamente à pesquisadora responsável, para se necessário, interrompermos sua participação, sem quaisquer danos.

Asseguramos também que sua identidade será preservada a todo o momento e seu nome mantido em total sigilo. Ressaltamos que as informações fornecidas poderão ser utilizadas para apresentação de trabalhos em congressos e publicação de artigos, além da escrita da dissertação de mestrado.

Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-

se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

Instituição: Instituto Federal Fluminense

Nome do pesquisador: Gilmara Basilio Caetano

Tel: (22) 997558444

E-mail: gilmara.basilio@gmail.com

Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) são colegiados interdisciplinares e independentes, porém institucional, com relevância pública, cuja função é proteger os interesses dos seres humanos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, além de contribuir com o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos normatizados. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP/CNS/MS do Conselho Nacional de Saúde e os Comitês de Ética em Pesquisa – CEP – integram o Sistema CEP/CONEP no Brasil, desenvolvendo um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa. Peça informação se o projeto que você está sendo convidado a participar foi aprovado pelo CEP dessa instituição. Em caso de dúvidas ou necessidade de mais informações sobre esta pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do UNIFLU pelo telefone (22) 2101-3355, de segunda à sexta feira, das 15:00 às 19:00h, ou enviar e-mail para cep@uniflu.edu.br.

APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/ RESPONSÁVEIS

(de acordo com as Normas das Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16)

Gostaríamos de convidar a criança ou adolescente sob sua responsabilidade para participar como voluntário (a) de uma pesquisa do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT intitulada “A participação discente na gestão democrática escolar na perspectiva da formação integral: um estudo de caso no Instituto Federal Fluminense - *Campus Campos Centro*”. Neste estudo pretendemos analisar como tem se dado a participação dos estudantes na gestão democrática do *Campus Campos Centro* do IFF.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é a importância da participação ativa dos estudantes na gestão democrática escolar para sua formação integral, colaborando na prática da participação social, autonomia e cidadania. A participação dos estudantes é muito importante para entendermos como a gestão democrática se dá no *Campus Campos Centro* do Instituto Federal Fluminense.

Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica e documental, questionários estruturados e entrevistas com os estudantes. Ao final da pesquisa será desenvolvido um vídeo explicativo com o intuito de colaborar para participação ativa dos estudantes na gestão democrática.

Caso concorde participar, o adolescente responderá a uma entrevista ou um questionário. Os riscos que envolvem os participantes da pesquisa são aqueles inerentes à comunicação, como possível desconforto a responder a entrevista ou questionário. Os benefícios esperados com a pesquisa são os conhecimentos que serão compartilhados e permitirão fomentar e qualificar a participação dos alunos na gestão do Instituto. Caso ocorra algum desconforto, poderá comunicar imediatamente à pesquisadora responsável, para se necessário, interrompermos sua participação, sem quaisquer danos.

Asseguramos também que a identidade do adolescente será preservada a todo o momento e seu nome mantido em total sigilo. Ressaltamos que as informações fornecidas poderão ser utilizadas para apresentação de trabalhos em congressos e publicação de artigos, além da escrita da dissertação de mestrado.

Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. O adolescente será esclarecido em qualquer aspecto que desejar e estará livre para autorizar a participação ou recusar-se. O senhor(a) ou o adolescente poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo, limitados àqueles inerentes à própria rotina de interação escolar. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e

instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao adolescente.

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações E modificar a decisão de participar se assim o desejar. Dessa forma, dou o meu consentimento para que o aluno _____ participe desse estudo. Recebi uma cópia deste termo assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do responsável

Assinatura do pesquisador

Instituição: Instituto Federal Fluminense

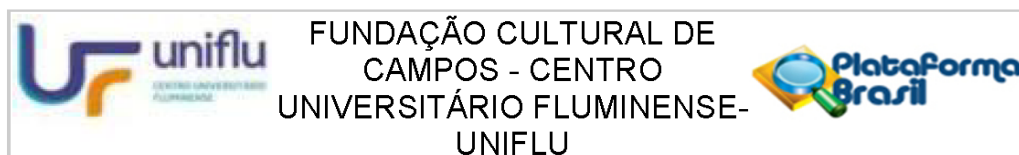
Nome do pesquisador: Gilmara Basilio Caetano

Tel: (22) 997558444

E-mail: gilmara.basilio@gmail.com

Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) são colegiados interdisciplinares e independentes, porém institucional, com relevância pública, cuja função é proteger os interesses dos seres humanos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, além de contribuir com o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos normatizados. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP/CNS/MS do Conselho Nacional de Saúde e os Comitês de Ética em Pesquisa – CEP – integram o Sistema CEP/CONEP no Brasil, desenvolvendo um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa. Peça informação se o projeto que você está sendo convidado a participar foi aprovado pelo CEP dessa instituição. Em caso de dúvidas ou necessidade de mais informações sobre esta pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do UNIFLU pelo telefone (22) 2101-3355, de segunda à sexta feira, das 15:00 às 19:00h, ou enviar e-mail para cep@uniflu.edu.br

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A PARTICIPAÇÃO DISCENTE NA GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO INTEGRAL: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE CÂMPUS CAMPOS CENTRO

Pesquisador: GILMARA BASILIO CAETANO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 41398620.0.0000.5583

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.942.504

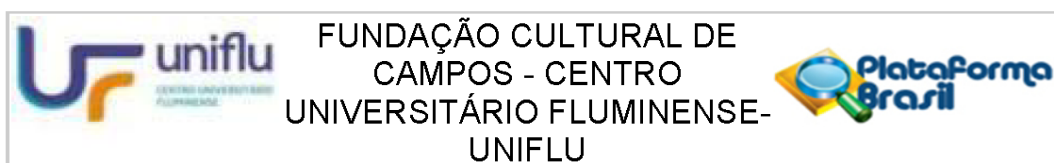
Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do projeto", "Objetivo da Pesquisa" e Avaliação dos Riscos e Benefícios", foram retiradas das informações básicas da pesquisa com a data de submissão 20 de julho de 2021.

Resumo:

Considerando a premissa legal da gestão democrática do ensino e que a participação ativa nos processos de tomada de decisão no ambiente escolar colabora para a formação de comportamentos políticos democráticos, o projeto de pesquisa aqui apresentado tem como objetivo investigar como se dá a participação dos estudantes na gestão democrática no IFF Campus Campos Centro. Para isso, será realizado um estudo de caso com os estudantes do Ensino Médio Integrado do Campus Campos Centro. Após pesquisa bibliográfica e documental, será realizada com os representantes discentes uma entrevista para averiguar suas percepções sobre os canais e a participação discente atual. Aos demais estudantes será aplicado um questionário para analisar o conhecimento que possuem sobre a gestão democrática da instituição, como é a participação deles nesse processo e possíveis demandas existentes. Após a análise e interpretação de dados será desenvolvido e proposto o produto educacional em forma de vídeo. Assim, pretende-se elucidar como vem ocorrendo a gestão democrática no IFF com propósito de contribuir com a participação ativa dos estudantes, clarificando o potencial transformador dos

Endereço: Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II
Bairro: Parque Leopoldina **CEP:** 28.053-000
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2101-3355 **E-mail:** cep@uniflu.edu.br



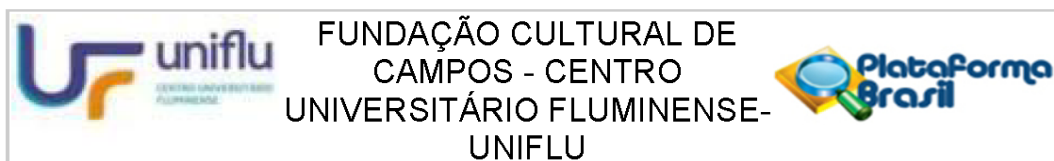
Continuação do Parecer: 4.942.504

processos democráticos na formação integral.

Introdução:

A história da educação no Brasil caminha conexas a história de seu desenvolvimento econômico e das políticas públicas em disputa pelos projetos de sociedade. Ao nos voltarmos para a origem da política nacional de educação profissional, nos deparamos com aspectos históricos e ideológicos que culminam em um sistema educacional dual, onde de um lado se tem uma formação básica propedêutica, direcionada para as elites e de outro, um ensino profissionalizante voltado para a formação de mão de obra para o exercício profissional. Nessa conjuntura, a educação profissional brasileira tem formado sujeitos fragmentados, “do tipo conformado, política e pedagogicamente” (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015). A partir da década de 80, consoante às transformações políticas e socioeconômicas que se fizeram presentes no processo de redemocratização do país, ampliou-se a luta dos educadores pela democratização do ensino e por uma educação que abrangesse uma formação integrada do indivíduo, com o intuito de superar o dualismo da sociedade e da educação profissional no Brasil (CIAVATTA, 2014). Nesse contexto, a constituição cidadã, promulgada em 1988, postula a educação pública, gratuita e de qualidade como direito de todos, visando o desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Dentre os princípios basilares para o ensino público, está posta a gestão democrática escolar, considerada parte relevante no empenho em prol da melhoria da qualidade da educação. A educação se configura num território de constante embate dos projetos societários em disputa, podendo ser útil tanto para manutenção dos cenários atuais, quanto para transformação da sociedade (FREIRE, 1996). Nesse sentido, a educação integral, numa perspectiva omnilateral, politécnica e unitária, tem a finalidade de uma educação que forme um ser humano capaz de trabalhar, viver coletivamente e agir de forma autônoma perante a realidade, reconhecendo a sociedade e seu potencial de transformação. Os Institutos Federais trazem entre seus pressupostos a articulação entre ensino médio e formação profissional, carregando assim a possibilidade do ensino integrado, no sentido dessa formação humana integral, como prática pedagógica engajada com a promoção da autonomia e liberdade dos estudantes. Tendo em vista que a escola é uma instituição social de extrema importância, cujo objetivo visa desenvolver potencialidades para que sejam cidadãos participativos na sociedade (LIBÂNEO, 2018), a gestão democrática do ensino se manifesta não apenas em seu caráter organizacional, mas como possibilidade de processo formativo a partir da participação dos estudantes nos processos de tomada de decisão. Assim, a participação dos estudantes na gestão democrática permite que eles exerçam a participação social, autonomia e cidadania como sujeito de direitos no interior da

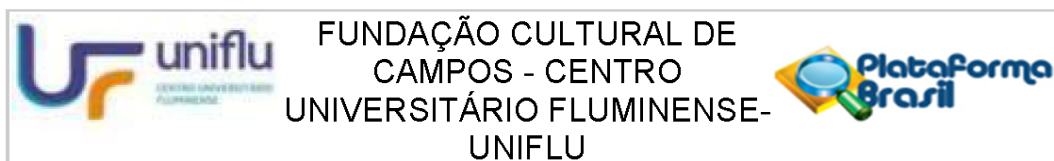
Endereço: Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II
Bairro: Parque Leopoldina **CEP:** 28.053-000
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2101-3355 **E-mail:** cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 4.942.504

escola, prática essa que extrapola os muros da instituição, promovendo comportamentos sociais democráticos, cidadania e emancipação social (PARO, 2007; PARO, 2016; LIBÂNEO, 2018, GADOTTI, 2014; DOURADO, 2012). Dada a relevância da participação dos estudantes na gestão democrática escolar, para a formação integral dos mesmos, desenvolvendo seu caráter cidadão e emancipador e acessando o seu potencial transformador da realidade, faz-se imperativo nos voltarmos para essa participação, nos questionando de que forma a gestão democrática escolar acontece junto aos estudantes do IFF. Cabe considerar que as disposições legais não são garantia para que a gestão democrática cumpra junto aos estudantes seu propósito democrático e emancipador, pois para que ocorra a concretização desses, é necessário que a participação se dê de forma ativa e reflexiva. Para isso, é necessário que a instituição escolar implemente estratégias a fim de garantir aos estudantes, os meios necessários para a participação nos espaços coletivos de construção da instituição. Dito isto, o projeto de pesquisa aqui apresentado intenta elucidar como vem ocorrendo a participação dos estudantes na gestão do Campus Campos Centro do IFFluminense, a fim de colaborar para a promoção da melhoria da participação ativa e consciente. Com esse propósito, a pesquisa objetiva identificar espaços de participação discente na gestão democrática da instituição como conselhos, representações e associações estudantis; verificar o conhecimento que os estudantes possuem sobre esses canais e sobre o funcionamento da gestão da instituição, bem como explicitar como se dá a participação do corpo discente através desses canais e por fim, elaborar, como produto educacional, um vídeo a fim de dar aos alunos ferramentas que colaborem para uma participação efetiva. Para melhor compreensão do objeto de pesquisa, o projeto dispõe de um referencial teórico dividido quatro partes: a primeira faz um resgate histórico da educação profissional no Brasil desde a sua gênese, a fim de esclarecer a dualidade educacional existente nos dias de hoje; a segunda aborda a formação integral como possibilidade de superar essa dualidade através de uma formação social, cidadã e emancipatória; a terceira parte discorre pela base legal da gestão democrática no ensino público brasileiro; e a quarta parte abarca a discussão da gestão democrática enquanto processo formativo na perspectiva da formação integral. Para o alcance dos objetos de pesquisa, foi tecida uma metodologia baseada em um estudo de caso de abordagem qualitativa e quantitativa, que contará com pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, realização de entrevistas e aplicação de questionário junto aos estudantes do Campus Campos Centro escolhidos intencionalmente por fazerem parte de dois grupos distintos: representantes discentes; estudantes do segundo ano do ensino médio integrado. Dessa forma, a pesquisa expressa um olhar voltado aos estudantes como sujeitos de direito de sua instituição e

Endereço: Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II
Bairro: Parque Leopoldina **CEP:** 28.053-000
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2101-3355 **E-mail:** cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 4.942.504

seu ensino, através de sua participação na gestão democrática escolar na perspectiva da formação integral.

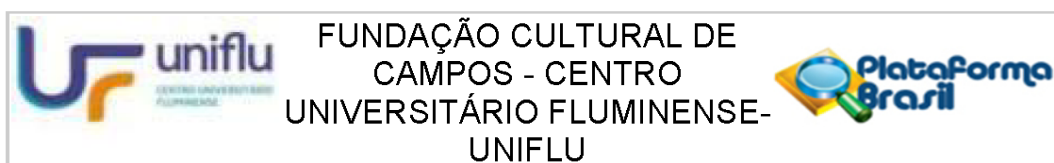
Hipótese:

A gestão democrática do ensino público está fortemente ancorada na legislação brasileira, desde o seu estabelecimento na Constituição Federal, transpassando a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), até o Plano Nacional de Educação, que determina diretrizes, metas e estratégias para que sua implementação aconteça em todo o país. Dessa forma, o princípio da gestão democrática do ensino está entre aqueles que fundamentam o sistema educacional brasileiro, reverberando nos estados e municípios. No entanto, a existência de dispositivos legais e mesmo de canais de representação que os atendam, não garante que a gestão democrática esteja sendo exercida, pois para que haja democratização real no processo é preciso que haja participação efetiva da comunidade escolar de forma dialógica, crítica e reflexiva. Quando se fala nos estudantes, a participação no processo de gestão democrática toma-se ainda mais relevante, dada a importância desta para sua formação. Nesse sentido, é papel da escola e da comunidade escolar proporcionar a participação dos estudantes nos processos de tomadas de decisão da gestão da instituição, estabelecendo relações sociais mais dialógicas do espaço pedagógico. Pois muitas vezes, e é a hipótese desse projeto de pesquisa, os estudantes não sabem da existência do princípio da gestão democrática, ou não conhecem os canais de participação da escola que estudam ou não tem diálogo ou conhecimento com os seus representantes. E essas questões impedem que a gestão democrática se dê com a participação ativa dos estudantes, de acordo com seu caráter formativo e contributivo à educação integral. Dessa forma, considerando a premissa legal da gestão democrática do ensino, e considerando que a participação ativa nos processos de tomada de decisão no ambiente escolar colabora para a formação integral, faz-se imperativo pensar em como tem se dado a participação dos estudantes do ensino médio integrado na gestão dos institutos federais.

Metodologia Proposta:

Diante dos objetivos da pesquisa optamos, enquanto procedimento metodológico, por desenvolver um estudo de caso, e seguir por uma abordagem qualitativa e quantitativa. De acordo com Yin (2001), estudos de caso são estratégias de pesquisa que respondem a questões de como e por que, quando se estuda fenômenos contemporâneos inseridos num contexto da vida real e que o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos. Assim, por investigar o fenômeno dentro do seu contexto real, essa estratégia possibilita a preservação das características holísticas e significativas dos eventos. Em pesquisas educacionais, estudos de caso podem ser usados para

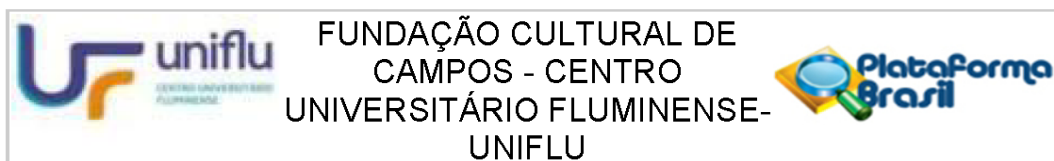
Endereço: Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II
Bairro: Parque Leopoldina **CEP:** 28.053-000
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2101-3355 **E-mail:** cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 4.942.504

descrever e analisar uma unidade social, focalizando um fenômeno particular e considerando suas múltiplas dimensões e dinâmica natural (ANDRÉ, 2013). Quanto à natureza da pesquisa, este trabalho se classifica como uma pesquisa aplicada, pois tem o propósito de gerar conhecimentos para aplicação prática na resolução de problemas específicos (FREITAS; PRADNOV, 2013). Freitas e Pradnov (2013) lembram que um estudo de caso pode ter uma abordagem qualitativa e/ou quantitativa, sendo uma pesquisa de fontes de dados e métodos de coleta diversos. Segundo os autores, a pesquisa qualitativa considera a relação entre o mundo real e o sujeito, entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, através da interpretação de fenômenos e atribuição de significados, perspectivas que não podem ser traduzidas em números. Já a pesquisa quantitativa, considera tudo o que pode ser quantificável, e pode descrever a complexidade de um problema ao analisar a interação de variáveis, compreender e classificar processos de grupos sociais. As duas abordagens estão interligadas e se complementam. Para Minayo e Sanches (1993, p. 247) as duas abordagens podem ser complementares. Em suas palavras: "... é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais "ecológicos e "concretos" e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa". A partir do entendimento favorável à tal complementação, ampliando o olhar e possibilitando enxergar diferentes aspectos da questão investigada, essa pesquisa integra elementos das abordagens qualitativa e quantitativa. Para atender aos objetivos aqui propostos, a pesquisa terá início em uma fase exploratória, iniciando-se com uma pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica, e análise de documentos institucionais e legislação vigente acerca do tema. Além da compreensão do objeto de pesquisa, com base na pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, tem-se o objetivo de identificar os canais existentes na instituição para a participação discente. Após essa primeira fase a pesquisa será descritiva, aquela que de acordo com Freitas e Pradnov (2013), busca classificar, explicar e interpretar os fenômenos e se utilizam de técnicas específicas para coleta de dados, com destaque para entrevista, formulário, questionário, teste e observação. Uma das características do estudo de caso é se basear em várias fontes de evidências, cujos dados convergem num processo de triangulação. Yin (2010) destaca as entrevistas como fonte essencial de evidência nos estudos de caso, podendo ser conduzidas de forma mais espontânea, de forma mais focada, seguindo um conjunto de perguntas pré-estabelecidas, ou um

Endereço: Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II
Bairro: Parque Leopoldina **CEP:** 28.053-000
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2101-3355 **E-mail:** cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 4.942.504

levantamento formal, que pode produzir dados quantitativos como parte da evidência. Nessa pesquisa será realizada com os representantes discentes uma entrevista semiestruturada para averiguar suas percepções sobre os canais e a participação discente atual. Em outro momento, será aplicado um questionário junto aos demais estudantes do segundo ano do ensino médio integrado, para analisar o conhecimento que possuem sobre a gestão democrática da instituição, como é a participação deles nesse processo e possíveis demandas existentes.

Critério de Inclusão:

Para atender aos objetivos do trabalho, delineamos dois grupos de amostra intencional. Inicialmente tomaremos como amostra os estudantes matriculados no segundo ano do ensino médio integrado para responder um questionário sobre seus conhecimentos e experiências sobre a gestão democrática do Campus, por ponderar que esses estudantes já experimentaram um ano de convivência nos espaços cotidianos do campus. E, em um segundo momento, convidaremos os estudantes do ensino médio integrado que atuam como representantes discentes para uma entrevista sobre seu entendimento e experiência. Os alunos representantes considerados na pesquisa serão os representantes discentes do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, do Conselho Superior e do Conselho de Campus, somados aos representantes das turmas do segundo ano do ensino médio integrado e o presidente e vice presidente do Grêmio Estudantil, somando 46 estudantes representantes discentes. Hoje, o campus Campos Centro oferece os cursos técnicos integrados ao ensino médio de Mecânica, Eletrotécnica, Informática, Automação e Edificações, somando 1016 estudantes matriculados em 2020 até o momento. Destes, 324 estão matriculados no segundo ano.

Objetivo da Pesquisa:

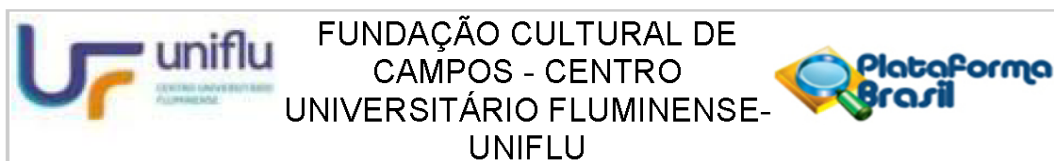
Objetivo Primário:

A pesquisa tem como objetivo principal analisar como tem se dado a participação dos estudantes na gestão democrática do Campus Campos Centro do IFF. Intenta então, elucidar como vem ocorrendo a participação dos estudantes na gestão do Campus Campos Centro do Instituto Federal Fluminense, a fim de colaborar para a promoção da melhoria da participação ativa e consciente.

Objetivo Secundário:

A pesquisa tem como objetivos específicos, identificar espaços de participação discente na gestão democrática da instituição como conselhos, representações e associações estudantis; verificar o

Endereço: Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II
Bairro: Parque Leopoldina **CEP:** 28.053-000
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2101-3355 **E-mail:** cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 4.942.504

conhecimento que os estudantes possuem sobre esses canais e sobre o funcionamento da gestão da instituição, bem como explicitar como se dá a participação do corpo discente através desses canais e por fim, elaborar, como produto educacional, um vídeo a fim de dar aos alunos ferramentas que colaborem para uma participação efetiva.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Caso concorde em participar, o estudante responderá a uma entrevista ou questionário. Os riscos que envolvem os participantes da pesquisa são aqueles inerentes à comunicação, como possível desconforto a responder a entrevista ou questionário.. Caso ocorra algum desconforto, poderá comunicar imediatamente à pesquisadora responsável, para se necessário, interrompermos sua participação, sem quaisquer danos. Asseguramos também que a identidade do participante será preservada a todo o momento e seu nome mantido em total sigilo. Ressaltamos que as informações fornecidas poderão ser utilizadas para apresentação de trabalhos em congressos e publicação de artigos, além da escrita da dissertação de mestrado.

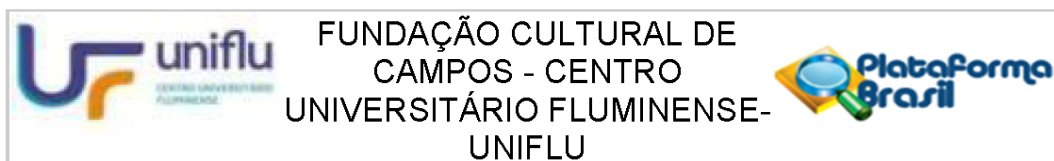
O participante não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. O participante será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O participante poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. O participante não será identificado em nenhuma publicação.

Apesar disso, tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. Os resultados estarão à disposição do participante quando a pesquisa for finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

Benefícios:

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é a importância da participação ativa dos estudantes na gestão democrática escolar para sua formação integral, colaborando na prática da participação social, autonomia e cidadania. A participação dos estudantes é muito importante para entendermos como a gestão democrática se dá no Campus Centro do Instituto Federal Ao final da pesquisa será desenvolvido um vídeo com o intuito de colaborar para participação ativa dos estudantes na gestão democrática. Os benefícios esperados com a pesquisa são os conhecimentos

Endereço: Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II
Bairro: Parque Leopoldina **CEP:** 28.053-000
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2101-3355 **E-mail:** cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 4.942.504

que serão compartilhados e permitirão fomentar e qualificar a participação dos alunos na gestão do Instituto.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de pesquisa relevante para estudo do conhecimento, participação e acesso à gestão democrática dos estudantes do Instituto Federal Campus Campos Centro.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se do cumprimento de pendências do parecer Número 4.688.647 de 04 de Maio de 2021.

Pendência:

1- TCLE - falta contato do CEP que faz a análise do projeto;

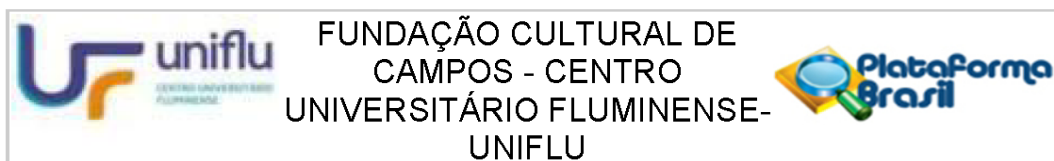
RESPOSTA DO PESQUISADOR: Incluída a informação em todos os termos, conforme termos abaixo.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA PARCIALMENTE.

O endereço foi colocado porém esse colegiado entende que faz-se necessário ser incluído em um texto esclarecendo o que é CEP, qual a função do mesmo e a necessidade da aprovação do projeto de pesquisa, que o participante da pesquisa está sendo convidado a participar, anteriormente pelo referido CEP. O texto a seguir que encontra-se no site do UNIFLU, em institucional, Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), Downloads - Modelo TCLE, poderá ser copiado e colado nos TCLE e TALE.

"Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) são colegiados interdisciplinares e independentes, porém institucional, com relevância pública, cuja função é proteger os interesses dos seres humanos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, além de contribuir com o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos normatizados. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP/CNS/MS do Conselho Nacional de Saúde e os Comitês de Ética em Pesquisa – CEP – integram o Sistema CEP/CONEP no Brasil, desenvolvendo um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa. Peça informação se o projeto

Endereço: Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II
Bairro: Parque Leopoldina **CEP:** 28.053-000
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2101-3355 **E-mail:** cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 4.942.504

que você está sendo convidado a participar foi aprovado pelo CEP dessa instituição. Em caso de dúvidas ou necessidade de mais informações sobre esta pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do UNIFLU pelo telefone (22) 2101-3355, de segunda à sexta feira, das 15:00 às 19:00h, ou enviar e-mail para cep@uniflu.edu.br."

Pendência:

2- O cronograma apresentado estaria adequado se este projeto não apresentasse pendências, portanto recomendamos a revisão e adequação antes da reapresentação para o cumprimento das pendências, dado que este ainda se encontra em análise no sistema CEP/CONEP (Resolução CNS Nº 466/2012, item XI.2.a e Norma Operacional CNS Nº 001/2013, item 3.4.9).

RESPOSTA do pesquisador: Alterado o cronograma adiando as etapas da pesquisa.

ANÁLISE: Pendência atendida parcialmente; faz-se necessário novo ajuste do cronograma.

Nova Pendência:

3- Os TCLEs e TALE, quando possuem mais de uma página, devem conter paginação e deverão ser apresentados ao CEP para relatoria em documentos individualizados.

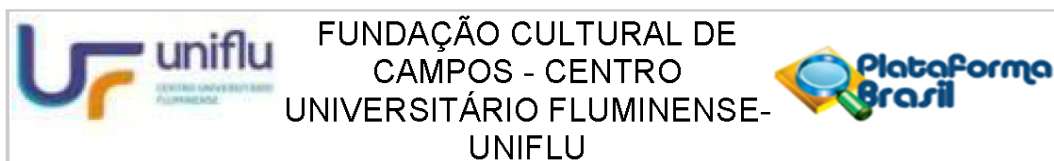
Após atendimento destas pendências, novas pendências poderão ser geradas em decorrência da resposta fornecida.

Considerações Finais a critério do CEP:

Cabe ao pesquisador responsável encaminhar as respostas ao parecer pendente, por meio da Plataforma Brasil, em até 30 dias, a contar a partir da data de sua emissão. As respostas às pendências devem ser apresentadas em documento à parte (carta resposta). Ressalta-se que deve haver resposta para cada uma das pendências apontadas no parecer, obedecendo a ordenação deste. A carta resposta deve permitir o uso correto dos recursos "copiar" e "colar" em qualquer palavra ou trecho do texto, isto é, não deve sofrer alteração ao ser colado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II
Bairro: Parque Leopoldina **CEP:** 28.053-000
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2101-3355 **E-mail:** cep@uniflu.edu.br



Continuação do Parecer: 4.942.504

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1683651.pdf	20/07/2021 16:56:18		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_A_PENDENCIAS.docx	20/07/2021 16:51:29	GILMARA BASILIO CAETANO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMOSNOVO.docx	26/05/2021 12:23:17	GILMARA BASILIO CAETANO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETONOVOCRONOGRAMA.doc	26/05/2021 12:23:05	GILMARA BASILIO CAETANO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMANOVO.docx	26/05/2021 12:22:53	GILMARA BASILIO CAETANO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTOAS.pdf	21/12/2020 17:20:07	GILMARA BASILIO CAETANO	Aceito
Orçamento	ESTIMATIVADECUSTO.docx	21/12/2020 13:29:24	GILMARA BASILIO CAETANO	Aceito
Outros	CARTAANUENCIA.pdf	21/12/2020 13:27:27	GILMARA BASILIO CAETANO	Aceito

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPOS DOS GOYTACAZES, 30 de Agosto de 2021

Assinado por:
Leila Corrêa Barreto Siqueira
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Visconde de Alvarenga 143/169 - Campus II
Bairro: Parque Leopoldina **CEP:** 28.053-000
UF: RJ **Município:** CAMPOS DOS GOYTACAZES
Telefone: (22)2101-3355 **E-mail:** cep@uniflu.edu.br

